

Perfil da Pobreza com base no Inquérito de Orçamento Familiar de 2017

Agosto de 2020

Instituto Nacional de Estatística

São Tomé e Príncipe

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1. Distribuição Etária da População	8
Figura 2. Distribuição Espacial da População (rural/urbana).....	8
Figura 3. Distribuição da população por género e idade em 2017	9
Figura 4. Razão de dependência por características socioeconómicas e geográficas	14
Figura 5. Parcela da população e taxa de pobreza por nível de educação do indivíduo e do chefe de família	15
Figura 6. Educação do Chefe de família por quintil	16
Figura 7. Emprego em diferentes sectores por quintil do DPC.....	18
Figura 8. Emprego em diferentes ocupações por quintil do DPC	19
Figura 9. Proporção da população e taxa de pobreza por sector de emprego e ocupação	20
Figura 10. População e taxa de pobreza no emprego formal e informal	21
Figura 11. Acesso a uma conta bancária e crédito	22
Figura 12. Parcela da população e taxa de pobreza entre os sexos	23
Figura 13. Participação da População e taxa de pobreza por sector de trabalho e faixa etária (somente famílias chefiadas por mulheres)	24
Figura 14. Participação da população e taxa de pobreza por propriedade de parcelas de terras	25
Figura 15. Tendências do PIB per capita e inflação	26
Figura 16. Desigualdade (índice de Gini) e PIB per capita em STP e outros países	26
Figura 17. Incidência de crescimento no DPC entre 2010 e 2017	28
Figura 18. Causas da pobreza relatadas pelas pessoas.....	38
Figura 19. Participação da força de trabalho por género e faixa etária	39
Figura 20. Participação na força de trabalho	41
Figura 21. Taxa de desemprego	42
Figura 22. Motivos para não trabalhar (população acima de 15 anos)	43
Figura 23. Proporção de empregos em diferentes sectores, por bem-estar.....	44
Figura 24. Número de trabalhadores empregados em diferentes sectores.....	45
Figura 25. Parcela da população empregada nos sectores formal e informal	46
Figura 26. Distribuição dos trabalhadores entre diferentes tipos de emprego	48
Figura 27. Salário e horas trabalhadas.....	49
Figura 28. Comparação dos rendimentos totais.....	51
Figura 29. Estimativa da equação de salários (Equação de Mincer).....	52
Figura 30. Participação da População e taxa de pobreza por status de propriedade da habitação	62

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1. Estrutura e idade média (em anos) da População e dos Chefes de Família segundo o sexo	6
Tabela 2. Pirâmide Etária	6
Tabela 3. Tipologia e principais características dos agregados e da População	7
Tabela 4. Pobreza total e extrema em STP: Incidência, <i>gap</i> de pobreza e gravidade da pobreza	11
Tabela 5. Tipologia e características dos agregados familiares segundo a situação de pobreza	11
Tabela 6. Perfil de pobreza da População segundo algumas características socioeconómicas dos agregados	12
Tabela 7. Perfil da repartição (em %) dos agregados segundo a situação de pobreza e o nível de vida ...	13
Tabela 8. Razão de dependência por status "pobre" e "não-pobre"	14
Tabela 9. Intervalo de confiança do consumo anual per capita pelo nível educacional do chefe da família	16
Tabela 10. Razões dos jovens para não ir à escola e não trabalhar	17
Tabela 11. Taxa de pobreza em 2017 e 2010	27
Tabela 12. <i>Gap</i> de pobreza em 2017 e 2010	27
Tabela 13. Gravidade da pobreza em 2017 e 2010	27
Tabela 14. Regressões usadas na imputação do S2S em áreas urbanas e rurais em 2017	29
Tabela 15. Situação do emprego por género.....	33
Tabela 16. Situação do emprego em relação à População total e aos agregados familiares.....	33
Tabela 17. Resumo sinóptico dos empregos ocupados segundo os sectores de actividade.....	34
Tabela 18. Taxa de emprego dos jovens de 15 a 24 anos segundo a situação de pobreza e o sexo	34
Tabela 19. Percentagem de jovens de 15 a 24 anos for a do sistema educactivo e do mercado de trabalho	34
Tabela 20. Taxa de actividade dos indivíduos de 15 anos e mais segundo a situação de pobreza e o sexo	35
Tabela 21. Taxa de actividade dos indivíduos de 15 anos e mais segundo a região e o nível de vida	35
Tabela 22. Taxa de desemprego (BIT) dos jovens segundo a situação de pobreza e o sexo.....	35
Tabela 23. Taxa de desemprego dos indivíduos de 15 anos e mais segundo a situação de pobreza e o sexo	35
Tabela 24. Tendências dos indicadores do mercado de trabalho	35
Tabela 25. Tendências dos indicadores do mercado de trabalho segundo o nível de vida	36
Tabela 19. Produtos alimentícios consumidos com frequência	53
Tabela 20. Divisão dos gastos em grandes grupos	55
Tabela 21. Proporção dos gastos por item de consumo.....	55
Tabela 22. Quantidade de bens semi-duráveis e duráveis por situação de pobreza	57
Tabela 23. Quantidade de bens semiduráveis e duráveis por situação de bem-estar	58
Tabela 24. Características da moradia e propriedade dos bens por status de pobreza (%)	60

Abreviações e acrónimos

DPC – Despesas Per Capita

IDM - Indicadores de Desenvolvimento Mundial

IOF – Inquérito aos Orçamentos Familiares

STD – Dobra São-tomense

STP – São Tomé e Príncipe

Sumário

ÍNDICE DE FIGURAS.....	2
ÍNDICE DE TABELAS.....	3
Abreviações e acrónimos.....	4
CAPÍTULO I: ESTRUTURA E COMPOSIÇÃO DOS AGREGADOS.....	6
CAPÍTULO II: ANÁLISE DA POBREZA MONETÁRIA.....	10
Introdução.....	10
Linha de pobreza para 2017.....	10
Redução da Pobreza entre 2010 e 2017.....	25
Descrição do método de imputação S2S usado entre 2017 e 2010.....	29
CAPÍTULO III: EMPREGO E QUALIDADE DA INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO.....	32
Introdução.....	32
CAPÍTULO IV: DESPESAS DE CONSUMO DOS AGREGADOS FAMILIARES.....	53
CAPÍTULO V: VULNERABILIDADE.....	62
Introdução.....	62
Perfis de Vulnerabilidade em STP, 2017.....	63
Choques em STP, 2017.....	66
Estratégias de enfrentamento em STP.....	67
Conclusão.....	69
CAPÍTULO VI: Capital Humano.....	70
Insegurança alimentar.....	71
Subnutrição.....	73
Conclusões.....	76
Bibliografia.....	78

CAPÍTULO I: ESTRUTURA E COMPOSIÇÃO DOS AGREGADOS

Este capítulo descreve a estrutura e a composição da população e dos agregados familiares em São Tomé e Príncipe (STP) usando os dados do Inquérito aos Orçamentos Familiares (IOF) de 2017 e informações dos Indicadores de Desenvolvimento Mundial do Banco Mundial. STP é um país jovem, no qual a idade média dos homens é de 22 (e dos homens chefes de família, 40,4) anos. A idade média das mulheres é 22,5 (e das mulheres chefas de família, 46,4) anos. Quando consideramos a estrutura dos agregados familiares, a parte maioritária da população vive em famílias alargadas ou são casais com filhos. Como esperado, dois terços das famílias são chefiadas por homens, sendo que nos agregados familiares unipessoais e nas famílias alargadas concentram-se os chefes com idade mais avançada.

Em STP 30 % das pessoas têm menos de 10 anos de idade e aproximadamente duas em cada cinco pessoas têm menos de 15 anos. A pirâmide etária da população de 2017 reflete o padrão típico de um país em desenvolvimento, onde a maioria da população está localizada na parte inferior da pirâmide, diminuindo em direção ao topo. Essa situação apresenta muitos desafios ao governo em termos de prestação de serviços, gerenciamento de congestionamentos e crescimento económico e planeamento para a próxima geração. Uma população jovem também resulta na alta razão de dependência (razão entre crianças e idosos sobre a população em idade activa). Em termos de distribuição urbano/rural, a população está concentrada no meio urbano e essa tendência continuará na próxima década.

Tabela 1. Estrutura e idade média (em anos) da População e dos Chefes de Família segundo o sexo

	Homem		Mulher		Total	
	%	Idade média	%	Idade média	%	Idade média
População Total	49.7	22.1	50.3	23.0	100	22.5
Efetivo de famílias	66.3	40.4	33.7	46.4	100	42.5

Fonte: IOF 2017

Tabela 2. Pirâmide Etária

Idade_Faixa	Masculino	Feminino	Total
	Efectivo	Efectivo	Efectivo
0 a 4	13238	13020	26258
5 a 9	12094	11960	24054
10 a 14	9896	10148	20044
15 a 19	8727	8704	17431
20 a 24	7278	7588	14867
25 a 29	6949	7029	13978

Idade_Faixa	Masculino	Feminino	Total
	Efectivo	Efectivo	Efectivo
30 a 34	5675	5988	11663
35 a 39	4242	4557	8799
40 a 44	3398	3725	7123
45 a 49	2674	3022	5696
50 a 54	2344	2573	4917
55 a 59	1627	1891	3518
60 a 64	1112	1195	2307
65 a 69	831	922	1753
70 ou mais	1824	2285	4109

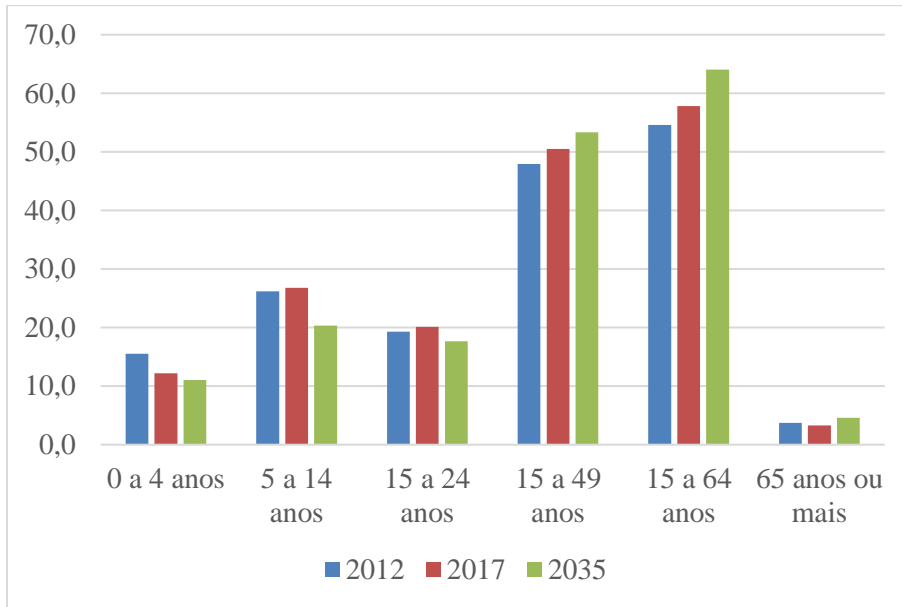
Fonte: IOF 2017.

Tabela 3. Tipologia e principais características dos agregados e da População

Tipo de agregado	Agregados Familiares	População	Tamanho médio	% Estrangeiros	% Chefes mulheres	Idade Média do Chefe		
						Masculino	Feminino	Total
Unipessoal	12.4	3.0	1.0	3,3	29.0	63.5	41.6	47.5
Casal	4.7	2.3	2.0	5,9	11.9	50.9	50.7	50.7
Casal com Filhos	41.7	47.8	4.7	1,4	14.2	35.8	38.1	37.8
Monoparental Nuclear	13.7	12.3	3.7	2,5	85.8	40.5	49.0	41.6
Monoparental Alargada	6.9	8.8	5.2	3,3	87.7	51.3	57.4	52.0
Família Alargada	20.8	25.7	5.0	3,7	28.5	51.4	43.9	45.8
Total	100.0	100.0	4.1	2,4	33.7	44.7	40.8	42.1

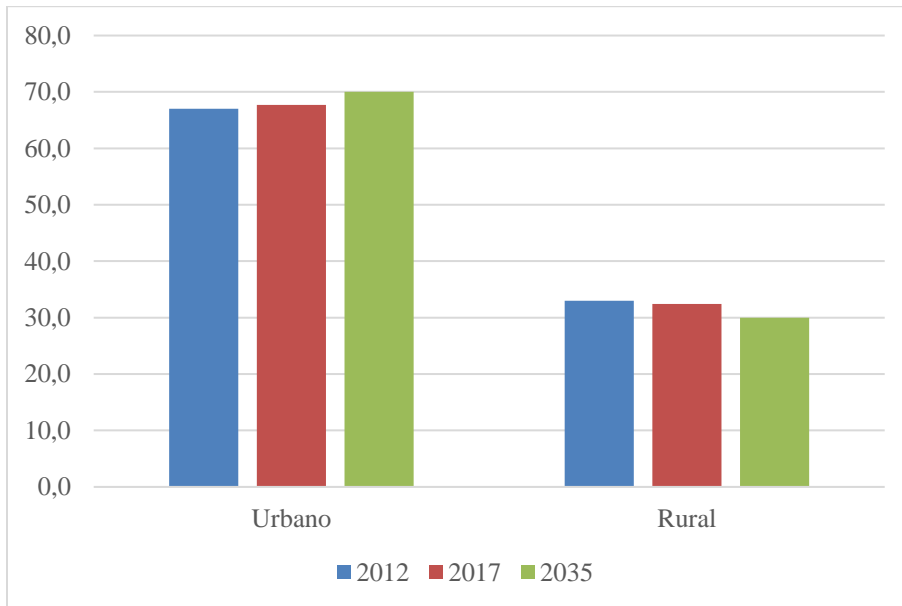
Fonte: IOF 2017.

Figura 1. Distribuição Etária da População



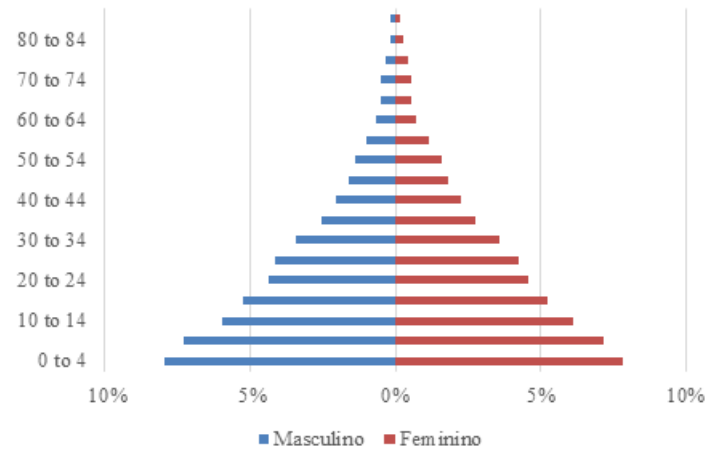
Fonte: INE.

Figura 2. Distribuição Espacial da População (rural/urbana)



Fonte: INE.

Figura 3. Distribuição da população por género e idade em 2017



Fonte: INE.

CAPÍTULO II: ANÁLISE DA POBREZA MONETÁRIA

Introdução

Este capítulo apresenta a estimativa da taxa de pobreza e o perfil dos pobres em STP com base no novo agregado de bem-estar ou Despesas Per Capita (DPC) e na nova linha de pobreza derivada do IOF de 2017.

Linha de pobreza para 2017

A linha da pobreza para STP em 2017 é baseada no método do custo das necessidades básicas, amplamente aceite na literatura. Mudanças nos padrões de consumo no país entre 2010 e 2017 exigem uma actualização da linha de pobreza em relação a 2010. O novo IOF 2017 foi desenvolvido para reunir informações para uma análise de vários tópicos, mas recolhe informações menos detalhadas sobre despesas em comparação com o IOF de 2010. Assim, os resultados não são directamente comparáveis, a menos que seja utilizado um método de imputação S2S.¹ Além disso, os padrões de consumo do país podem ter mudado em sete anos, o que implica na provável mudança no tipo de alimentos e na qualidade dos itens comprados pelas famílias para atender às suas necessidades calóricas.

A nova linha de pobreza gerada com base na metodologia padrão do Banco Mundial é diferente da linha de pobreza obtida em 2017, aplicando a mesma metodologia usada no inquérito de 2010. A linha de 2017 foi estimada agregando todas as despesas domésticas, excluindo aluguel pago e imputado e despesas com bens duráveis. Todas as outras despesas foram anualizadas e os valores unitários das despesas com alimentos foram criados para cada distrito.

O valor da nova linha de pobreza com base na metodologia padrão do Banco Mundial aplicada ao IOF de 2017 é de STD 19.017,00 per capita por ano (ou STD 52,10 per capita por dia). Essa linha de pobreza é apenas 1% maior que a linha de pobreza obtida pelo ajuste da linha de pobreza IOF de 2010 pela taxa de inflação do Índice de Preços ao Consumidor (IPC) entre 2010 e 2017.

A taxa de incidência de pobreza para 2017 com base na linha de pobreza para 2017 é de 66,7% (ver Tabela 4).

¹O cálculo do agregado do consumo e da nova linha da pobreza com o IOF 2017, bem como a imputação de survey para survey, foi realizada pela equipa do Banco Mundial do Poverty Global Practice com o intuito de produzir o documento de Poverty Assessment de STP (Banco Mundial, 2019). A análise apresentada no presente documento difere de foco do relatório do BM, porém os principais números da pobreza são equivalentes.

Tabela 4. Pobreza total e extrema em STP: Incidência, *gap* de pobreza e gravidade da pobreza

	Pobreza total			Pobreza extrema/ alimentar		
	Taxa de incidência	<i>Gap</i>	Gravidade	Taxa de incidência	<i>Gap</i>	Gravidade
	P(0)	P(1)	P(2)	P(0)	P(1)	P(2)
Nacional	66.7	30.0	17.3	47.0	18.4	9.9

Fonte: IOF 2017.

A Taxa de incidência de pobreza extrema em STP é de 47% (Tabela 4). Isso implica que o total de despesas per capita (DPC) de 47% dos indivíduos em STP é menor do que o custo da cesta de alimentos que fornece os requisitos calóricos mínimos. Essa alta taxa de pobreza extrema sugere a prevalência de insegurança alimentar significativa no país e é corroborada pelas respostas das famílias ao módulo de segurança alimentar do IOF 2017. Novamente, considerando a tipologia dos agregados em STP, as famílias pobres são sobretudo compostas por casais com filhos e famílias alargadas, sugerindo restrições ao bem-estar de crianças e idosos. O perfil da pobreza segundo características socioeconômicas indica que as principais correlações da pobreza são: famílias maiores com filhos, condição de desemprego ou trabalho informal. Quando nos situamos na repartição dos agregados segundo o quintil de bem-estar e situação de pobreza, é possível notar que a despesa média anual per capita dos indivíduos nos 40% mais baixos da distribuição é menor que um terço do nível de bem-estar médio da população, além de substancialmente menor que a despesa do quintil superior de DPC.

Tabela 5. Tipologia e características dos agregados familiares segundo a situação de pobreza

	Famílias não-pobres			Famílias pobres		
	% agregado	% população	Dimensão média	% agregado	% população	Dimensão média
Unipessoal	22.8	7.1	1.0	4.7	1.0	1.0
Casal	6.6	4.2	2.0	3.3	1.4	2.0
Casal com Filhos	35.6	45.9	4.1	46.1	48.8	5.0
Monoparental Nuclear	12.1	11.1	3.0	14.8	12.9	4.1
Monoparental Alargada	5.0	6.8	4.4	8.2	9.8	5.6
Familia Alargada	17.8	24.9	4.5	22.9	26.2	5.4
Total	100.0	100.0	3.2	100.0	100.0	4.7

Fonte: IOF 2017.

Tabela 6. Perfil de pobreza da População segundo algumas características socioeconómicas dos agregados

	Índices de pobreza FGT (%)			Contribuições		
	P0	P1	P2	P0	P1	P2
1. Sexo						
Homens	66.7	29.7	17.1	0.49769	0.49609	0.49563
Mulheres	66.5	29.8	17.2	0.50231	0.50391	0.50437
2. Tipologia do agregado familiar						
Unipessoal	22.2	10.0	6.1	0.04746	0.04951	0.05284
Casal	40.2	18.4	11.3	0.03267	0.03458	0.03708
Casal com Filhos	68.1	29.7	16.6	0.46052	0.44927	0.43432
Monoparental Nuclear	69.8	30.3	17.2	0.14808	0.14174	0.13980
Monoparental Alargada	74.1	37.0	23.4	0.08186	0.08989	0.09783
Família Alargada	67.9	31.2	18.4	0.22940	0.23501	0.23814
3. Situação de emprego						
Activos Ocupados	58.6	24.7	13.6	0.47315	0.44230	0.41777
Desempregado (Disponível/procurando/BIT)	64.6	29.8	17.9	0.05117	0.05245	0.05393
Inactivos	68.5	32.9	20.2	0.37181	0.39632	0.41766
Desempregado (desencorajado)	72.9	34.5	20.4	0.10387	0.10893	0.11064
4. Grupos socioeconómicos						
Sector Público	44.9	16.9	9.1	0.05409	0.04522	0.04157
Sector Privado formal	50.4	20.4	11.3	0.06821	0.06143	0.05842
Indep do Sector Privado agrícola	69.8	30.0	16.4	0.13497	0.12897	0.12066
Indep do Sector Privado não agrícola	60.4	26.0	14.4	0.21414	0.20471	0.19472
Desempregado	64.6	29.8	17.9	0.05155	0.05287	0.05440
Inactivos	69.5	33.2	20.3	0.47703	0.50679	0.53023
5. Quintil do nível de vida do agregado familiar						
20% mais pobres	100.0	76.1	58.9	0.27684	0.47035	0.62207

2º quintil	100.0	53.3	28.7	0.29259	0.32896	0.28596
3º quintil	100.0	32.5	11.1	0.31405	0.18364	0.08959
4º quintil	59.6	6.4	0.9	0.11651	0.01705	0.00238
20% mais ricos	0.0	0.0	0.0	0.00000	0.00000	0.00000

Fonte: IOF 2017. Nota: BIT é a definição da Organização Internacional do Trabalho para desemprego.

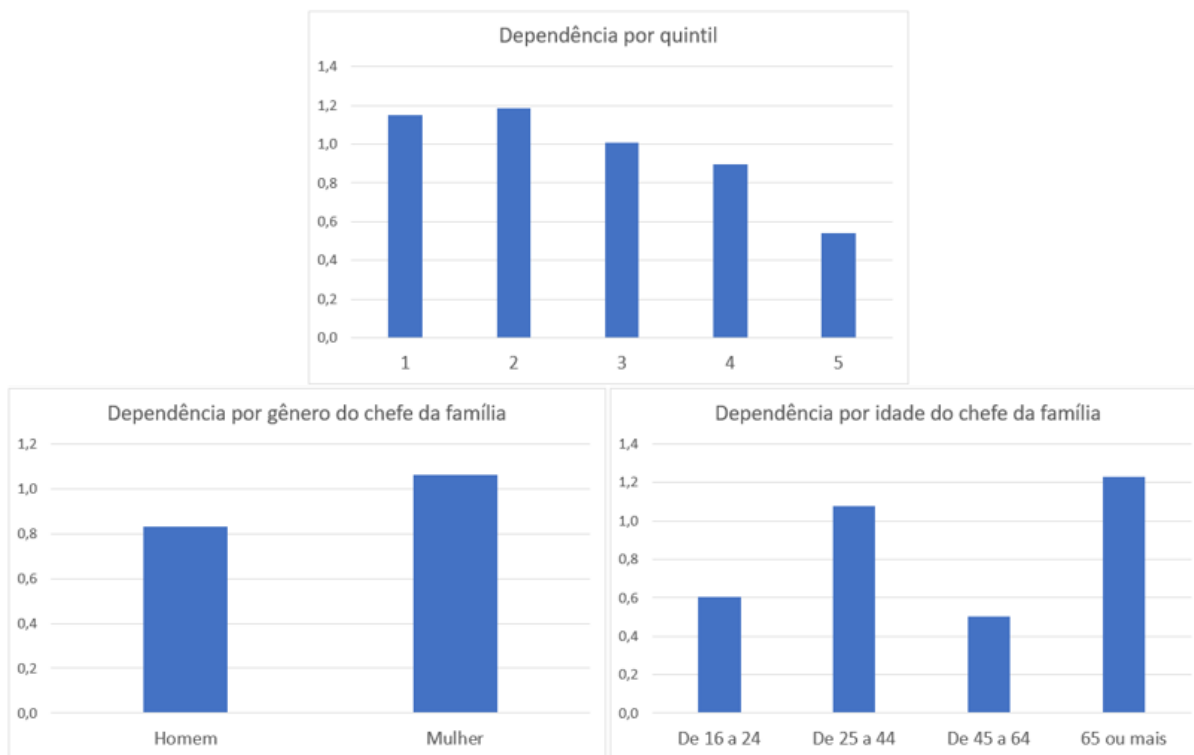
Tabela 7. Perfil da repartição (em %) dos agregados segundo a situação de pobreza e o nível de vida

Perfil em %	Quintis das despesas totais					Total
	Q1	Q2	Q3	Q4	Q5	
Não-pobres	0.0	0.0	0.0	40.4	100.0	33.3
Pobres	100.0	100.0	100.0	59.6	0.0	66.7
Perfil segundo a despesa anual média per capita (STD)						
Não-pobres	-	-	-	20.993	68.362	56.194
Pobres	4.561	8.928	12.914	17.093	-	10.539
Total	4.561	8.928	12.914	18.667	68.362	25.736

Fonte: IOF 2017.

Os pobres em STP vivem em famílias grandes com altas razões de dependência (ver Figura 4). Por definição, medidas de pobreza baseadas nas despesas per capita induzem uma correlação positiva entre pobreza e tamanho da família. Portanto, é útil examinar mais profundamente a relação entre tamanho da família e a pobreza. A razão de dependência é a razão entre aqueles que normalmente não estão na força de trabalho (a parte dependente tem de 0 a 14 anos e mais de 65 anos) e aqueles que normalmente estão na força de trabalho (a parte produtiva tem entre 15 e 64 anos). O indicador fornece uma medida da pressão sobre a população produtiva. Em STP, em média, cada pessoa em idade activa apoia 1,03 membros da família. A taxa aumenta para 1,36 nos agregados familiares com mulheres adultas jovens e é significativamente mais alta nos quintis mais baixos da distribuição do bem-estar.

Figura 4. Razão de dependência por características socioeconômicas



Fonte: IOF 2017 .

As maiores razões de dependência entre os agregados familiares pobres são devidas principalmente à prevalência de crianças com menos de 14 anos de idade nesses agregados. Em 2017, as famílias mais pobres em STP (no quintil inferior da riqueza) tinham razão de dependência duas vezes maior do que as famílias mais ricas (quintil superior da riqueza, Tabela 8). Essa diferença é causada principalmente pelo alto número de crianças (com 14 anos ou menos) em famílias pobres. A família pobre tem em média 1,97 filhos, em comparação com 1,07 na família não-pobre. O número de adultos (de 15 a 64 anos) também é um pouco maior entre os agregados familiares pobres, enquanto não há diferença entre os agregados familiares pobres e não-pobres em relação ao número de idosos (com 65 anos ou mais).

Tabela 8. Razão de dependência por status "pobre" e "não-pobre"

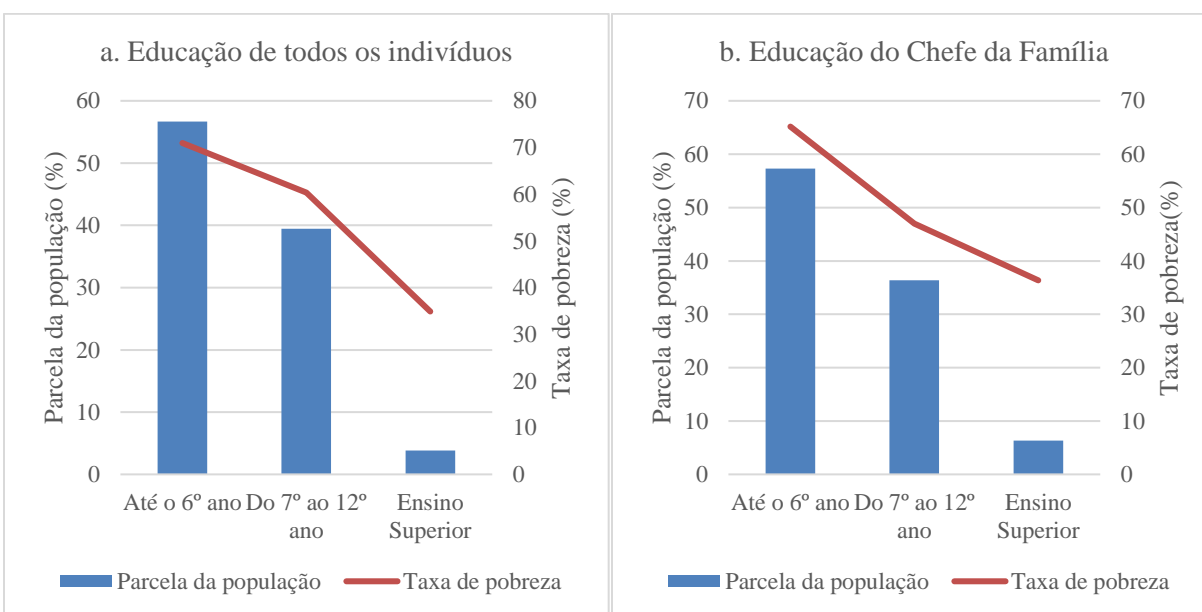
	Não-pobre	Pobre
Crianças de 0 a 14 anos	1.07	1.97
Adultos de 15 a 64 anos	1.83	2.19
Idosos com 65 anos ou mais	0.13	0.13
Tamanho do agregado familiar	3.20	4.70
Razão de dependência	0.64	1.10

	Não-pobre	Pobre
Dependência (crianças)	0.59	1.05
Dependência (idade)	0.05	0.05

Fonte: IOF 2017.

Existe uma forte relação entre educação e pobreza. Esse resultado não é surpreendente, pois é o que pode ser observado em todo o mundo. A prevalência da pobreza tende a diminuir com níveis mais altos de educação do chefe da família. Isso, geralmente é verdade no nível individual e no nível familiar - ao comparar as taxas de pobreza entre os níveis de educação do chefe de família. A Figura 5 mostra a prevalência de pobreza associada a diferentes níveis de escolaridade para todos os indivíduos em STP (Figura 5.a), bem como para o chefe de família (Figura 5.b).

Figura 5. Parcela da população e taxa de pobreza por nível de educação do indivíduo e do chefe de família



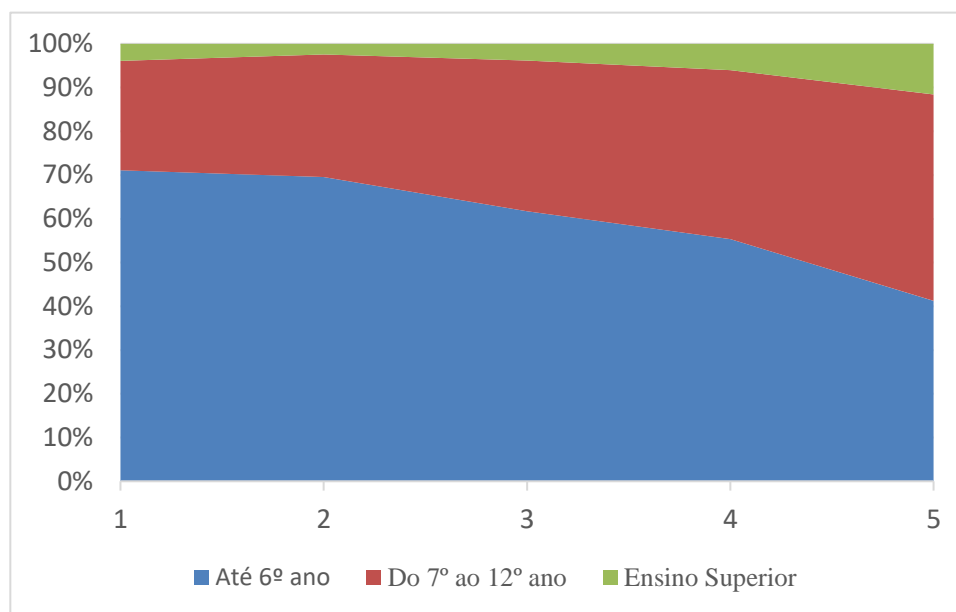
Fonte: IOF 2017 .

Escolaridade e o Rendimento Familiar

Em STP, a maioria da população vive em agregados onde o chefe obteve alguma educação, incluindo a conclusão do ensino primário (ver Figura 6). O ensino primário compreende os primeiros seis anos de escolaridade em STP. Cerca de 57,2% das famílias no país têm um chefe que obteve escolaridade, alguma educação formal ou educação primária. Apenas 36,5% dos agregados familiares têm um chefe que concluiu a escolaridade dos 7 aos 12 anos de estudo, e outros 6,3% dos agregados familiares têm um chefe com ensino superior. Evidentemente, a transição para o ensino secundário é muito baixa, e muito menor para o ensino superior.

Especialmente para os que estão no quintil mais baixo, a transição para um nível superior de educação é baixa (Figura 6). Entre os agregados familiares do quintil de riqueza mais baixo, 71% têm um chefe de família que concluiu alguma educação e parou no ensino primário, na melhor das hipóteses. Apenas 25% dos agregados familiares no quintil inferior têm um chefe de família que ingressou no ensino médio (entre 7 e 12 anos de estudo), enquanto 3,9% têm um chefe no ensino superior (incluindo o ensino técnico). Entre o quintil de maior riqueza, uma parcela muito maior de famílias obteve educação superior (47,2%).

Figura 6. Educação do Chefe de família por quintil



Fonte: IOF 2017 .

Tabela 9. Intervalo de confiança do consumo anual per capita pelo nível educacional do chefe da família

Nível educacional	STD	Erro padrão	Intervalo de confiança de 95%	
			Min	Max
Até 6º ano (primário)	23.920	2.190	19.640	28.200
Do 7º ao 12º anos (secundário)	35.310	3.110	29.190	41.410
Ensino Superior	89.760	19.370	51.480	128.040

Fonte: IOF 2017 .

Os agregados familiares com um chefe de família mais instruído têm padrões de vida mais elevados. O valor do bem-estar social (STD 35.310,00) para os agregados familiares, cujo os chefes obtiveram ensino secundário é estatisticamente significativo e maior do que para as famílias cujo o nível de escolaridade é

o ensino primário (STD 23.920,00). Famílias chefiadas por indivíduos com ensino superior têm o dobro do bem-estar agregado (STD 89,76 mil) do grupo anterior (Tabela 9).

Entre os jovens que não estudam nem trabalham os motivos mais citados para não ir à escola são repetência escolar, para meninos (34,6%), e gravidez precoce, para meninas (16,7%). Entre as meninas de 15 a 26 anos, 32,3% declaram não frequentar a escola porque tiveram um filho ou estão grávidas (Tabela 10). Entre os meninos da mesma faixa etária, repetência ou abandono é a razão mais citada para não ir à escola (34,6%).

Tabela 10. Razões dos jovens para não ir à escola e não trabalhar

Motivo para não ir à escola (em %)	Homens	Mulheres	Total
Muito jovem	0.5	0.2	0.3
Nenhuma escola na área	0.0	0.6	0.4
Recusa familiar	2.4	4.1	3.6
Prefere trabalhar	10.5	4.1	6.1
Trabalhos domésticos	0.0	4.1	2.9
Quer se casar	0.0	0.3	0.2
Teve um filho	0.0	15.6	10.8
Gravidez	0.0	16.7	11.5
Muito caro	1.0	2.8	2.3
Falta de meios financeiros	21.4	15.6	17.4
Não adaptado à escola	4.5	2.1	2.9
Estudos não ajudam	1.8	1.0	1.3
Doente	5.9	3.4	4.2
Estudos concluídos	8.4	4.2	5.5
Abandono, reprovação	34.6	20.6	24.9
Outro (especificar)	8.9	4.6	5.9
Total	100.0	100.0	100.0

Fonte: IOF 2017 .

Distribuição da Pobreza por Actividade

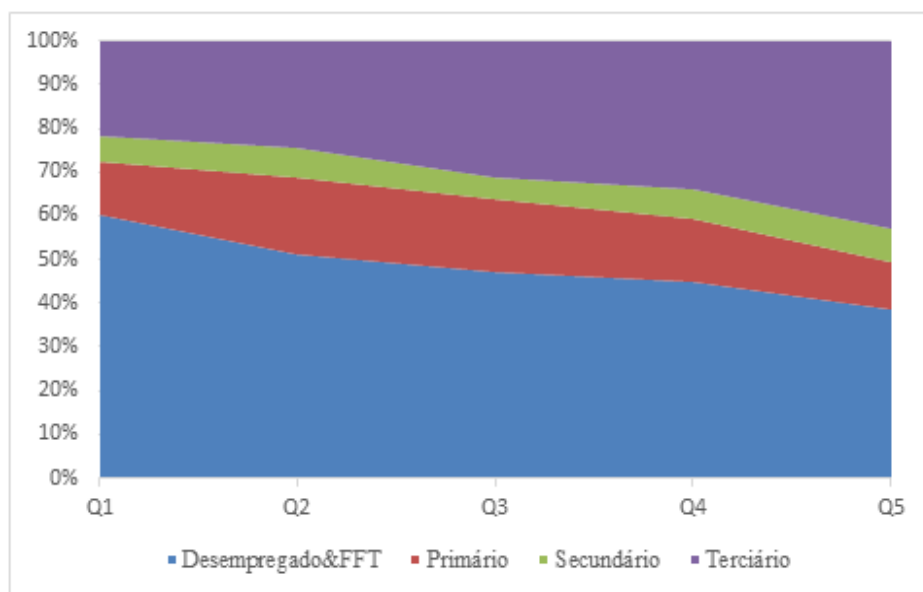
Os pobres estão desempregados, empregados na agricultura ou no sector informal. O sector terciário (de serviços) é o principal sector de emprego em STP, seguido pelo sector primário (agricultura). No entanto, nos dois quintis inferiores da distribuição do bem-estar, o emprego no sector primário é tão importante

quanto o emprego no sector terciário (Figura 7). Cerca de 31,4% dos santomenses na força de trabalho estão empregados no sector terciário. Outros 14,3% estão trabalhando na agricultura e/ou pesca. No primeiro e segundo quintis, o sector terciário emprega mais de dobro dos indivíduos do que o sector primário.

As maiores taxas de pobreza estão concentradas entre os que trabalham na agricultura e os que não declaram qualquer sector de trabalho. Cerca de 48% da população com 15 anos ou mais não declara nenhum sector de trabalho. Entre esses indivíduos, a taxa média de pobreza é de 68,7%. Outros 14,2% da população em idade activa estão empregados no sector agrícola. Entre este grupo, a taxa de pobreza é de 68,6%. Essas taxas de pobreza são muito mais altas do que para as populações que trabalham nos sectores secundário (59,9 %) e terciário (53,6 %).

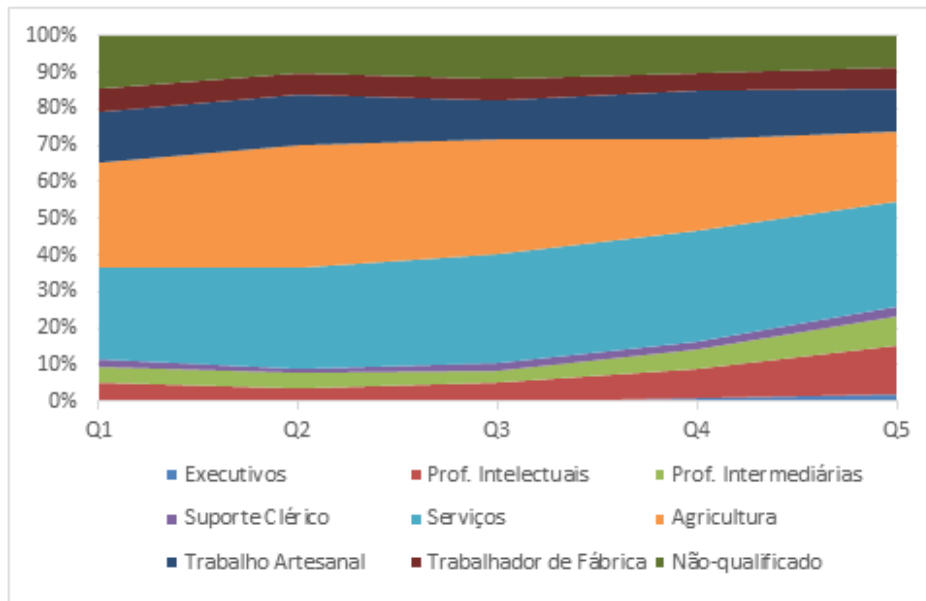
Entre a população activa, as taxas de pobreza são mais altas para os que trabalham na agricultura e o sector artesanal, aonde a mão-de-obra não qualificada é predominante. A maior taxa de pobreza (67,1%) está entre os que declaram trabalhar na agricultura, seguida por aqueles que trabalham em ocupação não qualificada (62,2%), operários (59,2%) e empregados em trabalhos artesanais. Como discutido anteriormente, entre a população activa, a agricultura emprega a segunda parcela mais importante da população (26,7%).

Figura 7. Emprego em diferentes sectores por quintil do DPC



Fonte: IOF 2017 . Nota: FFT = Fora da Força de Trabalho.

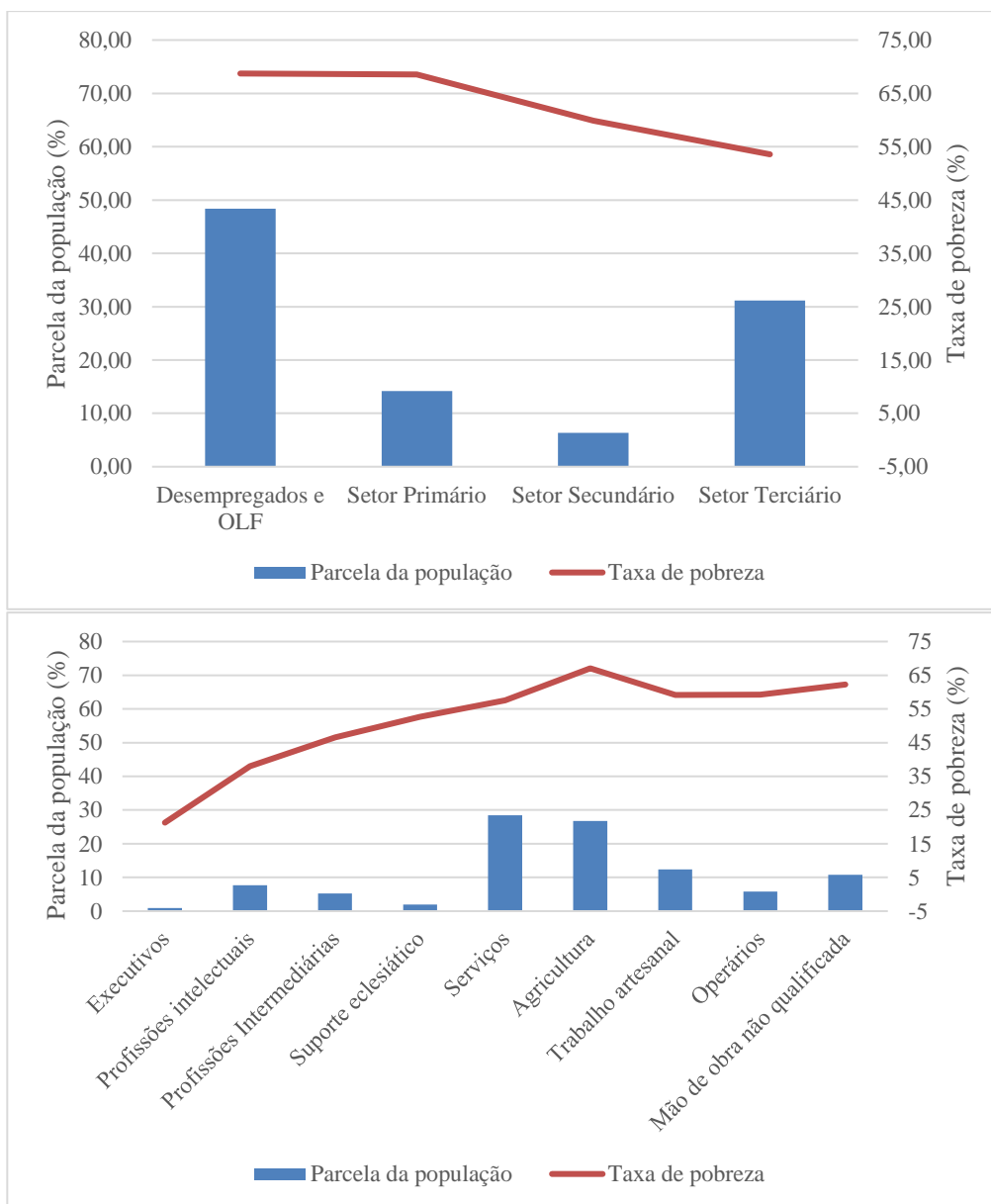
Figura 8. Emprego em diferentes ocupações por quintil do DPC



Fonte: IOF 2017 .Nota: FFT = Fora da força de trabalho.

Depois dos serviços, a agricultura emprega a maior parte da população de STP, particularmente os pobres (Figura 8). A agricultura é o segundo maior empregador das pessoas, depois dos serviços, trabalho artesanal e não-qualificado em último lugar. Nos dois quintis inferiores, a parcela de pessoas empregadas na agricultura é de 29% (Q1) e 34% (Q2), respectivamente. A parcela da população empregada na agricultura no quintil superior é menor (20%), mas ainda é proeminente. Entre os dois quintis inferiores, o sector de serviços emprega outros 25% (Q1) e 29% (Q2). Outros 14%(Q1) e 14% (Q2) estão empregados em trabalhos artesanais.

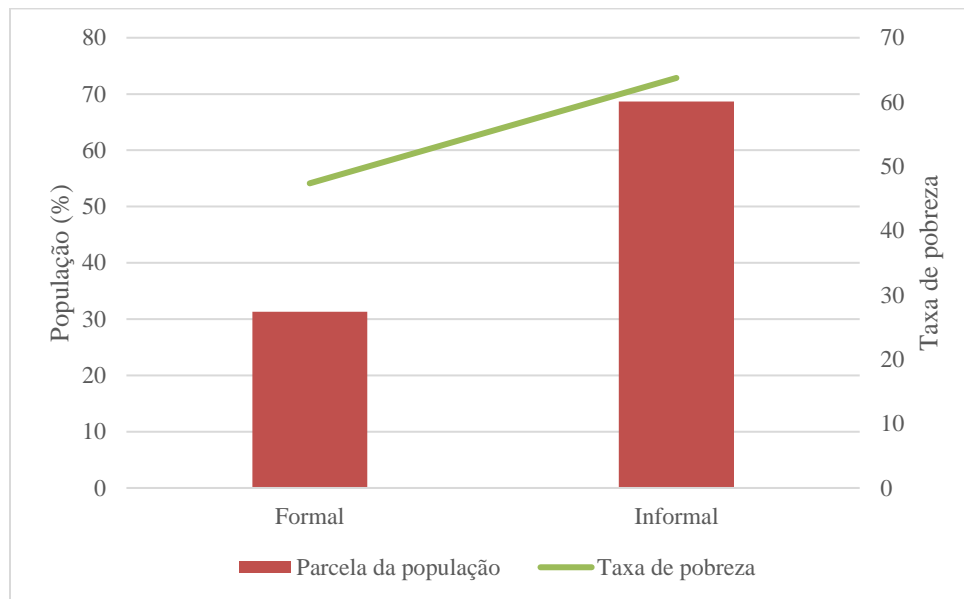
Figura 9. Proporção da população e taxa de pobreza por sector de emprego e ocupação



Fonte: IOF 2017 .

A maior parte da população de STP trabalha no sector informal e é muito mais pobre do que aqueles que trabalham no sector formal (Figura 10). Este relatório utiliza contribuições para a segurança social como *proxy* para trabalhar no sector formal. Do total de entrevistados em idade activa, 68,7% não contribuem para a segurança social, apenas 31,3% o fazem. Os empregados no sector informal têm uma taxa de pobreza de 63,8%, em comparação com uma taxa de pobreza de 47,4% para aqueles que trabalham no sector formal.

Figura 10. População e taxa de pobreza no emprego formal e informal



Fonte: IOF 2017 .

As reformas de redução da pobreza em STP devem se concentrar em pelo menos três tópicos: (a) aumentar a produtividade e a renda agrícola, (b) aumentar a produtividade e a renda no sector informal e (c) fornecer redes de segurança para a grande parte das pessoas atualmente desempregados. Da análise anterior, os pobres aparentam estar concentrados em três grupos: agricultura, informalidade, desemprego. Ajudar o crescimento e a produtividade nesses sectores ajudará a reduzir a pobreza.

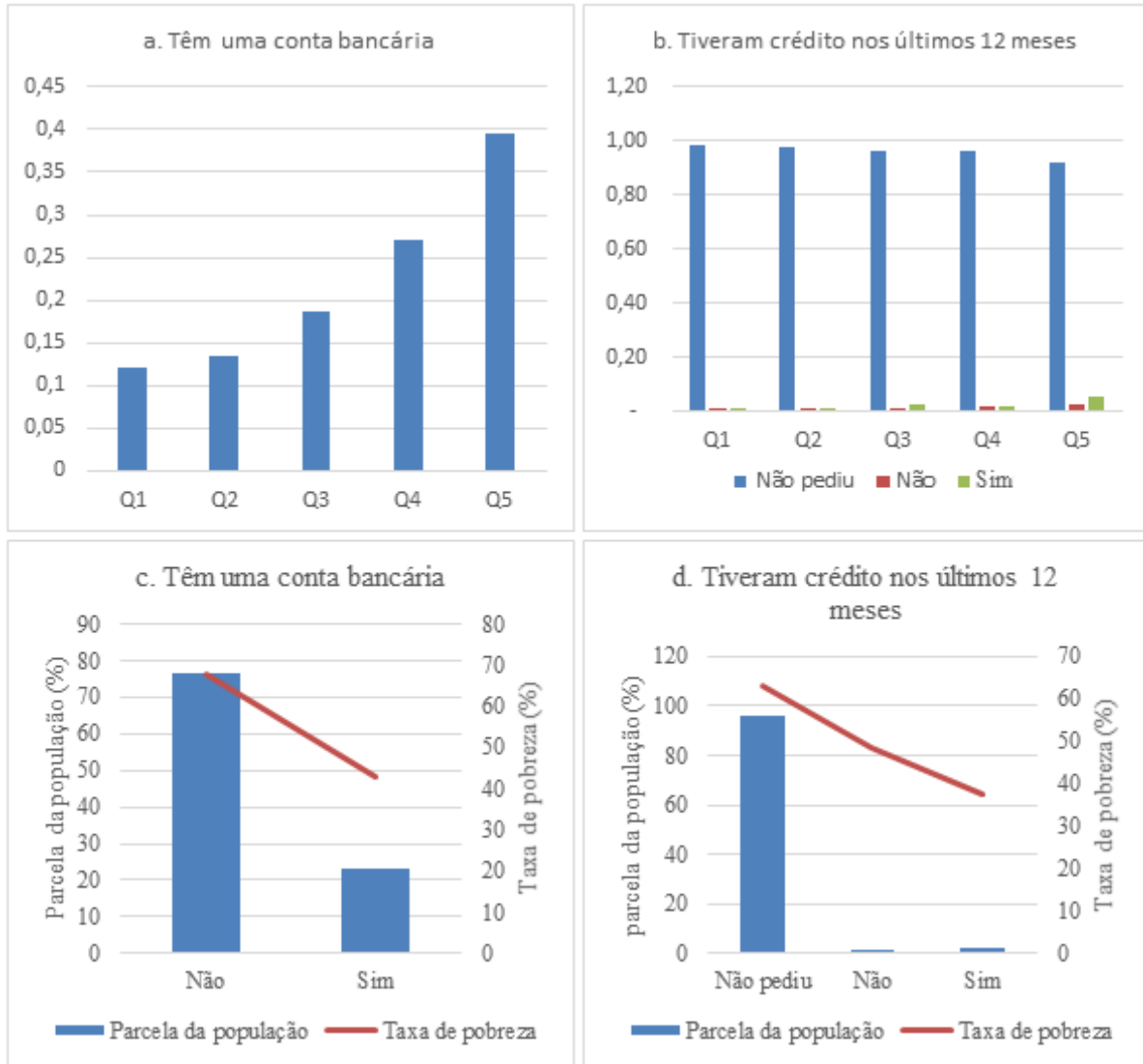
As ocupações dos membros da família estão fortemente relacionadas aos padrões de vida. Além dos serviços, o principal sector de actividade é a agricultura (sector primário). Os mais pobres são predominantemente empregados no sector agrícola, não trabalham ou estão desempregados.

O acesso ao sistema bancário está fortemente correlacionado com a riqueza. Cerca de 39,5% dos indivíduos declaram acesso a uma conta bancária no quintil de maior riqueza. Entre o quintil inferior da distribuição, o acesso é limitado a apenas 12% da população. No segundo menor quintil, 13,4% têm acesso, enquanto no terceiro quintil, 18,6%. Não é de surpreender que as taxas de pobreza sejam visivelmente mais altas entre os indivíduos que declaram não ter uma conta bancária, com incidência ou P1 de 70%, comparados a 42,9% entre os que possuem (Figura 11c). A pobreza está correlacionada à falta de acesso a produtos financeiros.

A proporção de pessoas que receberam crédito é muito baixa no geral e quase zero entre os mais pobres. O acesso ao crédito é importante porque pode ajudar a impulsionar uma ideia, ou simplesmente ajudar contra choques imprevistos. No quintil inferior da riqueza, menos de 1% das pessoas declaram ter recebido crédito nos últimos 12 meses. As taxas de acesso são muito semelhantes no segundo menor quintil. A grande maioria da população declara não ter pedido crédito. No quintil inferior da riqueza, essa taxa é de 98%. No quintil de maior património em STP, 5% relatam ter recebido algum crédito nos últimos 12 meses. Surpreendentemente, a taxa de pobreza é mais baixa entre os indivíduos que tiveram acesso

ao crédito, 37,6%, em comparação com uma taxa de pobreza de 62,9% entre aqueles que declaram não ter pedido crédito (Figura 11).

Figura 11. Acesso a uma conta bancária e crédito



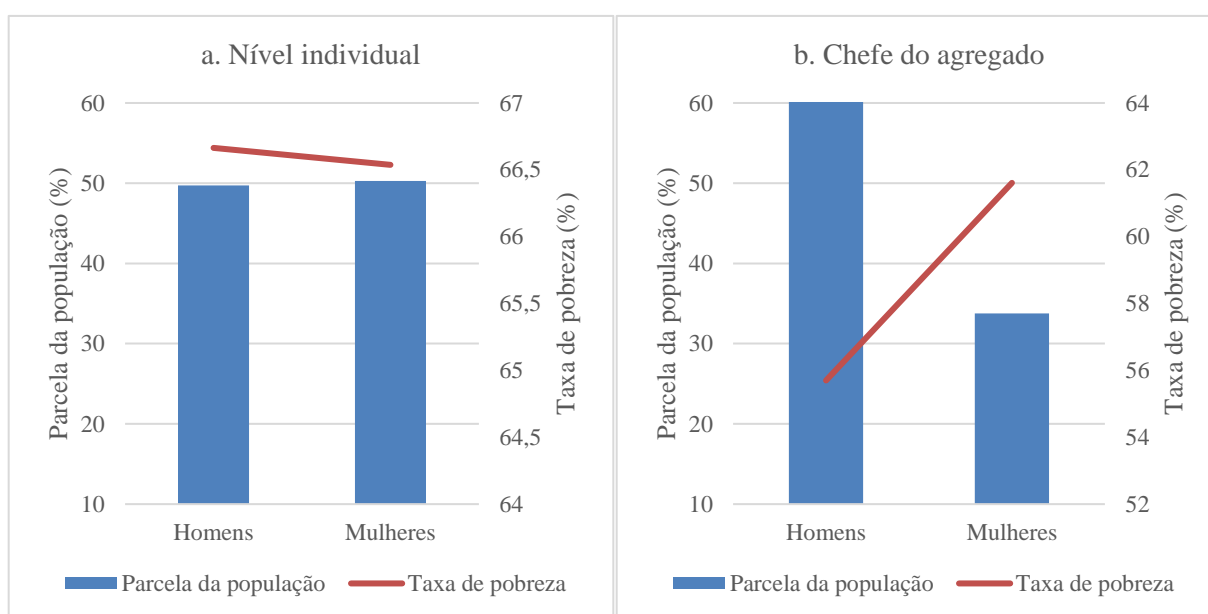
Fonte: IOF 2017 .

Perfil da Pobreza por Género

Em todo o mundo e nos países em desenvolvimento, a pobreza atinge mulheres e meninas de forma desproporcional. Vários factores são responsáveis pelo perfil de pobreza concentrado por género. Alguns desses factores por trás das taxas mais altas de pobreza entre as mulheres são salários mais baixos, falta de trabalho decente, trabalho não remunerado e dias de trabalho mais longos. Tais factores, impedem a alocação eficiente de talentos, limitando as mulheres a certos tipos de trabalho. Mecanismos adicionais por trás da maior propagação da pobreza entre as mulheres são estruturas de negociação intra-domiciliar que tendem a ser distorcidas em favor dos homens no domicílio.

Os agregados familiares mais pobres são chefiados por uma mulher (Figura 12). Em STP, muitos agregados familiares são chefiados por uma mulher (33,7 % em contraposição a 66,2 % chefiados por homens). A taxa de pobreza entre os agregados familiares chefiados por homens é de 55,8 %, em comparação com 61,6 % entre os chefiados por mulheres. No nível individual, mulheres e meninas são tão pobres quanto homens e meninos: a taxa de pobreza entre os homens é de 66,66%, em comparação com 66,53% entre as mulheres.

Figura 12. Parcela da população e taxa de pobreza entre os sexos

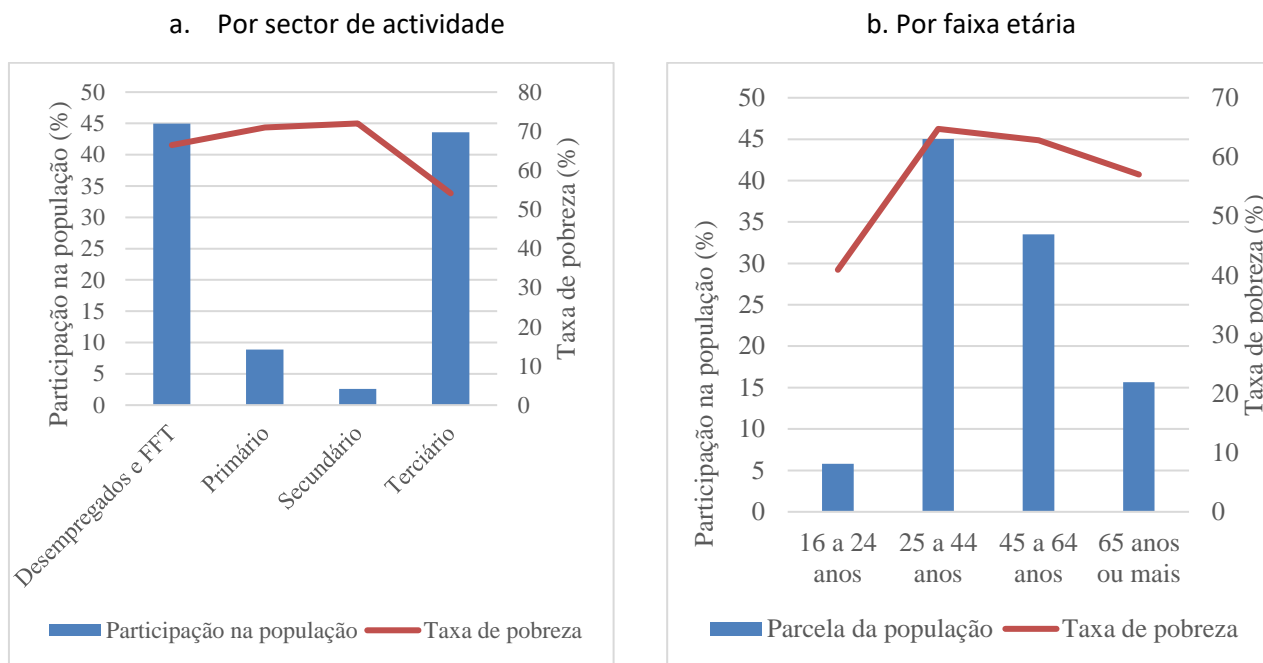


Fonte: IOF 2017 .

As taxas de pobreza são mais altas entre os agregados familiares chefiados por uma mulher que trabalha no sector primário ou secundário (Figura 13). Cerca de 45% das mulheres que são chefes de família estão desempregadas ou fora da força de trabalho. Outros 43,6% trabalham no sector terciário. A taxa de pobreza é de 66,5 % para famílias com um chefe desempregado ou fora da força de trabalho e de 54,1 % para aqueles com um chefe que trabalha no sector terciário. Os agregados familiares cuja mulher chefe de família trabalha no sector primário estão entre os mais pobres, com uma taxa de pobreza de 71%, enquanto a taxa de pobreza entre os agregados familiares chefiados por mulheres empregadas no sector secundário é de 72%. Essas taxas de pobreza são muito mais altas nas famílias chefiadas por homens que

trabalham no mesmo sector. Entre essas famílias, a taxa de pobreza é de 65,1% (chefes empregados no sector primário) e 52,3% (chefes trabalhando no sector secundário). A segunda observação interessante é que "apenas" 12,4% dos agregados familiares chefiados por homens estão desempregados ou fora da força de trabalho.

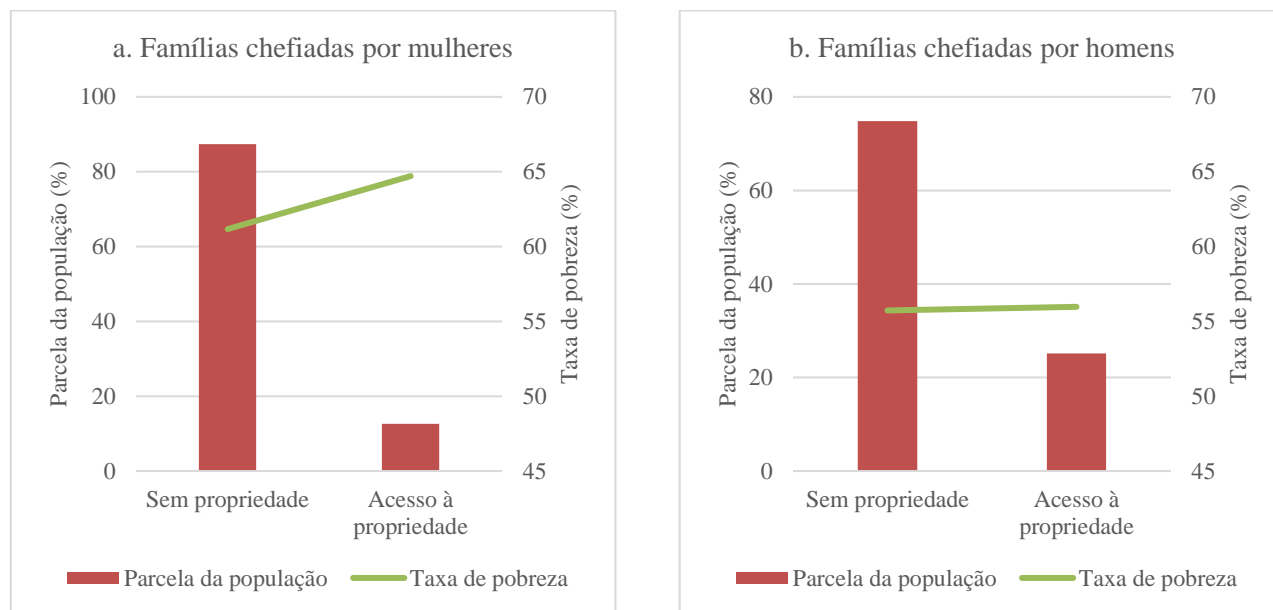
Figura 13. Participação da População e taxa de pobreza por sector de trabalho e faixa etária (somente famílias chefiadas por mulheres)



Fonte: IOF 2017 .

O acesso a uma parcela de terra é mais frequente entre os agregados familiares chefiados por homens do que por mulheres, com aqueles que têm acesso a uma parcela sendo um pouco mais pobres do que aqueles que não têm (Figura 14). O acesso a uma parcela não está associado a um maior bem-estar em STP. A taxa de pobreza entre famílias chefiadas por homens que relatam ter uma parcela alugada, possuída ou herdada (56%) é um pouco mais alta do que entre aqueles que não têm acesso (55,7%). A taxa de pobreza entre os agregados familiares chefiados por mulheres com acesso a uma parcela é de 64,7 %, enquanto é de 61,2 % entre aqueles que não têm acesso.

Figura 14. Participação da população e taxa de pobreza por propriedade de parcelas de terras



Fonte: IOF 2017 .

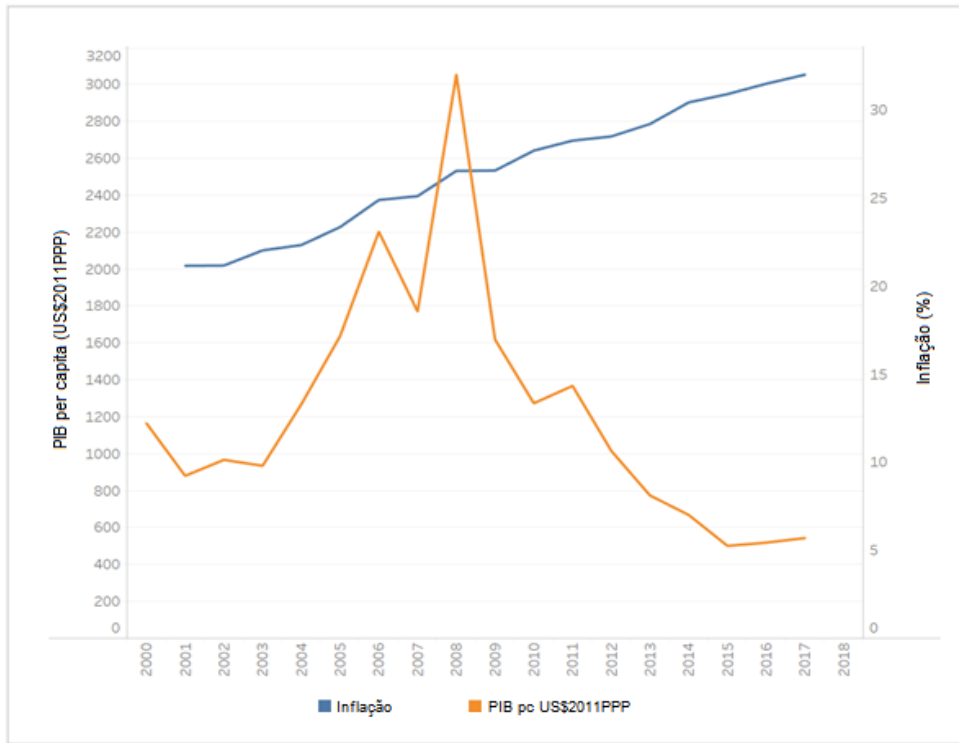
Redução da Pobreza entre 2010 e 2017

De 2010 a 2017, STP experimentou uma taxa de crescimento média anual do PIB per capita de 2,1% (ver Figura 15)². No entanto, as taxas de crescimento do PIB estão em declínio desde 2014 e atingiram uma estimativa de 2,7% em 2018. O Investimento Directo Estrangeiro (IED) proporcionou um impulso de curta duração ao crescimento em torno de 2010, quando as perspectivas de petróleo eram mais altas. Os investimentos públicos, que chegavam a 31,5% do PIB em 2011, caíram para 9% em 2018. Mais recentemente, o sector de turismo, que apresentou rápido crescimento e gerou US \$ 60 milhões em 2018, perdeu o ritmo de crescimento e o volume e o valor dos produtos agrícolas caíram³.

²Neste capítulo, onde as mudanças nas taxas de pobreza ao longo do tempo são apresentadas e discutidas, a taxa de pobreza de 2017 é da Pesquisa de Orçamento Familiar de 2017 (Inquérito aos Orçamentos Familiares, IOF), enquanto a taxa de pobreza de 2010 é a taxa de pobreza estimada para 2010 usando o método de imputação de *Survey to Survey* (S2S).

³O valor das exportações de cacau do país caiu 5% entre 2016 e 2018, e o valor total de sua produção agrícola caiu 11,7% entre 2014 e 2016, de acordo com os últimos dados disponíveis da FAO.

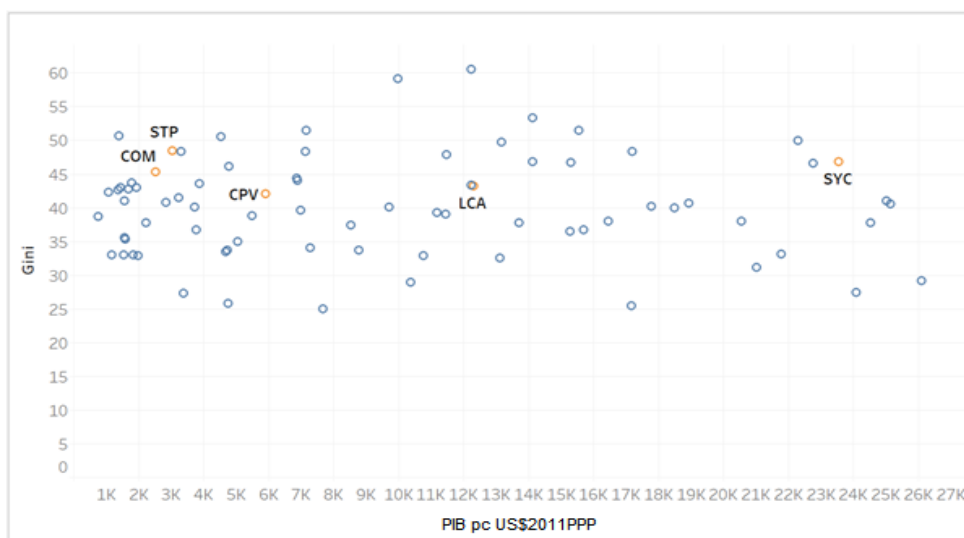
Figura 15. Tendências do PIB per capita e inflação



Fonte: Indicadores de Desenvolvimento Mundial (IDM), Banco Mundial.

A desigualdade em STP é alta para os padrões internacionais segundo os Indicadores do Desenvolvimento Mundial na Figura 16. O valor do índice Gini para 2017 em STP é 48,4. O valor do índice de Gini em STP é maior em comparação com países com PIB per capita semelhante, tais como, Comores e Cabo Verde.

Figura 16. Desigualdade (índice de Gini) e PIB per capita em STP e outros países



Fonte: IDM, Banco Mundial.

A pobreza em STP não mudou significativamente entre 2010 e 2017. A incidência de pobreza, medida pelo índice de pobreza Foster-Greer-Thorbecke (FGT), diminuiu de 68,4% em 2010 para 66,7% em 2017. Considerando a variação amostral das estimativas pontuais de pobreza em 2010 e 2017, as estimativas da Tabela 11 mostram que o declínio de 1,7% na taxa de pobreza entre 2010 e 2017 (de 68,4% em 2010 para 66,7 % em 2017) não é estatisticamente significativo, dada a sobreposição substancial entre os intervalos de confiança em torno das estimativas de pobreza específicas do ano.⁴

Tabela 11. Taxa de pobreza em 2017 e 2010

		Estimativa	Erro padrão	Intervalo de confiança a 95%	
IOF 2017	Taxa de pobreza FGT($\alpha = 0$)	66.7	1.3	64.2	69.3
S2S 2010	Taxa de pobreza FGT($\alpha = 0$)	68.4	1.2	66.0	70.7

Fonte: IOFs de 2010 e 2017.

No entanto, a ausência de um declínio significativo na taxa de pobreza oculta um declínio grande e estatisticamente significativo na profundidade e na gravidade da pobreza em STP entre 2010 e 2017. Uma vantagem oferecida pelo índice de medidas de pobreza do FGT é que ele permite variar o peso que se atribui ao nível de bem-estar (despesas) dos membros mais pobres da sociedade. O índice de profundidade ou pobreza (ou *gap* de pobreza), que resume a distância, em média, entre os pobres e a linha de pobreza, FGT ($\alpha = 1$), caiu de 35,3 em 2010 para 29,9 em 2017 (Tabela 12) e a gravidade da pobreza ou o índice da diferença quadrática da pobreza, FGT ($\alpha = 2$), que atribui ainda mais peso ao nível de bem-estar das famílias mais pobres, caiu de 22,5 em 2010 para 17,3 em 2017 (Tabela 13).

Tabela 12. *Gap* de pobreza em 2017 e 2010

		Estimativa	Erro padrão	Intervalo de confiança a 95%	
IOF 2017	<i>Gap</i> de pobreza FGT($\alpha = 1$)	29,9	0,9	28,1	31,7
S2S 2010	<i>Gap</i> de pobreza FGT($\alpha = 1$)	35,3	1,0	33,3	37,2

Fonte : IOFs de 2010 e 2017.

Tabela 13. Gravidade da pobreza em 2017 e 2010

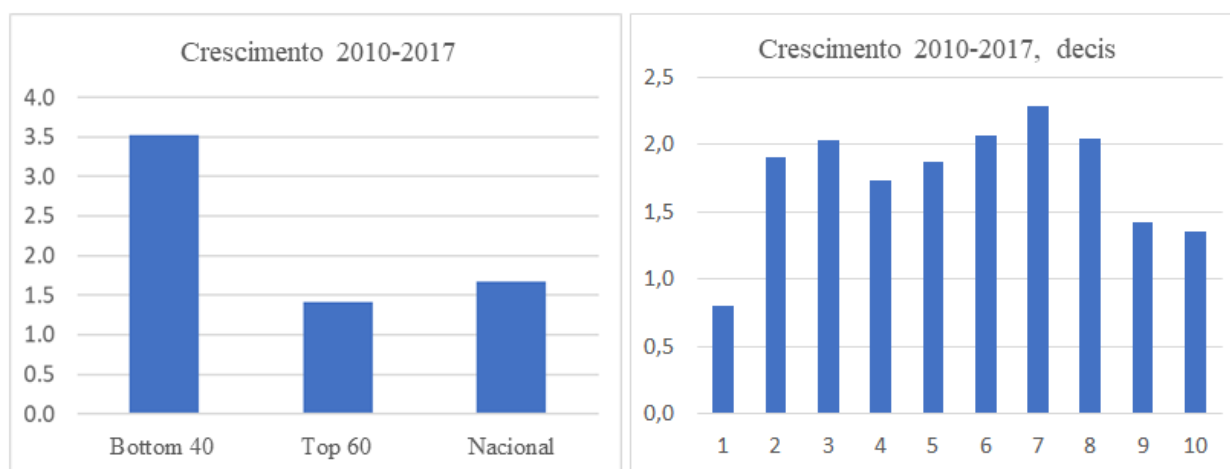
		Estimativa	Erro padrão	Intervalo de confiança a 95%	
IOF 2017	Gravidade da pobreza	17,3	0,7	15,9	18,6

	FGT($\alpha = 2$)				
S2S 2010	Gravidade da pobreza				
	FGT($\alpha = 2$)	22,5	0,8	20,8	24,1

Fonte: IOFs de 2010 e 2017

Correspondendo aos padrões anteriores de mudança na profundidade e gravidade da pobreza, indicadores de prosperidade compartilhada mostram que o bem-estar dos 40% mais pobres (Bottom 40) da população cresceu a uma taxa mais alta do que a da população total (ver Figura 17). O crescimento médio do bem-estar (gastos per capita [DPC]) para os 40% mais pobres da população foi de 3,5% ao ano, enquanto para os 60% superiores (Top 60) foi de 1,4%. A taxa média de crescimento anual para a população total foi de 1,72%, com um bônus de prosperidade compartilhada de 1,78%, mostrando que o crescimento foi favorável aos pobres, mesmo que não tenha levado a uma redução significativa na incidência de pobreza (taxa de funcionários) entre 2010 e 2017.

Figura 17. Incidência de crescimento no DPC entre 2010 e 2017



Fonte: IOFs de 2010 e 2017

⁴É importante ter em mente que a estimativa de pobreza derivada do IOF de 2010 (66,2%) se baseia em (a) método diário de recolha de informações sobre consumo, (b) preços de consumo de 2010, (c) um deflator espacial diferente para ajustes no custo de vida e (d) uma linha de pobreza com base nos preços de 2010. A taxa de pobreza para 2010 com base no método de imputação S2S (68,4%) é baseada em um método de recolha nos últimos sete dias para recolher informações sobre consumo, preços de consumo de 2017 e uma linha de pobreza baseada nos preços de 2017. Por esses motivos, as duas taxas de pobreza disponíveis para 2010 não são realmente comparáveis entre si, embora numericamente sejam muito próximas (66,2% com base no IOF 2010 versus 68,4% com base no método de imputação S2S de 2017 a 2010).

Descrição do método de imputação S2S usado entre 2017 e 2010

As estimativas da mudança na taxa de pobreza entre 2010 e 2017 são obtidas com base no método de imputação S2S aplicado às IOFs de 2017 e 2010. Esta subseção fornece uma descrição breve e simplificada do método de imputação S2S. Na ausência de um consumo comparável agregado ao longo dos dois anos, a idéia é estimar ou deduzir um consumo comparável com base nas características domésticas observadas que são comuns nos dois anos da pesquisa. Especificamente, a dedução consiste no seguinte:

- Identificar variáveis que resumem as características das famílias relacionadas ao agregado de consumo e disponíveis em ambas as pesquisas. Essas variáveis devem recolher as mesmas informações, ter as mesmas categorias e devem ser invariantes no tempo, o que significa que a importância da característica não muda substancialmente ao longo do tempo.
- Seleção de um ano base para executar uma regressão do agregado de consumo (o log do DPC) nas características da família. Dado que 2017 serve como base para futuras pesquisas domiciliares em STP, o ano é selecionado como base e o modelo de regressão é estimado para 2017. A Tabela 14 apresenta as regressões estimadas separadamente por áreas em 2017.
- Usando os coeficientes de regressão estimados a partir da regressão para 2017, deduz-se o agregado de consumo para 2010. Isso é feito pela multiplicação de cada coeficiente de 2017 pela característica do agregado familiar em 2010. O agregado de bem-estar resultante para 2010 está a preços de 2017.⁵
- Usando o agregado de consumo deduzido para estimar a taxa de pobreza para 2010. Dado que o agregado de bem-estar imputado para 2010 está nos preços de 2017, a linha de pobreza para 2017 pode ser usada para estimar a taxa de pobreza para 2010.

Tabela 14. Regressões usadas na imputação do S2S em áreas urbanas e rurais em 2017

Painel A – Áreas urbanas						
Fonte	SQ	gl	QM	Número de obs	=	1,651
				F(28, 1622)	=	29.37
Modelo	444.92	28	15.89	Prob > F	=	0.00
Resíduo	877.63	1,622	0.54	R-quadrado	=	0.34
				R-quadrado ajustado	=	0.33
Total	1,322.56	1,650	0.80	Raiz MSE	=	0.74
	Coeficiente	Erro padrão	t	P> t	Intervalo de confiança a 95%	
Chefe da família: masculino	-0.211	0.090	-2.360	0.019	-0.387	-0.035
Chefe da família: idade	-0.004	0.002	-2.070	0.039	-0.007	0.000
Número de filhos	-0.017	0.023	-0.740	0.457	-0.062	0.028

⁵Isso também implica que a taxa de pobreza deduzida para 2010 não é comparável à taxa de pobreza 'oficial' em 2017, com base na linha de pobreza de 2017.

Número de membros idosos	-0.167	0.063	-2.660	0.008	-0.290	-0.044
Região: Norte	0.131	0.117	1.110	0.266	-0.100	0.361
Região: Sul e Príncipe	0.183	0.118	1.550	0.121	-0.049	0.415
Tamanho do agregado	-0.253	0.037	-6.940	0.000	-0.325	-0.182
Tipo de acomodação	0.041	0.031	1.300	0.193	-0.020	0.102
Paredes: madeira	-0.230	0.080	-2.880	0.004	-0.386	-0.073
Paredes: cimento	-0.154	0.094	-1.640	0.101	-0.339	0.030
Teto: zinco	0.000	0.083	0.000	0.999	-0.162	0.162
Teto: cimento	-0.155	0.122	-1.270	0.203	-0.393	0.084
Pavimento: tábuas	-0.276	0.114	-2.410	0.016	-0.501	-0.052
Pavimento: cimento	-0.248	0.118	-2.110	0.035	-0.479	-0.017
Número de quartos	0.110	0.017	6.610	0.000	0.078	0.143
Iluminação: eletricidade	-0.065	0.102	-0.630	0.526	-0.265	0.136
Iluminação: petróleo	0.035	0.069	0.510	0.612	-0.100	0.169
Saneamento: banheiro	0.032	0.060	0.540	0.590	-0.085	0.150
Saneamento: latrina	-0.001	0.047	-0.020	0.982	-0.093	0.090
Possui: refrigerador	0.182	0.048	3.770	0.000	0.087	0.276
Possui: TV	0.145	0.052	2.780	0.006	0.043	0.248
Possui: ar condicionado	0.537	0.244	2.200	0.028	0.058	1.016
Possui: fogão a gás	0.336	0.131	2.550	0.011	0.078	0.594
Possui: carro	0.605	0.105	5.770	0.000	0.399	0.811
Possui: motocicleta	0.248	0.066	3.770	0.000	0.119	0.376
Possui: bicicleta	0.000	(omitted)				
Região central × tamanho da família	0.004	0.020	0.210	0.837	-0.036	0.044
Região central × iluminação: eletricidade	0.088	0.101	0.860	0.388	-0.111	0.287
Chefe da família masculino × tamanho da família	0.031	0.019	1.580	0.115	-0.007	0.069
Constante	17.814	0.211	84.540	0.000	17.401	18.228
Painel B – Áreas Rurais						
Fonte	SS	df	MS	Número de Obs.	=	1,093
				F(28, 1064)	=	24.21

Modelo	318.74	28	11.38	Prob > F	=	0.00
Residual	500.32	1,064	0.47	R-squared	=	0.39
				Adj R-squared	=	0.37
Total	819.06	1,092	0.75	Root MSE	=	0.69
	Coeficiente	Erro-pa- drão	t	P> t	95% Intervalo de Confiança	
Chefe da família: masculino	0.032	0.102	0.310	0.756	-0.169	0.232
Chefe da família: idade	-0.006	0.002	-2.830	0.005	-0.009	-0.002
Número de filhos	-0.021	0.026	-0.810	0.418	-0.071	0.030
Número de membros idosos	-0.064	0.075	-0.850	0.394	-0.211	0.083
Região: Norte	0.272	0.125	2.180	0.029	0.027	0.517
Região: Sul e Príncipe	0.467	0.124	3.780	0.000	0.224	0.709
Tamanho do agregado	-0.182	0.038	-4.820	0.000	-0.256	-0.108
Tipo de acomodação	-0.072	0.048	-1.510	0.132	-0.165	0.022
Paredes: madeira	0.033	0.093	0.350	0.724	-0.149	0.214
Paredes: cimento	-0.120	0.113	-1.060	0.290	-0.343	0.103
Teto: zinco	-0.238	0.112	-2.120	0.034	-0.458	-0.018
Teto: cimento	-0.247	0.140	-1.760	0.079	-0.523	0.029
Pavimento: tábuas	-0.186	0.123	-1.510	0.132	-0.427	0.056
Pavimento: cimento	-0.250	0.121	-2.060	0.040	-0.488	-0.012
Número de quartos	0.059	0.018	3.270	0.001	0.024	0.094
Iluminação: eletricidade	-0.241	0.085	-2.820	0.005	-0.409	-0.074
Iluminação: petróleo	-0.223	0.085	-2.640	0.008	-0.389	-0.057
Saneamento: banheiro	0.190	0.062	3.060	0.002	0.068	0.311
Saneamento: latrina	0.077	0.052	1.470	0.143	-0.026	0.179
Possui: refrigerador	0.204	0.053	3.830	0.000	0.099	0.308
Possui: TV	0.226	0.057	3.990	0.000	0.115	0.338
Possui: ar condicionado	0.376	0.226	1.660	0.097	-0.068	0.821
Possui: fogão a gás	0.414	0.114	3.630	0.000	0.190	0.638
Possui: carro	0.333	0.103	3.240	0.001	0.131	0.535
Possui: motocicleta	0.155	0.071	2.170	0.030	0.015	0.295
Possui: bicicleta	0.000	(omitted)				
Região central × tamanho da família	0.036	0.021	1.680	0.094	-0.006	0.077
Região central × iluminação: eletricidade	0.089	0.100	0.890	0.375	-0.107	0.284
Chefe da família masculino × tamanho da família	-0.015	0.022	-0.670	0.506	-0.058	0.029
Constante	17.657	0.272	64.820	0.000	17.123	18.192

Nota: SQ = soma dos quadrados; gl = graus de liberdade; QM = quadrado médio; obs = observações; QMR = quadrado médio residual.

CAPÍTULO III: EMPREGO E QUALIDADE DA INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO

Introdução

Este capítulo trata da situação do emprego e da qualidade de inserção no mercado de trabalho. O conceito de situação em relação ao emprego merece alguns esclarecimentos. As várias modalidades desta variável são definidas a seguir:

Os activos com emprego: Este grupo inclui todos os indivíduos de 15 e mais anos de idade que realmente realizam um determinado trabalho, seja ele qual for;

Os desempregados: Este grupo é constituído por indivíduos de 15 e mais anos de idade que declararam estar desempregados. Em princípio, ele inclui pessoas com 15 e mais anos de idade que não estavam trabalhando no momento do inquérito, mas estavam à procura de um emprego e disponíveis para o trabalho. Este grupo permite distinguir os candidatos a emprego (à procura de primeiro emprego) dos trabalhadores anteriormente empregados que se encontram na situação de desemprego e à procura de um novo emprego (antigos activos ocupados).

Os inactivos: Este grupo inclui o conjunto constituído não só por indivíduos menores de 15 anos, mas também pelos aposentados, as donas de casa, estudantes e alunos durante a escolaridade e os deficientes sem emprego.

Taxa de emprego: Os dados do inquérito foram utilizados para estimar as taxas de emprego. Este indicador é definido como a proporção da força de trabalho em termos de grupo etário considerado pelo total da população de idade activa neste grupo etário. A população activa é definida por si só por um conjunto constituído pelos desempregados e os activos ocupados.

População activa empregada/Força de trabalho: Número de indivíduos identificados como tendo idade para trabalhar e que declaram efectivamente ocupar um emprego durante a semana de referência anterior ao inquérito. De acordo com a OIT é a população de indivíduos com idade de 15 a 64 anos.

População activa: Número de desempregados (OIT, no sentido lato) e da população empregada.

População inactiva: Número de crianças com idade inferior à idade convencional de acesso ao mercado de trabalho actualmente matriculadas e os idosos (população de 65 anos e mais de acordo com a OIT).

Taxa de actividade: $100 \times (\text{força de trabalho activos empregados} / \text{população total em idade activa})$.

Razão emprego/população: Este índice, também chamado taxa de emprego, representa a proporção de pessoas ocupadas na população em idade activa de um país. O indicador é calculado dividindo o número total dos trabalhadores atingindo uma certa idade (15 anos ou mais) pela população da mesma faixa etária.

Taxa de emprego vulnerável: Trata-se, de fato, de trabalhadores por conta própria e trabalhadores familiares não-remunerados no total da população empregada.

Proporção de pessoas remuneradas (no sector não-agrícola): O indicador também chamado de taxa de emprego assalariado, informa sobre o número de pessoas remuneradas no número total de postos de trabalho empregadas. Ele mede o grau em que os activos têm acesso ao emprego remunerado.

Temos na Tabela 15 que a taxa de desemprego em STP é de 8,9 %, sendo a incidência do desemprego menor entre os homens (5,1%) do que entre mulheres (14,6 %). Como esperado, entre a população não-pobre 58,5 % pode ser classificada como activa ocupada. Segundo dados na Tabela 16 os chefes de agregados não-pobres também estão também maioritariamente ocupados (82,1%). A maior taxa de emprego se encontra entre os homens, principalmente não-pobres, enquanto a menor está entre mulheres jovens e pobres. Mais uma vez identificamos a correlação entre género feminino, pobreza e situação de emprego desfavorável.

Tabela 15. Situação do emprego por género

PEA	Masculino	Feminino	Total
	%	%	%
Activos empregados	94.9	85.4	91.1
Desempregados	5.1	14.6	8.9
Total	100.0	100.0	100.0

Fonte: IOF 2017

Tabela 16. Situação do emprego em relação à População total e aos agregados familiares

	Situação em relação à população			Situação em relação aos chefes		
	Não-Pobre	Pobre	Total	Não-Pobre	Pobre	Total
% Activos Ocupados	58.5	47.3	51.4	82.1	74.8	77.9
% Desempregado (Disponível/procurando/BIT)	4.9	5.1	5.0	2.5	4.1	3.4
% Inactivos	29.9	37.2	34.5	9.8	13.5	11.9
% Desempregado desencorajado)	6.7	10.4	9.1	5.6	7.6	6.8
Total	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0

Fonte: IOF 2017 .

Tabela 17. Resumo sinóptico dos empregos ocupados segundo os sectores de actividade

	Agrícola	Transformação	Comercial	Serviços
% de jovens (15-24 anos) em actividade	75.3	7.6	3.3	2.5
% de mulheres em actividade	7.3	2.0	5.9	23.8
% dos empregos assalariados	0.0	97.2	95.7	94.3
% empregos formais	12.1	24.6	7.3	47.4
% de activos empregados remunerados	0.0	96.7	95.2	93.3
Idade média dos activos empregados	38.2	35.0	36.3	37.0
% de trabalhadores pobres	68.4	59.7	54.0	53.5
% dos empregos precárias ou vulneráveis	6.3	2.8	4.3	5.6

Fonte: IOF 2017 .

Tabela 18. Taxa de emprego dos jovens de 15 a 24 anos segundo a situação de pobreza e o sexo

	Não Pobres			Pobres		
	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total
Total	86.5	71.1	80.0	86.7	61.6	77.9

Total	Total na população		
	Homem	Mulher	Total
Total	86.6	66.0	78.7

Fonte: IOF 2017 .

Tabela 19. Percentagem de jovens de 15 a 24 anos for a do sistema educactivo e do mercado de trabalho

	Não Pobres			Pobres			Total		
	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total
Total	9.3	26.8	18.9	18.4	31.6	24.7	15.4	29.7	22.6

Fonte: IOF 2017.

Tabela 20. Taxa de actividade dos indivíduos de 15 anos e mais segundo a situação de pobreza e o sexo

	Não Pobres			Pobres			Total		
	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total
Total	73.7	45.0	59.2	61.2	36.0	48.5	65.8	39.3	52.4

Fonte: IOF 2017 .

Tabela 21. Taxa de actividade dos indivíduos de 15 anos e mais segundo a região e o nível de vida

	20% mais pobres	2º quintil	3º quintil	4º quintil	20% mais ricos
Total	39.6	49.0	51.5	54.7	61.2

Fonte: IOF 2017.

Tabela 22. Taxa de desemprego (BIT) dos jovens segundo a situação de pobreza e o sexo

	Não Pobres			Pobres			Total		
	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total
Total	13.5	28.9	20.0	13.3	38.4	22.1	13.4	34.0	21.3

Fonte: IOF 2017 .

Tabela 23. Taxa de desemprego dos indivíduos de 15 anos e mais segundo a situação de pobreza e o sexo

	Não Pobres			Pobres			Total		
	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total
Total	3.9	13.3	7.7	5.9	15.4	9.7	5.1	14.6	8.9

Fonte: IOF 2017.

Tabela 24. Tendências dos indicadores do mercado de trabalho

	Total
Razão Emprego/população (%)	
Homem	65.8
Mulher	39.3
Total	52.4

	Total
Taxa de empregos vulneráveis (%)	
Homem	2.8
Mulher	9.3
Total	5.2
Percentagem de trabalhadores pobres	
Homem	58.9
Mulher	58.2
Total	58.6
Proporção de assalariados	
Homem	65.3
Mulher	71.6
Total	67.6

Fonte: IOF 2017.

Tabela 25. Tendências dos indicadores do mercado de trabalho segundo o nível de vida

	Situação de pobreza			Quintis do nível de vida					Total
	Não Pobre	Pobre	Total	20% mais pobres	2º quintil	3º quintil	4º quintil	20% mais ricos	
Rácio Emprego/população (%)									
Homem	73.7	61.2	65.8	53.6	63.4	62.7	70.6	76.0	65.8
Mulher	45.0	36.0	39.3	29.5	36.4	40.8	41.0	47.2	39.3
Total	59.2	48.5	52.4	41.4	49.6	52.0	55.1	61.9	52.4
Taxa de empregos vulneráveis (%)									
Homem	2.7	2.8	2.8	2.3	3.1	3.7	2.6	2.3	2.8
Mulher	9.7	8.9	9.3	6.4	10.9	9.5	9.1	9.7	9.3
Total	5.4	5.1	5.2	3.8	6.0	5.9	5.1	5.1	5.2
Percentagem de trabalhadores pobres									
Homem	0.0	100.0	58.9	100.0	100.0	100.0	33.3	0.0	58.9
Mulher	0.0	100.0	58.2	100.0	100.0	100.0	31.1	0.0	58.2

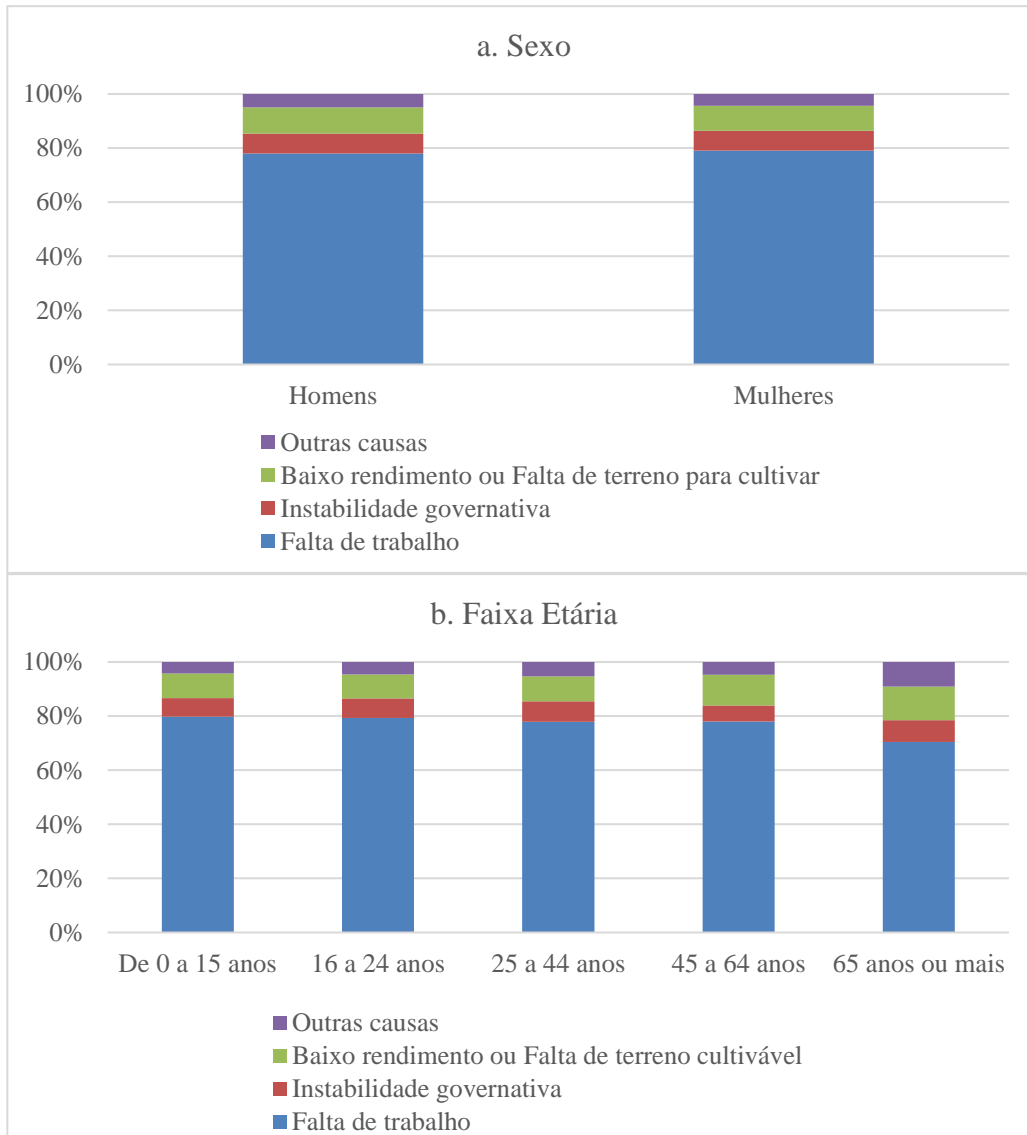
	Situação de pobreza			Quintis do nível de vida					Total
	Não Pobre	Pobre	Total	20% mais pobres	2º quintil	3º quintil	4º quintil	20% mais ricos	
Total	0.0	100.0	58.6	100.0	100.0	100.0	32.4	0.0	58.6
Proporção de assalariados									
Homem	72.3	60.3	65.3	62.2	57.4	60.1	66.2	74.9	65.3
Mulher	76.5	68.0	71.6	71.2	62.5	68.4	71.8	79.8	71.6
Total	73.9	63.2	67.6	65.5	59.3	63.3	68.4	76.7	67.6

Fonte: IOF 2017.

Para a maioria das famílias em situação de pobreza, a falta de emprego assalariado é a principal causa de sua pobreza (Figura 18). Cerca de 80% da população, por gênero, faixa etária, nível de educação, declara que a “falta de emprego” é a principal causa de pobreza no país. Essa deve ser uma mensagem clara sobre a flexibilidade do mercado de trabalho e as oportunidades que a população está tendo no país. A segunda razão apontada pelos entrevistados para a IOF de 2017 é a “insuficiência ou baixo rendimento”, mostrando que os indivíduos que trabalham têm a percepção de que não conseguem produzir o suficiente para escapar à pobreza.

Razões como “instabilidade governamental”, “corrupção” e “má administração de bens públicos” parecem não ter nenhum efeito na percepção da população sobre as causas da pobreza. Isso implica que o governo deve se concentrar no fortalecimento do mercado de trabalho para criar oportunidades de trabalho para a população e aumentar a produtividade dos trabalhadores por conta própria.

Figura 18. Causas da pobreza relatadas pelas pessoas



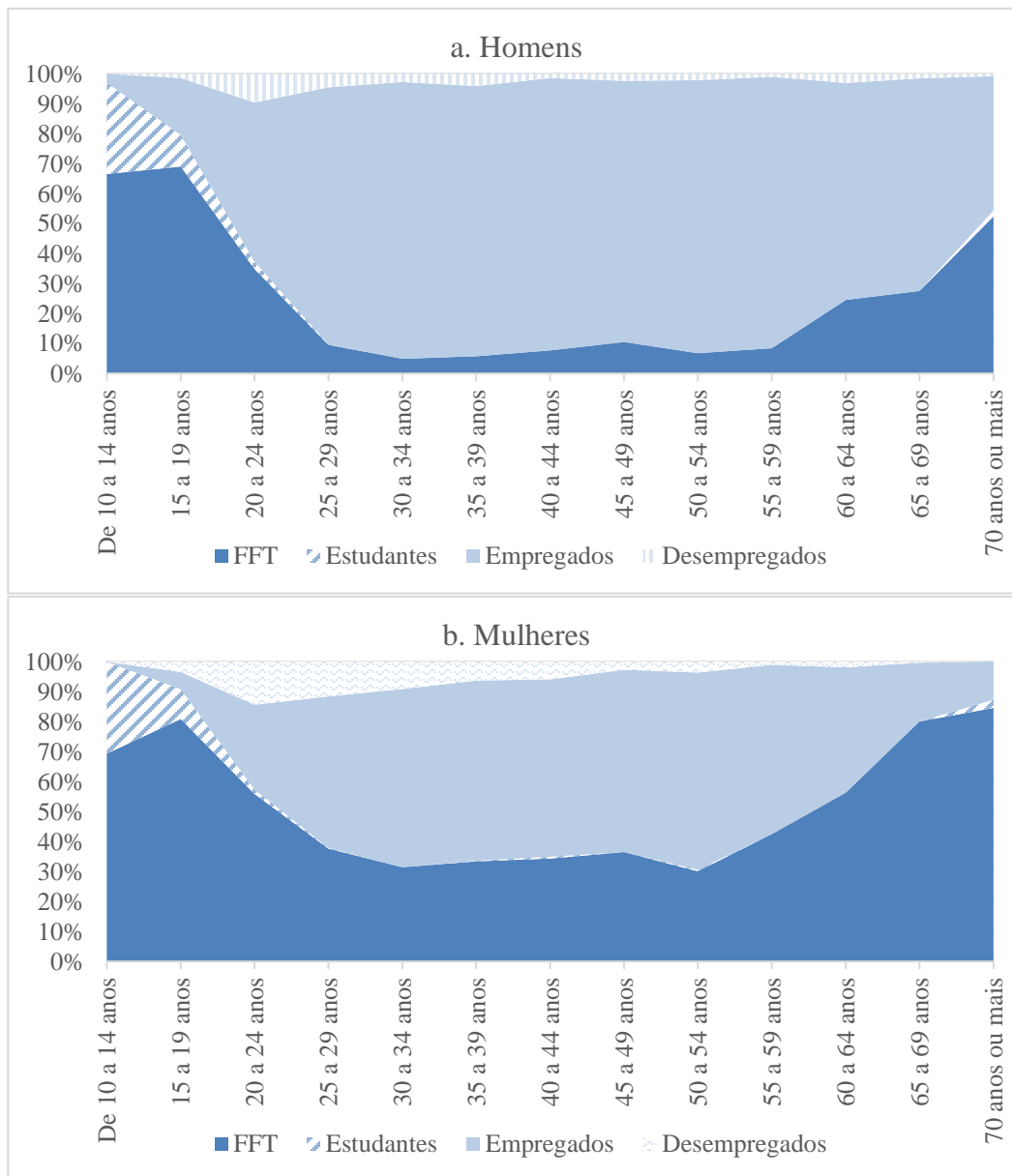
Fonte: IOF 2017.

A economia de STP ainda depende de produtos agrícolas, especialmente grãos de cacau. Noventa e dois vírgula nove por cento de todas as exportações de STP são grãos de cacau. Basicamente, a economia é liderada por um sector intensivo em mão-de-obra que contrata trabalhadores com baixa qualificação e um sector intensivo em capital (não intensivo em mão-de-obra) que contrata trabalhadores qualificados.

Existem diferenças muito grandes na participação do trabalho entre homens e mulheres em STP (ver Figura 19). Embora menos de 10% dos homens entre 25 e 59 anos não participem do mercado de trabalho, cerca de 40% das mulheres não participam, porque a maioria fica em casa. Homens e mulheres parecem ter um ciclo de vida semelhante até os 25 anos de idade. Quando adolescentes, passam a maior parte de sua vida como estudante e fora da força de trabalho, e quando atingem a faixa de 25 a 29 anos, a proporção de pessoas estudando é quase zero. Os homens entram massivamente no mercado de

trabalho, enquanto 40% das mulheres se tornam donas de casa. Este é um obstáculo à participação laboral das mulheres, mas as razões para isso não são claras. A pesquisa não faz distinção entre mulheres que não participam do mercado de trabalho devido à falta de ajuda adequada para criar seus filhos e aquelas que não têm permissão para trabalhar por razões culturais.

Figura 19. Participação da força de trabalho por género e faixa etária



Fonte: IOF 2017.

Há um grande grupo populacional que não trabalha nem estuda (ver Figura 19). Cerca de 70% dos homens e mulheres entre 10 e 19 anos não estão trabalhando nem estudando. Isso significa que eles não estão adquirindo as habilidades necessárias para ter acesso a um emprego qualificado no futuro. O gráfico mostra que, entre 20 e 24 anos de idade, os homens ingressam massivamente no mercado de trabalho com habilitações muito baixas, reduzindo seu potencial acesso a empregos altamente qualificados e produtivos.

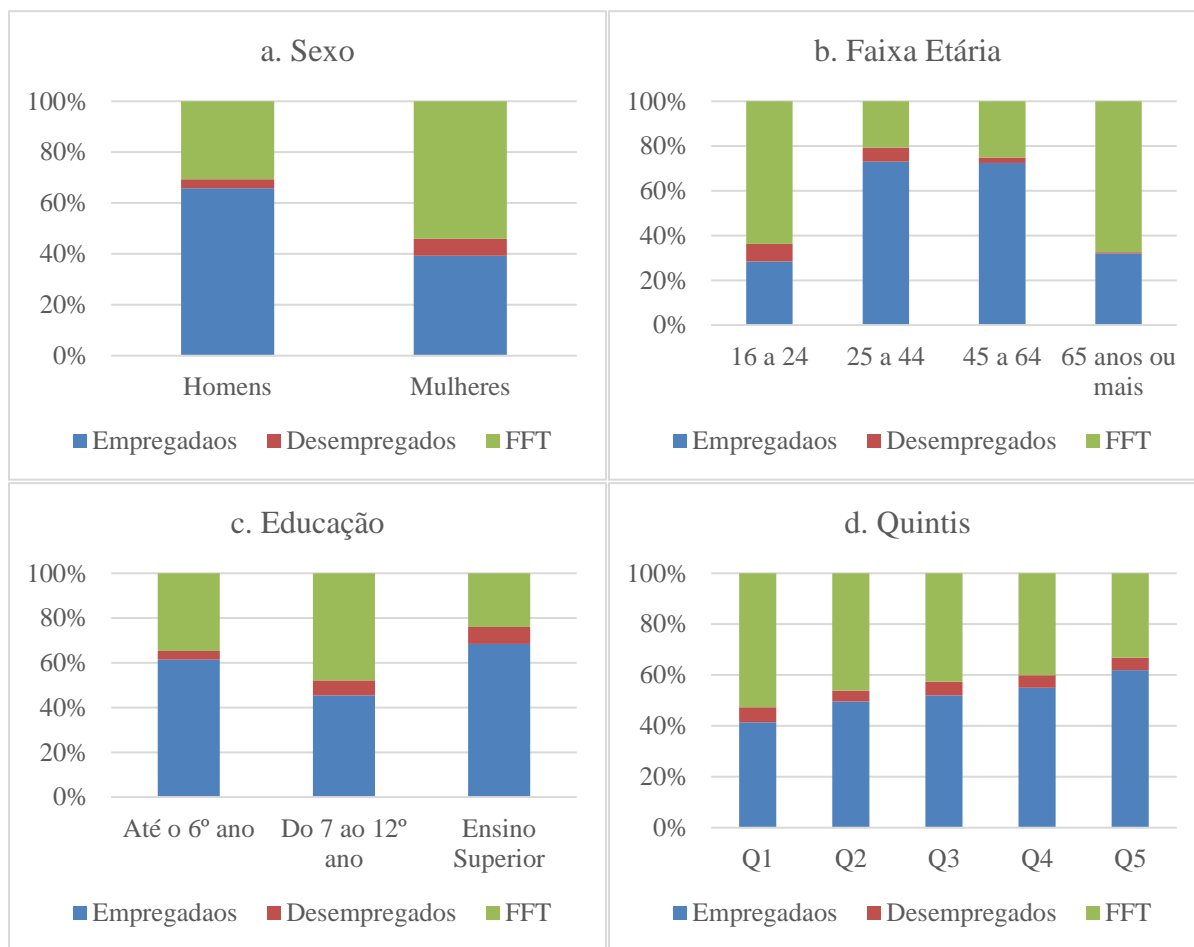
Há uma diferença na participação do trabalho por gênero (ver Figura 20). Enquanto 70% dos homens com 15 anos ou mais estão trabalhando ou procurando emprego, menos de 50% das mulheres estão na mesma situação e cerca de 16% delas são donas de casa em período integral.

As taxas de participação são baixas entre jovens e idosos. As faixas com menores taxas de participação são jovens (16 a 24 anos) e idosos (65 anos ou mais). Este é um resultado padrão correspondente ao ciclo de vida dos indivíduos. Os jovens têm uma taxa de participação de 36%, enquanto é de 35,5% para os idosos.

A taxa de inatividade é maior no nível médio de educação. Essa situação pode mostrar que as pessoas com ensino inferior não têm a opção de não participar do mercado de trabalho e as com ensino superior têm acesso mais fácil a empregos.

As taxas de participação são mais baixas nos quintis mais baixos. Parece que as famílias mais pobres enfrentam mais o custo da não participação no mercado de trabalho do que os quintis mais ricos. Essa é uma situação difícil para as famílias mais pobres, onde apenas 47,4% de seus membros estão trabalhando ou procurando emprego, resultando em uma maior razão de dependência para as famílias mais pobres.

Figura 20. Participação na força de trabalho



Fonte: IOF 2017.

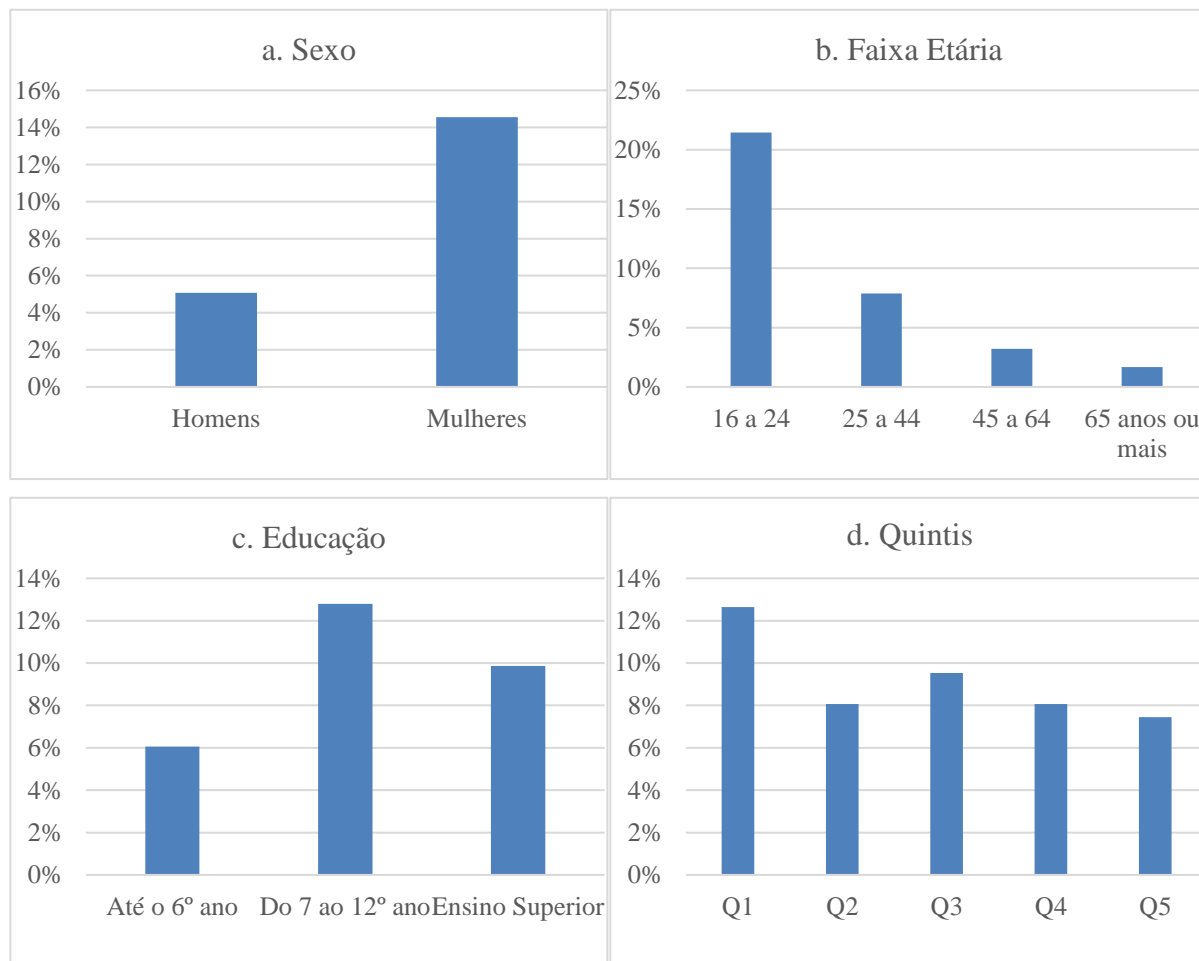
STP tem uma taxa de desemprego de 8,9%, situando-se na mediana de países com semelhante PIB per capita. O país tem uma taxa de desemprego menor do que o Kosovo (27,4%), Cabo Verde (12,2%), Iémen (13,5%) ou Santa Lúcia (21,2%), mas a taxa de desemprego é heterogénea entre os grupos populacionais. A taxa de desemprego é mais alta para mulheres e jovens (ver Figura 21). As mulheres têm uma taxa de desemprego três vezes maior do que os homens, enquanto os jovens têm uma taxa de 21,3%, em comparação com 7,7% na população entre 25 a 44 anos e 3,1% na população de 45 a 64 anos de idade. Os factores por trás da maior taxa de desemprego para mulheres e jovens são analisados na próxima secção.

A taxa de desemprego também é maior entre indivíduos com nível médio de educação. Os indivíduos com escolaridade entre 7 e 12 anos têm a maior taxa de desemprego, entre todos os níveis de educação, de 12,7%, enquanto pessoas com menos de seis anos de estudo ou nível superior têm taxas de desemprego de 5,9% e 9,9%, respectivamente. Isso reflete o facto de que as pessoas com educação inferior não têm a opção de não participar do mercado de trabalho, enquanto os indivíduos com um nível superior de educação têm acesso mais fácil a empregos.

A taxa de desemprego é maior entre os indivíduos no quintil inferior do DPC. Ter pessoas nos quintis mais baixos com uma taxa de desemprego mais alta é um problema devido à redução de oportunidades que os pobres têm de ingressar no mercado de trabalho e, uma vez que entram, para conseguir um emprego.

Existe uma necessidade urgente de um programa para facilitar o acesso a empregos direcionados à população pobre.

Figura 21. Taxa de desemprego



Fonte: IOF 2017.

Cerca de 16% das mulheres afirmam que não trabalham porque são donas de casa, conforme indicado na Figura 22. As principais razões para não trabalhar são "estudar" ou "ser muito jovem para trabalhar". As mulheres têm um motivo adicional para não trabalhar, que é se tornarem donas de casa. É evidente a necessidade de um programa que melhore as habilitações dos jovens para que estes consigam um emprego e que facilite a transição de mulheres de donas de casa para o mercado de trabalho.

Motivos relacionados à oferta de empregos têm pouco impacto nas razões para não trabalhar. Motivos para não trabalhar, como "aguardando resultado de um processo selectivo", "pouca oferta de empregos" ou "sazonalidade do desemprego", mal somam 3% de todos os motivos para não trabalhar. A principal razão para não trabalhar em diferentes níveis de renda é, aparentemente, "ser muito jovem" ou "estudante", para a população jovem, e depois "ser dona de casa", para as mulheres. Isso mostra que apenas aumentar a oferta de trabalho não será suficiente para atrair à procura por trabalho. Por exemplo,

as mulheres podem precisar de um lugar para deixar seus filhos enquanto trabalham ou deve haver empregos com horários flexíveis para que as pessoas possam trabalhar em meio período.

Figura 22. Motivos para não trabalhar (população acima de 15 anos)



* Esperando o resultado de um processo selectivo, baixa procura por trabalho ou sazonalidade do desemprego.

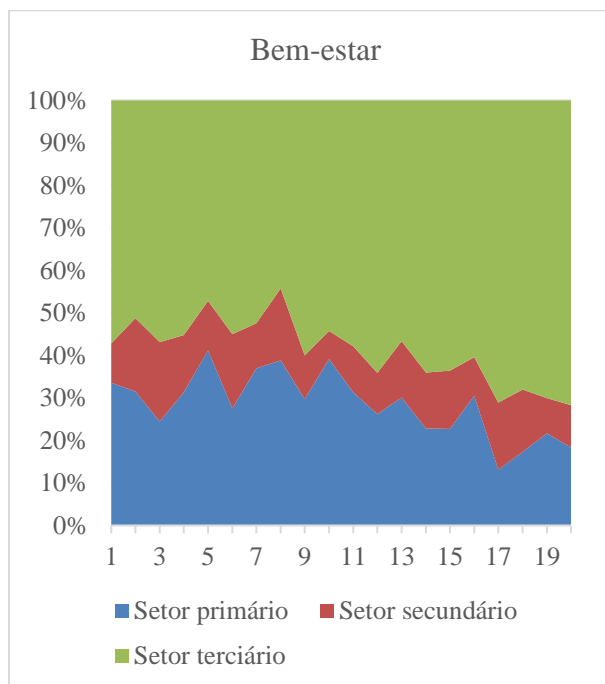
Fonte: IOF 2017.

Segundo o Instituto Nacional de Estatística (INE), o sector primário, incluindo agricultura, pesca e extrativa, representou cerca de 12% do PIB nos últimos cinco anos (2013-2017). A pesca representou 6,5% do PIB, mais do que a agricultura 5.3%, em média, de 2013 a 2017.

Em média 27% da população trabalha no sector primário, principalmente agricultura e pesca (ver Figura 23). Embora o cacau seja uma das principais exportações de STP, não é um dos sectores que emprega a maior parte da força de trabalho. O sector primário, que inclui agricultura e pesca, emprega cerca de 27% do trabalho total. Como mostra a primeira parte superior da Figura 23, uma fração maior de indivíduos nos decis mais altos tende a trabalhar mais no sector terciário do que no primário.

A proporção de pessoas que trabalham na manufatura é semelhante em todo o país e de bem-estar. A proporção nacional de mão-de-obra que trabalha no sector secundário (manufatura) é de 12% .

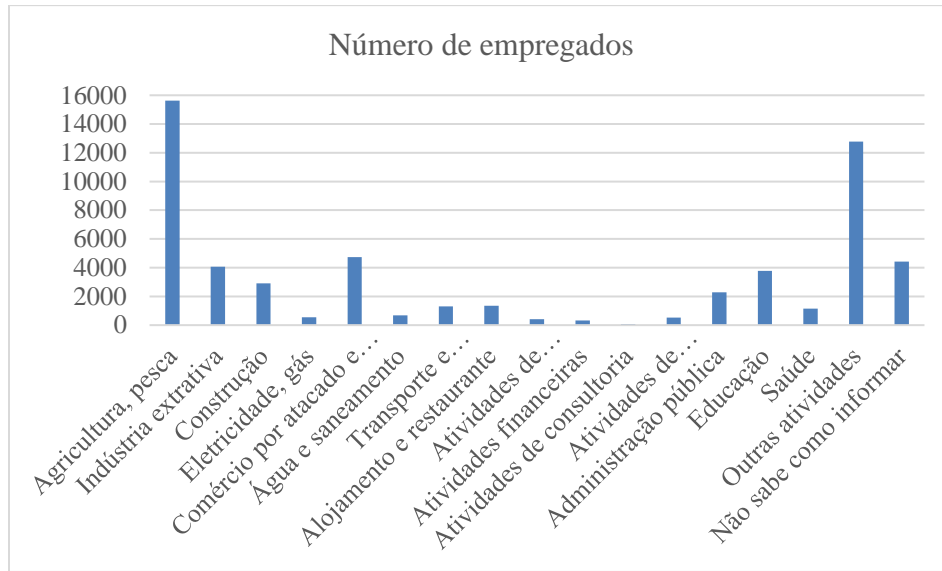
Figura 23. Proporção de empregos em diferentes sectores, por bem-estar



Fonte: IOF 2017.

As actividades de turismo estão entre as com menor parcela de trabalhadores. Apenas 4,6% das pessoas trabalham em transporte ou em hotéis e restaurantes no país. É uma das actividades com menor número de trabalhadores e possui um número menor de trabalhadores em comparação ao comércio (8,4%) ou à educação (6,8%).

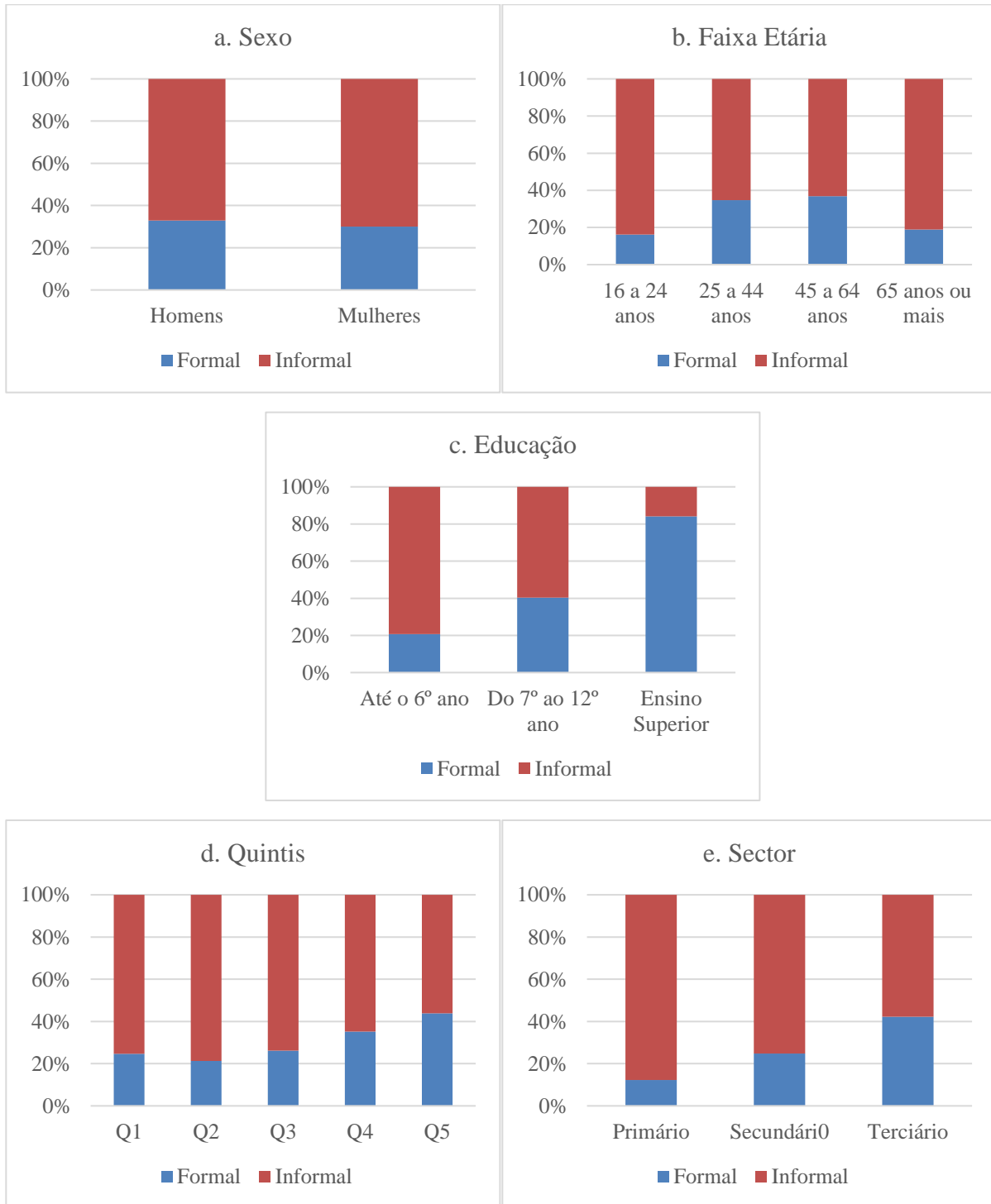
Figura 24. Número de trabalhadores empregados em diferentes sectores



Fonte: IOF 2017.

O sector formal emprega menos de um terço (31,7%) da população trabalhadora (ver Figura 25).

Figura 25. Parcela da população empregada nos sectores formal e informal



Fonte: IOF 2017.

O emprego no sector formal é definido como uma contribuição ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS). A falta de empregos formais afecta homens e mulheres da mesma forma, mas não por faixa etária. Os jovens e os idosos têm a menor taxa de emprego formal; em ambos os casos, nem mesmo 20% de sua população está empregada no sector formal. Enquanto no grupo de jovens adultos, 34,7% estão empregados no sector formal, no grupo de adultos, 37% pertencem a esse sector. Assim, ainda é necessário criar um mecanismo para incentivar a criação de empregos formais.

Pessoas com baixa escolaridade têm uma probabilidade muito baixa de trabalhar no sector formal. A situação de informalidade é especialmente crítica para aqueles com baixa escolaridade, onde apenas 20% da população trabalha no sector formal. A situação é completamente diferente para aqueles com ensino superior, com 84% deles trabalhando no sector formal. Isso significa que, depois de atingirem a velhice, a maioria das pessoas com baixa escolaridade não receberá uma aposentadoria e continuará a depender de seu trabalho, mesmo na velhice.

O acesso ao sector formal em níveis de bem-estar é baixo no país e a proporção de pessoas no referido sector mal chega a 24%, mesmo no quintil mais rico, menos de 45% dos trabalhadores pertencem ao sector formal.

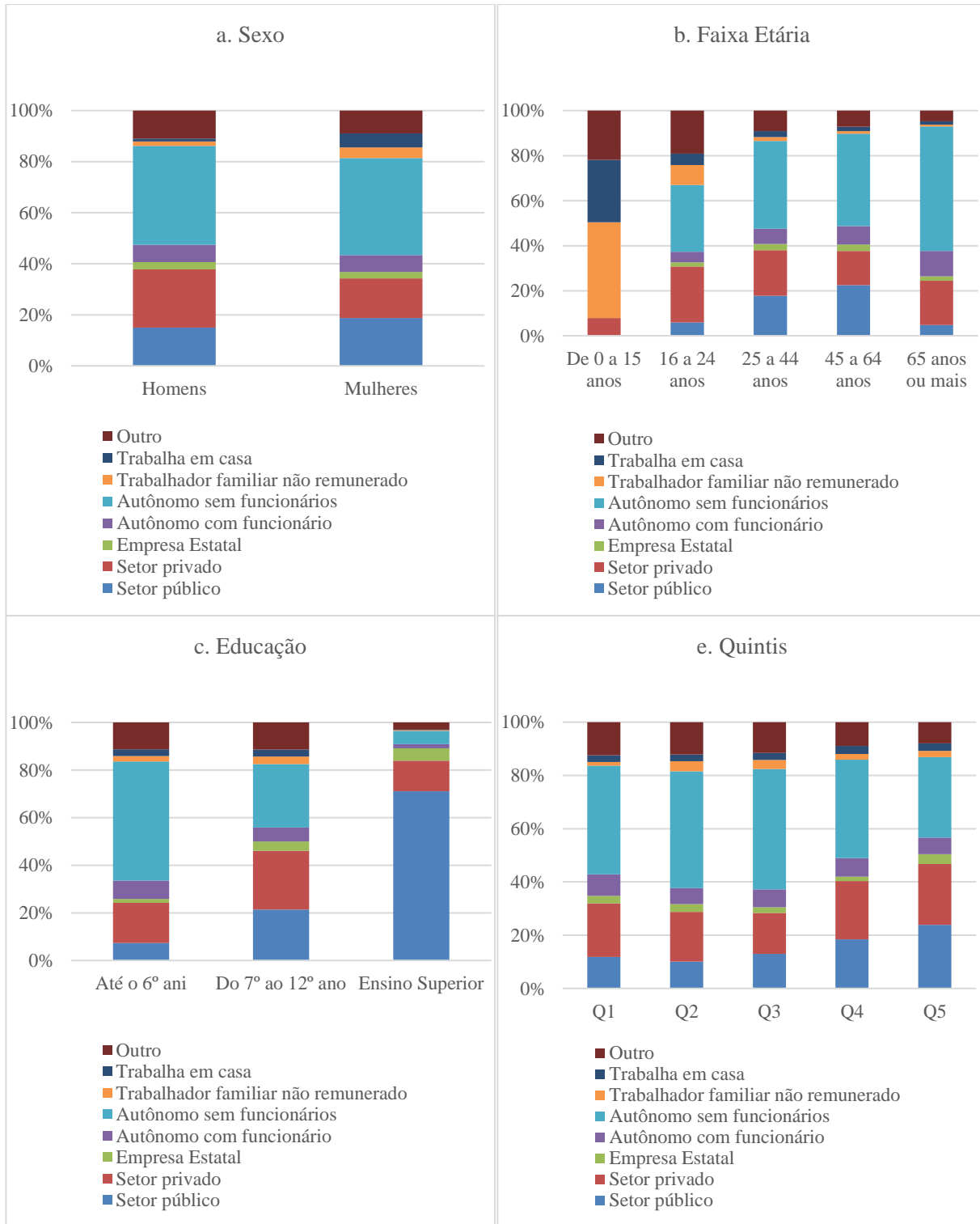
A informalidade do emprego é maior no sector primário. Apenas 12,2% dos trabalhadores do sector primário participam do sector formal, enquanto no sector terciário esse percentual chega a 42,2%.

O trabalho autónomo sem funcionários, empresa público-privada e administração pública são os principais tipos de emprego para homens e mulheres (ver Figura 26). O tipo de emprego mais prevalente é o trabalho autónomo sem funcionários para homens e mulheres, seguido por trabalhar em uma empresa público-privada para homens e trabalhar na administração pública para mulheres. Isso reflete as opções limitadas que as pessoas têm ao entrar no mercado de trabalho e a fraqueza do sector privado em empregar pessoas.

Os trabalhadores jovens começam como trabalhadores familiares não remunerados e acabam por conta própria sem empregados. Cerca de 24% dos jovens começam a trabalhar como trabalhadores não remunerados, enquanto 54,9% dos idosos acabam por conta própria sem empregados.

A maior proporção de pessoas com educação mais alta trabalha na administração pública. Apenas 7% das pessoas com educação mais baixa trabalham no sector privado, enquanto 71% das pessoas com educação mais alta trabalham no sector público, o que mostra que o sector privado está basicamente contratando trabalhadores pouco qualificados e com baixa produtividade. Uma nova política destinada a aumentar a produtividade pode ser necessária para STP.

Figura 26. Distribuição dos trabalhadores entre diferentes tipos de emprego

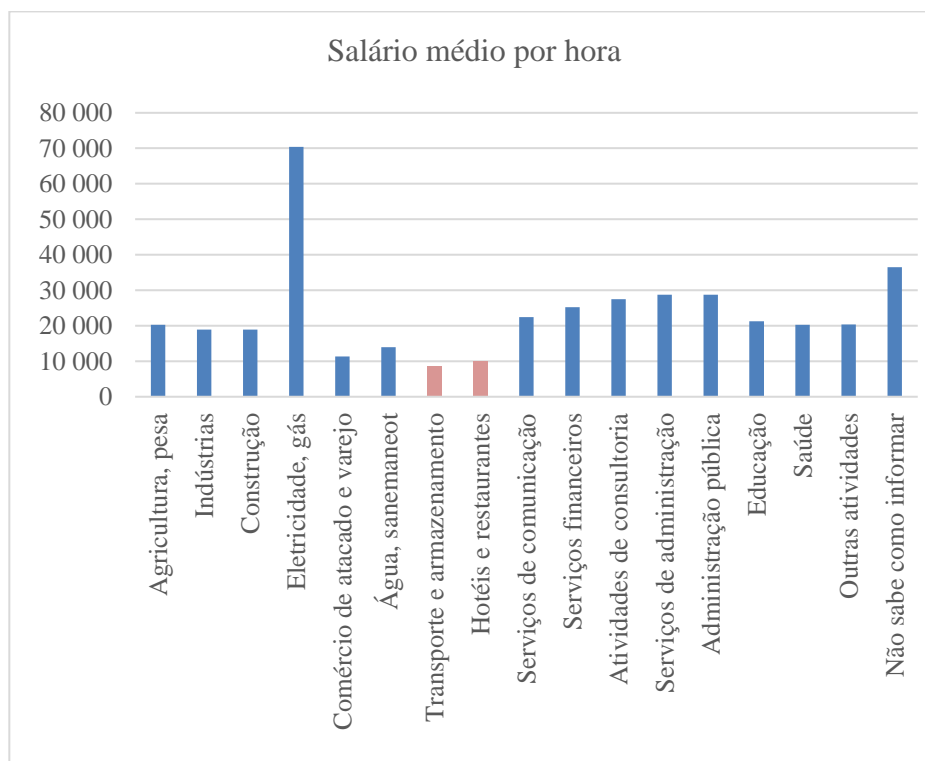


Fonte: IOF 2017.

Para garantir comparações adequadas entre diferentes tipos de trabalhadores em diferentes sectores, os salários por hora são estimados para a ocupação principal de todos os trabalhadores. Os salários por hora da ocupação principal são estimados considerando o número de horas de trabalho por dia e o número de dias por semana, e como não há informações sobre o número de semanas trabalhadas por mês, supõe-se que os trabalhadores que relataram salários mensais trabalhem todas as semanas naquele mês.

As actividades voltadas para o turismo têm o menor salário médio por hora. As actividades de transporte, hotéis e restaurantes têm salários médios por hora de STD 8,65 e STD 9,97, respectivamente, que são metade do salário médio na agricultura, indústria, construção e até educação.

Figura 27. Salário e horas trabalhadas



Fonte: IOF 2017.

Aumentar a produtividade em actividades voltadas para o turismo é um desafio. Em 2017, transporte, hotéis e restaurantes foram actividades com baixo número de trabalhadores e com o menor salário por hora do país. Os baixos salários actuais tornam muito difícil atrair trabalhadores de outras actividades. Esses sectores podem estar atraindo apenas trabalhadores pouco qualificados, com poucas oportunidades de emprego em outros sectores, criando assim um ciclo vicioso no qual apenas trabalhadores pouco qualificados são contratados, o que cria uma armadilha e dificulta o aumento da produtividade.

Promover a produtividade exigirá mais actividades do que o mercado actualmente oferece. Devido aos baixos salários em actividades voltadas para o turismo, o sector não atrairá trabalhadores de outros sectores. Uma alternativa será atrair pessoas que actualmente não fazem parte da força de trabalho.

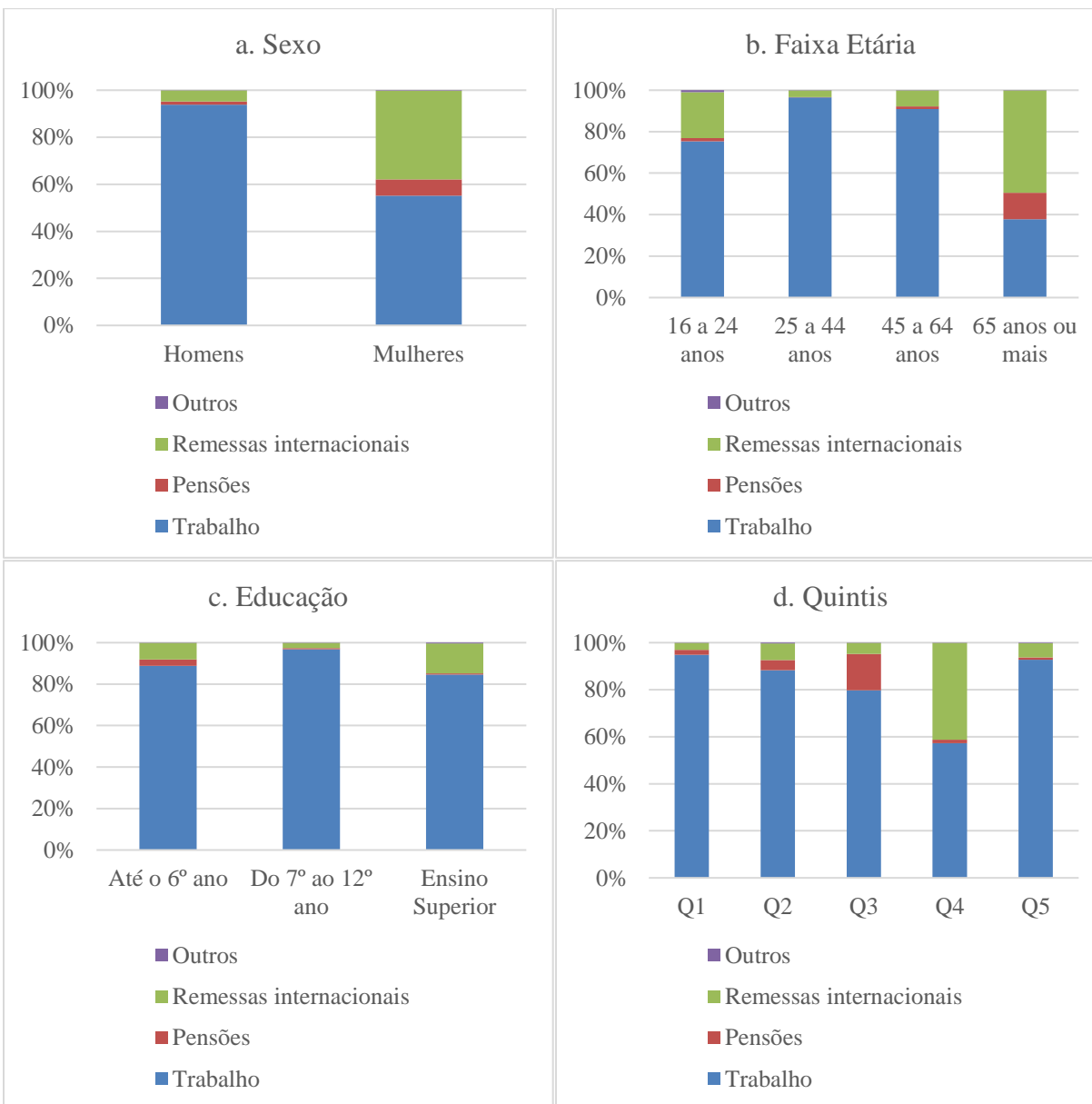
Considerando que as principais razões para as pessoas não trabalharem são "ser jovem demais para trabalhar" ou "ser dona de casa", a criação de um tipo de trabalho de aprendiz ou a criação de espaços (creche) onde as mães possam deixar seus filhos enquanto trabalham podem aumentar potencialmente o número de trabalhadores para o turismo. Outra opção a considerar é a criação de microcréditos individuais para projetos relacionados a actividades de transporte, hospedagem e recreação. Todas essas propostas exigirão maior análise que ultrapassa o escopo deste documento.

As principais fontes do rendimento para as famílias em STP são o trabalho e as remessas internacionais recebidas (ver Figura 28). A população em STP possui apenas dois tipos de rendimento: rendimento do trabalho e remessas; o seu impacto é diferente entre famílias chefiadas por homens e mulheres. As famílias chefiadas por homens dependem basicamente do rendimento do trabalho, enquanto que em média de 40% do rendimento total nas famílias chefiadas por mulheres vem de remessas. Essa situação implica que as famílias chefiadas por homens são mais sensíveis a choques internos, enquanto as famílias chefiadas por mulheres são mais sensíveis a choques internacionais.

Os agregados familiares chefiados por idosos dependem em grande parte das remessas. Em média de 49,4% do rendimento total das famílias chefiadas por idosos vem de remessas, apenas 12,6% são pensões. Isso mostra como essas famílias são sensíveis às mudanças nas taxas de câmbio e nos choques internacionais e quão fraco é o sistema de pensões no país.

As famílias chefiadas por pessoas com ensino superior e aquelas pertencentes ao quintil mais rico têm a maior proporção de remessas. Isso pode estar mostrando que a migração em STP foi uma fuga de capital humano. As famílias com o mais alto nível de educação são as que mais se beneficiam com as remessas, o que também implica que as remessas não podem ser consideradas uma importante rede de segurança para as famílias pobres.

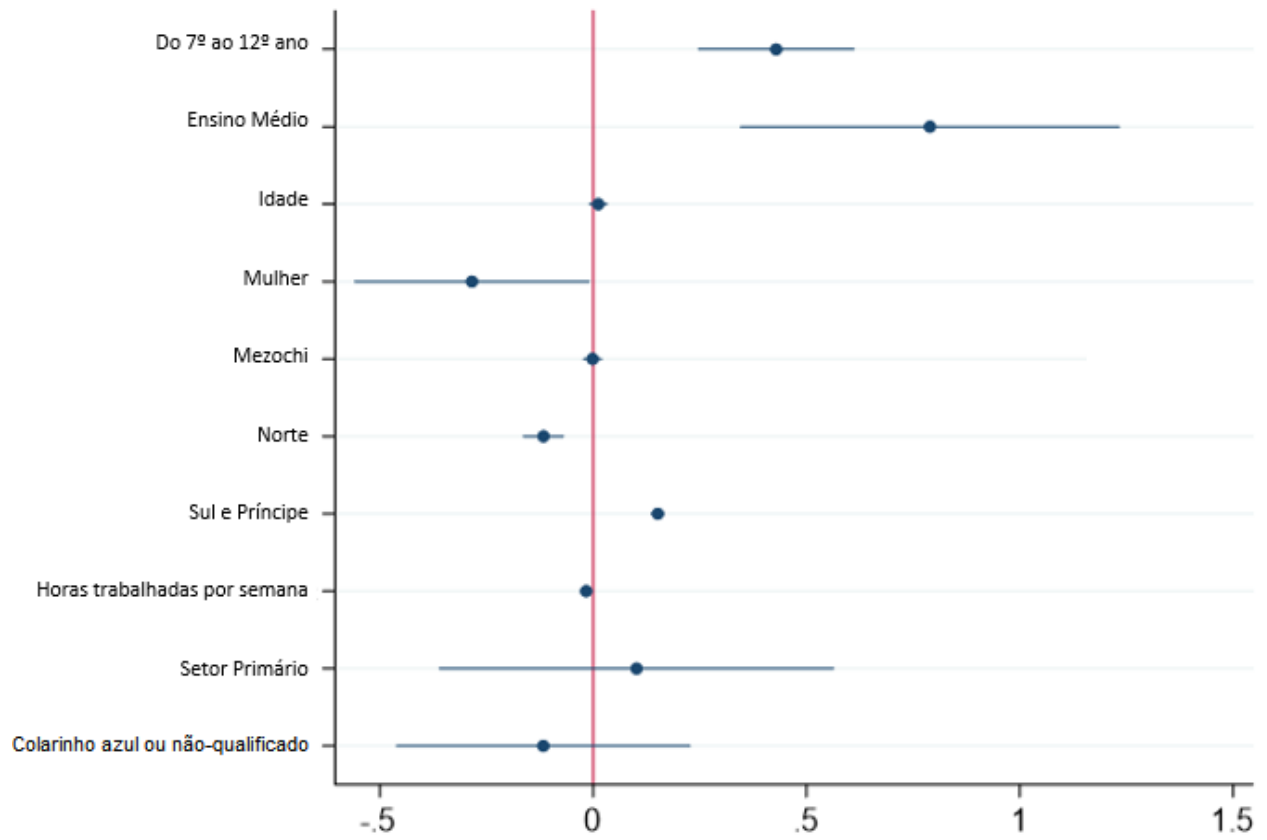
Figura 28. Comparação dos rendimentos totais



Fonte: IOF 2017.

A estimativa dos determinantes do rendimento proveniente do trabalho (equação de Mincer) revela que os retornos da educação em STP são positivos, significativamente diferentes de zero e crescentes com o nível de educação (ver Figura 29). Por outro lado, a experiência, medida como a idade do indivíduo, parece não ter um impacto significativo sobre o salário por hora, enquanto as mulheres parecem ter rendimentos por hora menores, sugerindo alguma discriminação no mercado de trabalho em STP.

Figura 29. Estimação da equação de salários (Equação de Mincer)



Fonte: IOF 2017.

CAPÍTULO IV: DESPESAS DE CONSUMO DOS AGREGADOS FAMILIARES

Este capítulo discorre sobre o perfil das despesas de consumo dos agregados familiares. O agregado médio ou típico de STP gasta 51 % de suas despesas com alimentos e 28 % com moradia e saúde (Tabela 27). A Tabela 26 detalha os principais itens da cesta alimentar em STP, compondo 90% dos gastos totais com esses bens. Quanto aos itens referentes a moradia e saúde, os maiores gastos se referem ao aluguer e electricidade. Os agregados no país, sejam ou não classificados como pobres segundo a DPC, possuem uma variedade de bens duráveis e semiduráveis tais como móveis e eletrodomésticos. Podemos detectar uma maior privação de bens entre os agregados no primeiro quintil de DPC, que tendem a não possuir meio de transporte motorizado, fogão a gás ou eléctrico e gerador de energia.

Tabela 26. Produtos alimentícios consumidos com frequência

Código	Nome do alimento	Proporção do gasto alimentar	Gasto acumulado
01111101	Arroz grão longo	7%	7%
01112101	Pão de 2 dobras	6%	12%
01154100	Óleo alimentar	4%	16%
01131111	Bica	4%	20%
05611109	Sabão (azul)	3%	23%
01175100	Feijão	3%	26%
02131102	Cerveja nacional - Rosema	3%	29%
01124100	Frangos	3%	31%
01178105	Matabala	3%	34%
01131109	Voador	3%	36%
01131105	Fulo-fulo	3%	39%
02121102	Vinhos	2%	41%
01178106	Mandioca	2%	43%
01113102	Esparguete	2%	46%
01178103	Banana prata verde	2%	48%
01181100	Açúcar	2%	49%
01132102	Búzio de mato	2%	51%
01153101	Azeite de palma	2%	53%

Código	Nome do alimento	Proporção do gasto alimentar	Gasto acumulado
01173105	Tomate	2%	54%
01162103	Goiabas	1%	56%
01131110	Atum	1%	57%
01144100	Iogurte naturais ou de aroma	1%	59%
01178102	Banana pão (Tubérculo)	1%	60%
01161103	Banana prata madura	1%	61%
01127101	Galinhas	1%	63%
01174101	Alho	1%	64%
01147100	Ovos	1%	65%
01143102	Leite em pó, não instantâneo, exceto para bebê	1%	67%
01122101	Carne de porco	1%	68%
01174102	Cebola	1%	69%
01161102	Limão	1%	70%
01115104	Farinha de trigo, para usos culinários	1%	71%
01131106	Macho-pombo	1%	72%
01141102	Leite meio gordo	1%	74%
01174103	Cenoura	1%	75%
01173104	Pimentão	1%	76%
01191100	Vinagre	1%	77%
01192101	Sal	1%	78%
04454101	Carvão de madeira/carvão mineral	1%	79%
01131101	Peixe Andala	1%	79%
01178104	Fruta pão (Tubérculo)	1%	80%
01151100	Manteiga	1%	81%
01131102	Peixe Bonito	1%	82%
01112104	Bolachas	1%	83%
01131108	Peixe Vermelho	1%	83%

Código	Nome do alimento	Proporção do gasto alimentar	Gasto acumulado
01222100	Refrigerantes em lata	1%	84%
01131112	Peixe Cavala	1%	85%
01176100	Concentrado de tomate (massa de tomate)	1%	86%
01173102	Feijão verde	1%	86%
01111102	Arroz grão médio	1%	87%
02111102	Cacharamba	1%	88%
01112103	Pão de milho ou broa	1%	88%
01192105	Tempero (pimenta e cominhos)	1%	89%
01211100	Café	1%	89%
01131103	Carapau, peixe de tamanho médio	1%	90%

Fonte: IOF 2017.

Tabela 27. Divisão dos gastos em grandes grupos

Alimento	51%
Moradia e Saúde	28%
Outro	21%
Percentual	100%

Fonte: IOF 2017.

Tabela 28. Proporção dos gastos por item de consumo

Itens de consumo	Proporção dos gastos	Proporção dos gastos (exclui aluguel imputado)
Aluguer-fictício	71%	-
Electricidade - conta	14%	48%
Medicamento 3-meses	3%	10%
Propinas escolar	2%	9%

Itens de consumo	Proporção dos gastos	Proporção dos gastos (exclui aluguel imputado)
Cadernos e outros escolar	2%	7%
Aluguel - pago	1%	5%
Transporte escolar	1%	4%
Consulta 3-meses	1%	4%
Uniforme escolar	1%	3%
Material didático	1%	3%
Matricula escolar	1%	3%
Exame/tratamento 3-meses	0%	2%
Água - outra fonte paga	0%	1%
Consulta 3-meses	0%	1%
Check-up 12-meses	0%	0%
Consulta 3-meses	0%	0%
Cantina escolar	0%	0%
Alojamento escolar	0%	0%
Óculos 12-meses	0%	0%
Consulta 3-meses	0%	0%
Água - conta recorrente	0%	0%
Muleta 12-meses	0%	0%
Vacina 12-meses	0%	0%
Protese dente 12-meses	0%	0%
Telef fixo - conta	0%	0%
Cadeira 12-meses	0%	0%
Circuncisao 12-meses	0%	0%
Recarga internet	0%	0%
Protese outro tipo 12-meses	0%	0%

Fonte: IOF 2017.

Tabela 29. Quantidade de bens semi-duráveis e duráveis por situação de pobreza

Bens	Não Pobre	Pobre	Total
Conjunto de sala de visita (sofás e mesa baixa)	1.152	1.051	1.105
Conjunto de mesa de jantar (mesa e cadeiras)	1.520	1.285	1.392
Cama	1.880	1.745	1.804
Colchões simples/esponja	1.702	1.596	1.642
Colchões de mola	1.429	1.341	1.401
Armários e outros móveis	1.271	1.079	1.174
Ferro de passar eléctrico	1.065	1.009	1.037
Ferro de passar à base de carvão	1.032	1.028	1.030
Fogão a gás ou eléctrico	1.059	0.862	1.028
Forno a gás ou eléctrico	1.096	0.997	1.055
Forno de microondas eléctrico	1.064	0.832	1.025
Misturador/espremedor de frutas eléctrico	1.070	0.779	1.044
Frigorífico/Congelador	1.152	1.015	1.089
Ventilador	1.151	1.012	1.100
Rádio simples/Rádio com cassete	1.086	1.004	1.048
Televisão	1.156	1.073	1.113
Leitor CD/DVD	1.122	1.003	1.065
Antena parabólica livre	1.056	0.963	1.009
Antena parabólica DSTV / ZAP	1.012	1.005	1.010
Aspirador	1.000	1.000	1.000
Cortador de relva e outro artigo de jardinagem	2.441		2.441
Grupo gerador	1.094	0.879	1.024
Carro particular	1.123	0.772	1.055
Motocicleta	1.199	0.939	1.109
Bicicleta	1.212	1.008	1.180
Máquina fotográfica	1.061	1.110	1.065
Câmara de vídeo	1.235	1.000	1.221

Bens	Não Pobre	Pobre	Total
Sistema Hi Fi	1.017	1.000	1.013
Telefone fixo	0.990	0.945	0.973
Telefone portátil / móvel	1.640	1.479	1.565
Tablet	1.107	1.015	1.085
Computador	1.212	0.996	1.153
Impressora/Fax	1.000	1.000	1.000
Canoa (motor/vela) e barcos de passeio	1.359	1.187	1.266
Guitarra	1.519	1.000	1.406
Piano e outro instrumento musical	0.713	1.000	0.757
Imóvel/Casa	1.097	1.106	1.101
Terreno não edificado	1.267	1.172	1.225
Total	1.343	1.274	1.309

Fonte: IOF 2017.

Tabela 30. Quantidade de bens semiduráveis e duráveis por situação de bem-estar

Bens	20% pobres	mais 2º quintil	3º quintil	4º quintil	20% ricos	mais Total
Conjunto de sala de visita(sofás e mesa baixa)	1.000	1.033	1.098	1.113	1.154	1.105
Conjunto de mesa de jantar (mesa e cadeiras)	1.140	1.240	1.390	1.581	1.440	1.392
Cama	1.696	1.706	1.808	1.815	1.904	1.804
Colchões simples/esponja	1.524	1.545	1.727	1.646	1.703	1.642
Colchões de mola	1.260	1.218	1.503	1.213	1.476	1.401
Armários e outros móveis	1.010	1.101	1.078	1.164	1.306	1.174
Ferro de passar elétrico	0.938	1.001	1.039	1.031	1.086	1.037
Ferro de passar à base de carvão	0.980	1.061	1.035	1.008	1.054	1.030
Fogão a gás ou elétrico	0.301	1.000	1.000	0.957	1.067	1.028
Forno a gás ou elétrico	0.857	0.984	1.048	1.029	1.120	1.055

Bens	20% pobres	mais 2º quintil	3º quintil	4º quintil	20% ricos	mais Total
Forno de microondas eléctrico	0.000	1.000	1.000	1.000	1.078	1.025
Misturador/espremedor de frutas eléctrico	0.384	0.783	1.000	1.000	1.077	1.044
Frigorífico/Congelador	0.971	0.980	1.042	1.121	1.153	1.089
Ventilador	0.968	0.930	1.064	1.035	1.193	1.100
Rádio simples/Rádio com cassete	0.965	1.007	1.012	1.016	1.120	1.048
Televisão	0.969	1.063	1.125	1.106	1.184	1.113
Leitor CD/DVD	0.921	1.026	1.030	1.155	1.074	1.065
Antena parabólica livre	0.921	0.930	1.000	0.971	1.097	1.009
Antena parabólica DSTV / ZAP	0.845	0.972	0.984	1.099	1.009	1.010
Aspirador		1.000			1.000	1.000
Cortador de relva e outro artigo de jardinagem				3.071	1.000	2.441
Grupo gerador	0.320	1.000	1.000	1.310	1.000	1.024
Carro particular	0.426	0.824	0.837	1.116	1.118	1.055
Motocicleta	0.783	0.857	1.000	1.043	1.261	1.109
Bicicleta	1.026	1.000	1.000	1.038	1.260	1.180
Máquina fotográfica			1.137	0.630	1.098	1.065
Câmera de vídeo			1.000		1.235	1.221
Sistema Hi Fi		1.000	1.000	1.000	1.017	1.013
Telefone fixo	0.741	1.000	1.000	1.000	0.988	0.973
Telefone portátil / móvel	1.282	1.519	1.526	1.600	1.644	1.565
Tablet	0.493	1.000	1.268	1.000	1.117	1.085
Computador	0.644	1.000	1.061	1.093	1.233	1.153
Impressora/Fax	1.000			1.000	1.000	1.000
Canoa (motor/vela) e barcos de passeio	0.793	1.402	1.207	1.105	1.554	1.266
Guitarra			1.000	1.000	1.545	1.406
Piano e outro instrumento musical			1.000	0.304	1.000	0.757
Imóvel/Casa	1.315	1.011	1.076	1.051	1.113	1.101

Bens	20% pobres	mais 2º quintil	3º quintil	4º quintil	20% ricos	mais Total
Terreno não edificado	0.934	1.205	1.261	1.097	1.339	1.225
Total	1.214	1.272	1.309	1.323	1.343	1.309

Fonte: IOF 2017.

Os pobres vivem em habitações feitas de materiais rudimentares e possuem património pequeno. Viver em habitações de baixo padrão pode resultar em consequências negativas para a população, principalmente no que se refere à exposição a riscos ambientais e à saúde. Más condições de moradia estão associadas a piores resultados de saúde. Por exemplo, o chão da moradia feito com terra está associado a pulgas e a falta de acesso a água tratada e saneamento está associada a nanismo, doenças respiratórias, envenenamento e vários outros riscos à saúde. Como resultado, a má qualidade da habitação está associada a resultados negativos gerais para todas as gerações e tem um impacto importante no desenvolvimento infantil.

Não surpreende que os pobres sejam menos propensos a viver em uma casa melhorada com materiais melhores. Entre os agregados familiares pobres, 15 % têm acesso a paredes de cimento, em comparação com 18 % na população não pobre. Cerca de 88% da população pobre têm teto de zinco e outros 72% têm piso de cimento. Apenas 14% da população pobre têm acesso a um banheiro. Essas taxas são estatisticamente significativamente menores que as da população não pobre (Tabela 31).

O acesso à tecnologia de economia de tempo, como electricidade, é baixo. O acesso à electricidade tem vantagens óbvias. Primeiro, ajuda a prolongar as horas produtivas do dia. Segundo, ajuda os investimentos de capital humano, permitindo que as crianças façam sua lição de casa em casa e, conseqüentemente, tenham um melhor desempenho na escola. Cerca de 64% das famílias pobres têm acesso à iluminação usando electricidade. Outros 23% dos pobres têm acesso à iluminação usando petróleo. A parcela dos pobres com tecnologia de iluminação é estatisticamente significativamente menor do que a das famílias não pobres.

O património é pequeno, e particularmente pequeno entre os pobres. Cerca de 53% das famílias pobres têm acesso a uma TV, 28% das famílias pobres têm acesso a uma gileira ou frigorífico, 5% possuem uma motorizada. E praticamente ninguém entre os pobres possui carro ou fogão a gás (menos de 1%).

Tabela 31. Características da moradia e propriedade dos bens por status de pobreza (%)

Bens	Não-pobres	Pobres	Diferença
Moradia	75	74	***
Paredes de cimento	18	15	**
Paredes de madeira	72	79	
Telhado, zinco	87	88	
Telhado, lousa	3	3	
Chão, madeira	28	26	

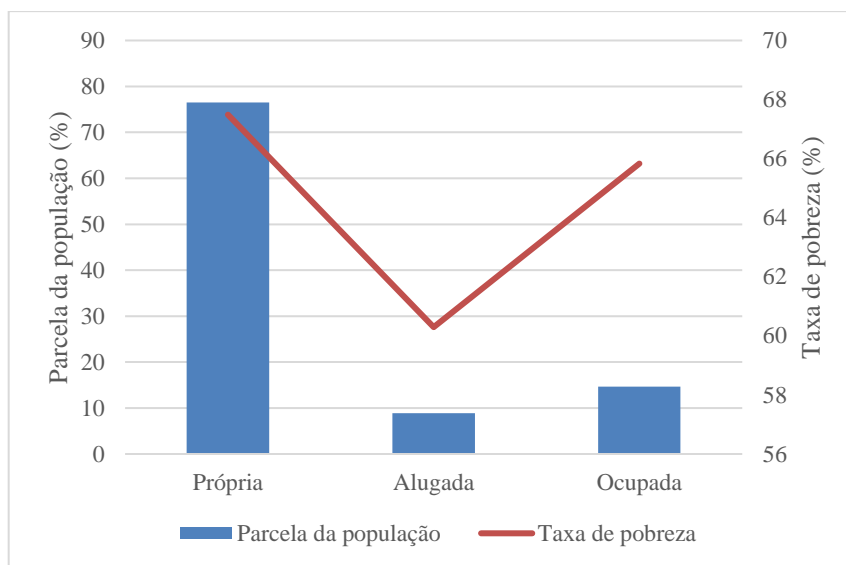
Bens	Não-pobres	Pobres	Diferença
Chão, cimento	65	72	***
Fonte de luz (eletricidade)	75	64	***
Fonte de luz (petróleo)	12	23	***
Saneamento, sanitário	31	14	***
Saneamento, latrina	23	24	
AC	2	0	***
Gileira	46	28	***
Televisão	70	53	***
Fogão a gás	7	1	***
Carro	9	1	***
Motocicleta	14	5	***

Fonte: IOF 2017.

Notas: ** significa $p < 0.05$ e *** $p < 0.01$

As taxas de pobreza são mais altas para indivíduos que declaram possuir ou ocupar suas habitações. Cerca de 76,5% dos indivíduos declaram possuir a moradia em que vivem. Entre esses indivíduos, a taxa de pobreza é de 67,5%. A taxa de pobreza (65,8%) é quase igualmente alta para os indivíduos que declaram ocupar sua habitação e constituem 14,7% da população total. As taxas de pobreza são mais baixas entre os indivíduos que declaram arrendar sua casa (60,3%) (Figura 30). É importante ressaltar que, quando solicitados a produzir papéis que mostrem propriedade, a maioria das famílias não os possui.

Figura 30. Participação da População e taxa de pobreza por status de propriedade da habitação



Fonte: IOF 2017.

CAPÍTULO V: VULNERABILIDADE

Introdução

A medida de aferição da pobreza *per capita* empregue só permite avaliar o estado de pobreza actual de certo agregado familiar, mas não constitui, necessariamente, uma orientação muito útil quanto ao seu estado de pobreza no futuro. Na medida em que as famílias de STP são frequentemente atingidas por uma variedade de choques, a volatilidade dos rendimentos e, possivelmente, do consumo, poderá ser elevada. Num contexto de alta volatilidade do consumo, é pouco provável que o estado de pobreza actualmente observado relativamente a certo agregado familiar constitua uma orientação muito boa quanto à vulnerabilidade da família à pobreza, ou quanto ao seu "risco de pobreza". Por exemplo, é possível que o consumo actual de certa família esteja acima do limiar de pobreza, fazendo com que a mesma seja classificada como não pobre. Contudo, uma vez que o seu consumo poderá diferir significativamente no período que se segue, devido à ocorrência de choques entre o período actual e o próximo, o mesmo agregado familiar poderá vir a ser classificado como pobre no período seguinte. Um agregado familiar desse tipo pode ser considerado "vulnerável à pobreza", apesar de, actualmente, não ser pobre. Em geral, a extensão da vulnerabilidade à pobreza depende da natureza dos choques sofridos pelas famílias (por exemplo, choques covariados, tais como os económicos; choques relacionados com o clima ou com perigos naturais que afectem grandes comunidades ou agregados familiares específicos; choques idiossincrás-

ticos, tais como o aparecimento de doenças), das estratégias de gestão dos riscos adoptadas pelos agregados familiares e/ou comunidades, das capacidades dos agregados familiares para lidarem com a incidência dos choques (por exemplo, bens que possuem, capital social) e do acesso a redes de segurança.⁶

Para que se possam conceber políticas mais eficazes, é essencial compreender, não só a natureza dos choques aos quais as famílias se encontram expostas, mas também as estratégias de enfrentamento que as mesmas empregam para lidar com essas situações. Na ausência de um programa de protecção social, as famílias pobres e vulneráveis dispõem de poucas formas para se protegerem contra choques negativos. Consequentemente, são mais propensas a deslizar para a pobreza após a ocorrência de um evento negativo, e menos propensas a escapar dos efeitos de tal evento. Além disso e, em particular, na ausência de sistemas de protecção social, os choques poderão ter efeitos a longo prazo, uma vez que as famílias recorrem a estratégias de enfrentamento com implicações adversas para o seu bem-estar no futuro. Certas estratégias de enfrentamento são mais prejudiciais do que outras, como por exemplo, o facto de se mandar as crianças trabalhar em vez de frequentarem a escola, ou de se esgotar os activos de produção, poderá ter efeitos negativos a longo prazo sobre o bem-estar da família.

O foco do presente capítulo incide na compreensão da vulnerabilidade e das suas fontes, bem como nos choques e nas estratégias de enfrentamento adoptadas entre as famílias de STP. A próxima secção apresenta uma análise da vulnerabilidade e fontes de vulnerabilidade em STP, com base no método Guenther e Harttgen (2009) aplicado ao inquérito IOF de 2017. Em seguida, examinamos a variedade de choques vividos pelos agregados familiares de STP, ao que se segue uma investigação mais pormenorizada das estratégias de enfrentamento empregues pelas famílias.

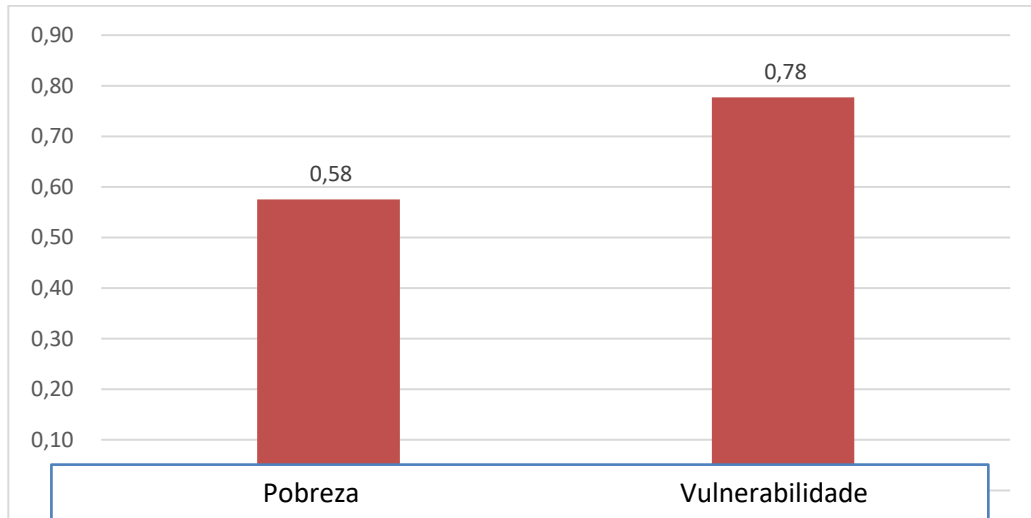
Perfis de Vulnerabilidade em STP, 2017

Considerando as elevadas taxas de pobreza em STP, é pouco surpreendente que grande parte da população seja vulnerável. A Figura 1 apresenta a prevalência da pobreza e vulnerabilidade em STP a nível nacional e de domínio. Em STP, 78% da população é pobre ou está em risco de passar a ser pobre num futuro próximo, caso ocorra algum choque.

De forma transversal a vários domínios, a distribuição relativa da vulnerabilidade segue o mesmo padrão que a pobreza. As taxas de vulnerabilidade são mais elevadas nos domínios em que as taxas de pobreza são mais altas.

⁶ A vulnerabilidade à pobreza encontra-se relacionada com o conceito de "resiliência", que diz respeito ao percurso temporal mais alargado do bem-estar na presença de choques e, principalmente, à probabilidade de os resultados adversos de qualquer evasão ao risco de choque, ou do embate do choque de facto, não persistirem por um período prolongado. Por exemplo, um agregado familiar não pobre pode ser vulnerável à possibilidade de vir a tornar-se pobre devido a uma perda de emprego e, apesar disso, ser bastante resiliente, se as perspectivas de encontrar outro trabalho, logo de seguida, que proporcione uma remuneração semelhante, forem altas, e/ou se existirem programas de rede de segurança formais ou informais que, de modo fiável, proporcionem apoio adequado com razoável rapidez. Em termos estatísticos, é possível que um agregado familiar não pobre, com variância condicional elevada a nível de rendimentos, seja simultaneamente vulnerável (a tornar-se pobre) e resiliente (devido ao facto de a pobreza ser suficientemente limitada em termos de duração, intensidade e/ou probabilidade (Barrett e Constan, 2014).

Figura 31: Prevalência da pobreza e vulnerabilidade, a nível nacional e de domínio

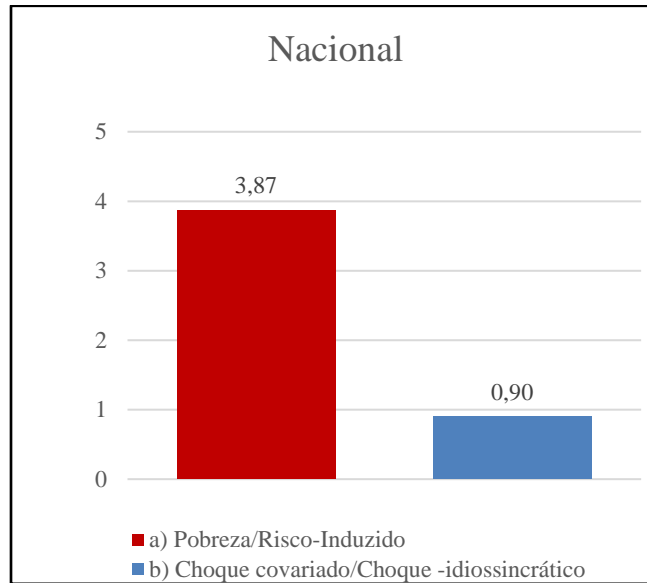


Fonte: IOF de 2017.

A principal fonte de vulnerabilidade em STP é a induzida pela pobreza. Em STP, a vulnerabilidade é impulsionada, principalmente, pelas perspectivas de baixo consumo permanente - mais do que pela volatilidade elevada do consumo. A nível nacional, o rácio pobreza/pobreza induzida pelo risco é de 3,87% (Figura 32a).

Em vários domínios, a importância dos choques covariados para a explicação da elevada variância do consumo é quase tanta como a dos choques idiossincráticos. Apesar de os choques idiossincráticos serem mais importantes do que os choques covariados para explicar a volatilidade do consumo em STP, verificam-se algumas variações entre os domínios (Figura 32b). A nível global, o rácio de vulnerabilidade por via de choques covariados, em comparação com o da vulnerabilidade decorrente de choques idiossincráticos, é inferior a 1%.

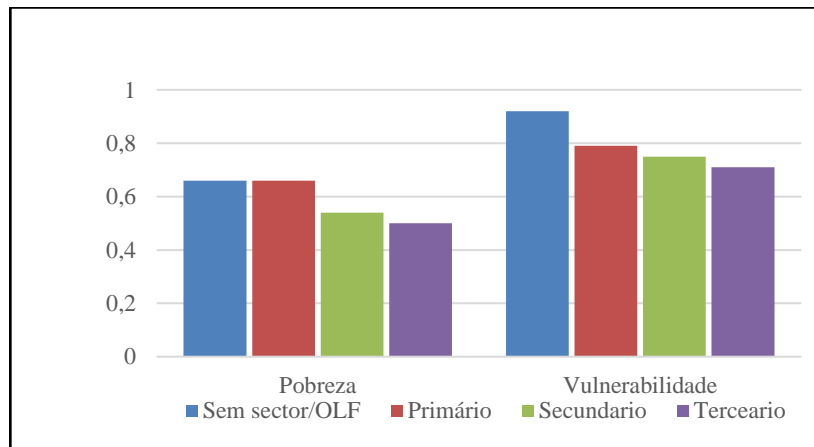
Figura 32: Fontes de vulnerabilidade (a) e desagregação da variância do consumo (b)



Fonte: IOF de 2017.

O grupo mais vulnerável é o dos agregados familiares cujo chefe de família não trabalha ou não se encontra inserido na força laboral. A Figura 33 apresenta a prevalência da pobreza e da vulnerabilidade, analisada de forma transversal a diversos sectores de emprego. Os agregados familiares cujo chefe de família não trabalha ou não se encontra inserido na força laboral apresentam a taxa de pobreza mais elevada (66%) em diversos sectores de actividade, e praticamente toda esta população (92%) é vulnerável à possibilidade de vir a cair em estado pobreza num futuro próximo, após a ocorrência de qualquer choque.

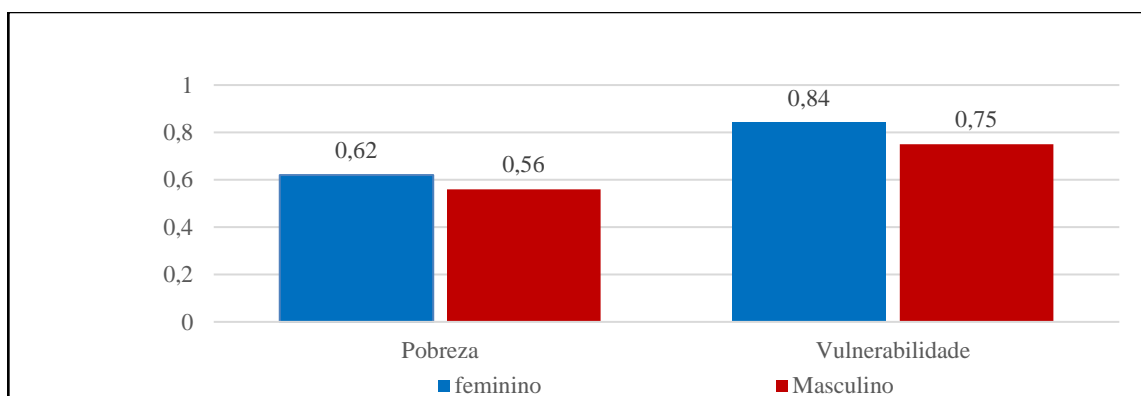
Figura 33: Prevalência da pobreza e vulnerabilidade analisada de forma transversal a diversos sectores de emprego



Fonte: IOF de 2017.

Entre as famílias chefiadas por mulheres, a vulnerabilidade induzida pela pobreza desempenha um papel mais importante no que se refere à explicação da vulnerabilidade de cair em estado de pobreza. A Figura 34 mostra que, entre as famílias chefiadas por mulheres, a vulnerabilidade que decorre das perspectivas de baixo consumo permanente é quase cinco vezes superior à vulnerabilidade induzida pelo risco.

Figura 34. Prevalência da pobreza e vulnerabilidade entre as famílias chefiadas por mulheres e homens



Fonte: IOF de 2017.

Choques em STP, 2017

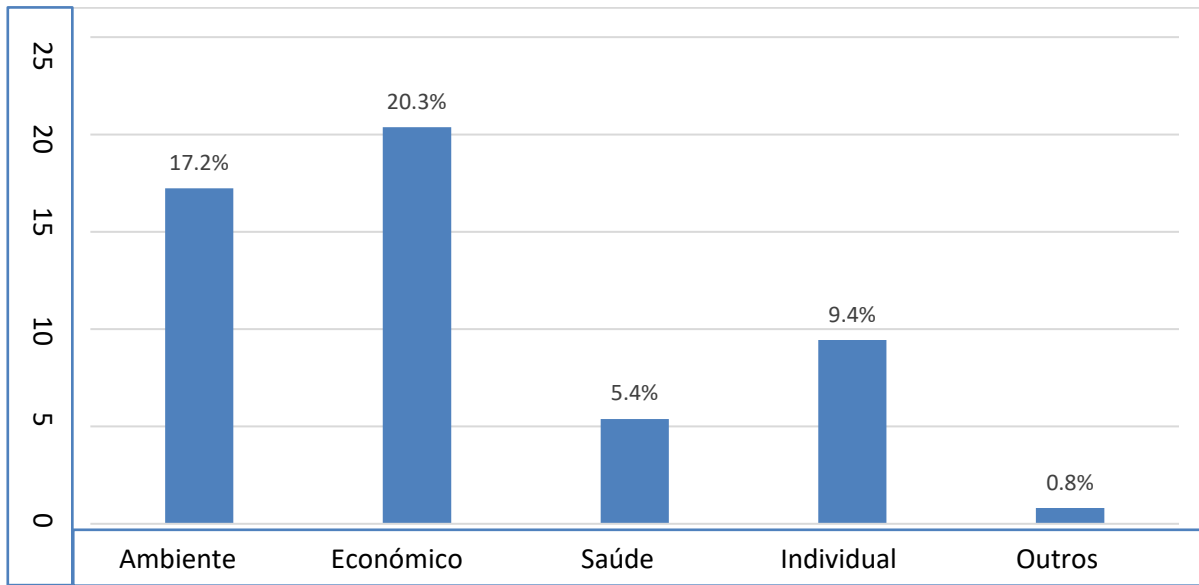
Prevalência de choques em STP. A fim de aliviar os impactos negativos dos choques no bem-estar das famílias de STP, é fundamental compreender os tipos de choques e a sua prevalência, bem como as estratégias empregues pelos agregados familiares para lidarem com as ocorrências de choques. No entanto, também é importante salientar que a prevalência de certo choque não significa que tal choque produza o impacto mais importante sobre o bem-estar. Certos choques podem ser citados com frequência, mas terem apenas um impacto reduzido no nível de consumo de certa família, enquanto outros choques podem ser citados apenas uma vez e terem implicações substanciais para o bem-estar, tal como a morte de um membro da família.

O inquérito IOF de 2017 contém um módulo de registo de perguntas sobre choques e estratégias de enfrentamento adoptadas pelas famílias. A fim de facilitar a visão geral e simplificar a análise, os choques são agrupados da seguinte forma:

- Ambientais: Períodos irregulares de seca/chuva, inundações, avaria de estruturas sanitárias, ataque de borboletas gigantes, deslizamento de terras, incêndio (casa e florestas) vento e seca
- Económicos: redução significativa dos preços dos produtos agrícolas, preços elevados dos insumos para a agricultura, ruptura de *stock*, eliminação de produtos, crise económica, inflação,
- Saúde: perda de receitas agrícolas devido a acidente grave ou morte, perda de salário por motivo de acidente ou morte, acidente ou doença de um membro do agregado familiar, óbito de um membro do agregado familiar
- Individuais: Morte de um animal, fracasso da colheita, falência do empreendimento agrícola, perda de emprego, divórcio/separação
- Outros: roubo, violência, etc.

Os choques mais mencionados são os choques económicos e ambientais. 17,2% da população relata choques ambientais. Mais 20,4% relata choques ambientais. Comparativamente, "apenas" 9,4% afirmam ter passado por um choque individual. 5,4% das famílias afirmam ter passado por um choque de saúde.

Figura 35: Incidência dos diversos tipos de choques em STP



Fonte: IOF de 2017.

Estratégias de enfrentamento em STP

As estratégias de enfrentamento utilizadas pelas famílias para lidarem com os choques são conhecidas pelo facto de serem versáteis – contudo, é importante salientar que podem ter impactos (adversos) no bem-estar futuro do agregado familiar e respectivos membros a nível individual. A adopção de estratégias sólidas ajudará o agregado familiar a mostrar-se resiliente na sequência de um choque – ao passo que a adopção de estratégias prejudiciais poderia garantir o deslize das famílias para uma situação de pobreza que as deixasse encurraladas. Algumas das estratégias não sustentáveis observadas têm sido a do envio de crianças para trabalhar em vez de estudar, impedindo-as de terem a vida produtiva que poderiam ter tido. Outra estratégia prejudicial poderia ser a da venda de activos de produção.

Os agregados familiares podem utilizar um conjunto de diversas estratégias para lidar com determinado choque. No IOF de 2017, as famílias podiam enumerar as três primeiras estratégias mais importantes para lidarem com um choque. O foco da análise apresentada incide sobre a principal estratégia empregue por certa família para lidar com um choque, na condição de já ter passado por, pelo menos, um tipo de choque. A análise que apresentamos em seguida concentra-se, maioritariamente, nas 7 estratégias de enfrentamento prevalentes – algumas das quais foram agrupadas devido à sua semelhança:

- Utilização de poupanças
- Apoio recebido de amigos ou familiares
- Comportamental: mudança nos hábitos de consumo e compra de alimentos menos dispendiosos
- Obtenção de trabalho adicional: enviar membros do agregado familiar que já trabalham para tentarem arranjar mais trabalho; enviar adultos desempregados (com idade igual ou superior

a 15 anos) que não se encontrem a trabalhar no momento, à procura de trabalho; enviar crianças (com idade igual ou inferior a 15 anos) à procura de trabalho; retirar crianças da escola

- Venda de bens agrícolas e/ou pecuários
- Ajuda por parte do governo
- Nenhuma estratégia

A estratégia mais comum entre o quintil mais pobre consistia em não dispor de qualquer estratégia para lidar com os choques, enquanto no quintil mais rico a estratégia mencionada com maior frequência foi a do recurso à utilização de poupanças. 35% das famílias do quintil inferior declararam não ter qualquer estratégia para lidar com os choques, logo seguidas por 31% que declararam recorrer à ajuda de amigos ou familiares (31%). As famílias mais abastadas declararam recorrer a poupanças para enfrentar os choques, em média, com maior frequência do que as famílias mais pobres: apenas 23% das famílias do quintil inferior relataram a utilização de poupanças para lidar com um choque negativo, comparativamente à percentagem de 47% das famílias do quintil superior. Os agregados familiares do segundo ao último quintil, bem como os do terceiro e quarto quintis, foram os que mais frequentemente relataram o envio de membros do agregado familiar para trabalharem em empregos adicionais, a fim de poderem lidar com os choques. Globalmente, o recurso a esta estratégia revelou-se bastante raro.

Tabela 32: Estratégias de enfrentamento por estado de pobre e não pobre

Estratégias	Não			Diferença
	Tudo	pobres	Fraca	
Utilização de poupanças	37,80%	43,43%	33,73%	***
Nenhuma estratégia	30,35%	27,15%	32,65%	*
Outras estratégias	18,42%	20,28%	17,14%	
Ajuda de amigos ou familiares	16,58%	13,60%	18,71%	**
Compra de produtos mais baratos	11,75%	13,03%	10,86%	
Alteração dos hábitos de consumo	6,27%	5,22%	7,02%	***
Ajuda por parte do governo	1,76%	1,53%	1,93%	
Cultivo fora de época	0,98%	0,99%	0,98%	
Venda de bens alimentares	0,83%	0,30%	1,21%	*
Produtos agrícolas vendidos	0,79%	0,87%	0,73%	
Membros do AF empregados começam a trabalhar num emprego adicional	0,75%	1,54%	0,20%	
Crédito obtido	0,61%	1,15%	0,24%	
Mais pesca	0,47%	0,22%	0,65%	
Membros do AF desempregados começam a trabalhar	0,47%	0,00%	0,81%	*
Ajuda de organizações religiosas ou ONG	0,45%	0,47%	0,44%	
As crianças deixam de estudar	0,38%	0,00%	0,64%	*
Ajuda espiritual	0,33%	0,14%	0,47%	
As crianças começam a trabalhar	0,29%	0,00%	0,49%	
Membros do AF migram	0,27%	0,33%	0,22%	
Venderam gado	0,17%	0,13%	0,19%	
Venderam terras/casa	0,14%	0,00%	0,24%	
Venda de bens duradouros do AF	0,10%	0,09%	0,12%	

Redução dos gastos com a saúde e a educação	0,10%	0,00%	0,16%
Casamento de filhos/filhas	0,02%	0,00%	0,03%

Fonte: IOF de 2017.

Em média, as famílias mais pobres são mais propensas a não ter qualquer estratégia, menos propensas a recorrer à utilização de poupanças, mais propensas a alterar os seus hábitos de consumo e mais propensas a vender alimentos ou enviar membros do agregado familiar para realizarem trabalho adicional. 32,65% das famílias pobres relataram não ter qualquer estratégia de enfrentamento, comparativamente a 27,15% das famílias que declararam o contrário. O acesso a poupanças foi citado com maior frequência como estratégia de enfrentamento entre os agregados familiares não-pobres (43,43%), comparativamente aos agregados familiares pobres (33,73%). Verificou-se que a obtenção de crédito para lidar com um choque constituiu uma estratégia disponível apenas para muito poucas famílias, na sua grande maioria não pobres.

Algumas famílias pobres recorrem a estratégias de enfrentamento particularmente prejudiciais. Entre as famílias pobres, verifica-se a existência de uma parcela maior de agregados familiares que enviam os seus filhos à procura de trabalho (0,49%) e que interrompem os estudos dos filhos (0,64%) do que nas famílias não pobres. Embora essas estratégias só tenham sido utilizadas por uma pequena parte das famílias pobres, trata-se de estratégias particularmente prejudiciais, uma vez que impedem que as crianças tenham a vida produtiva que poderiam ter na ausência dessa estratégia.

As famílias chefiadas por mulheres são menos propensas a depender de poupanças, mais propensas a depender da ajuda de amigos ou familiares e menos propensas a vender produtos agrícolas ou pecuários. As famílias chefiadas por mulheres são substancialmente mais propensas a relatar a necessidade de recurso à ajuda de amigos e familiares (24,25%) do que as famílias chefiadas por homens (12,82%). Ao mesmo tempo, as famílias chefiadas por mulheres também se mostraram menos propensas a vender produtos agrícolas e/ou pecuários para lidarem com os choques. Apesar de, globalmente, a utilização desta estratégia por parte de qualquer dos agregados familiares ter sido bastante rara. Além disso, 31,16% das famílias chefiadas por mulheres declararam que utilizavam poupanças para lidar com os choques negativos, comparativamente à percentagem de 41,05% dos agregados familiares chefiados por um elemento do sexo masculino.

Conclusão

Em STP, a principal fonte de vulnerabilidade (probabilidade de vir a ser pobre no futuro) é mais induzida pela pobreza do que pelo risco. Em STP, a vulnerabilidade é impulsionada, principalmente, pelo baixo nível de capital humano associado à baixa dotação de bens e, por conseguinte, às perspectivas de baixo consumo permanente, mais do que pela volatilidade elevada do consumo (ou vulnerabilidade induzida pelo risco). No entanto, verifica-se alguma variação entre os domínios, em termos da importância relativa da vulnerabilidade induzida pela pobreza e da vulnerabilidade induzida pelo risco. Por exemplo, no domínio Norte, a importância relativa da volatilidade elevada do consumo é maior, comparativamente à das perspectivas de baixo consumo permanente, para explicar a vulnerabilidade (rácio de vulnerabilidade induzida pela pobreza/vulnerabilidade induzida pelo risco de 2,51%), do que noutros domínios.

Em vários domínios, a importância dos choques covariados para a explicação da elevada variância do consumo é quase tanta como a dos choques idiossincráticos. A nível global, o rácio de vulnerabilidade por via de choques covariados/vulnerabilidade decorrente de choques idiossincráticos é inferior a 1%.

O grupo mais vulnerável é o dos agregados familiares cujos chefes de família não trabalham ou não se encontram inseridos na força laboral. Entre esse grupo, praticamente toda a população (92%) é vulnerável à possibilidade de vir a tornar-se pobre num futuro próximo, após a ocorrência de um choque. Quanto aos agregados familiares cujos chefes de família declaram não pertencer a nenhum sector de actividade ou não estar inseridos na força laboral, e aqueles cujos chefes de família declaram trabalhar no sector primário, a vulnerabilidade induzida pela pobreza é quase cinco ou sete vezes mais elevada do que a vulnerabilidade induzida pelo risco

A importância relativa da covariável de risco idiossincrático para a explicação da variância de consumo elevada é maior entre as famílias que se encontram empregadas no sector primário. Essa situação caminha lado a lado com o facto de os agregados familiares cujo chefe de família se encontra empregado no sector primário serem mais propensos à exposição a choques ambientais (conforme discutido de forma mais pormenorizada na secção sobre a prevalência de choques).

A vulnerabilidade de queda em situação de pobreza verifica-se numa parcela mais elevada das famílias chefiadas por mulheres, comparativamente às famílias chefiadas por homens. No seio deste grupo, a vulnerabilidade induzida pela pobreza desempenha um papel mais importante no que se refere à explicação da vulnerabilidade de cair em estado de pobreza. Ao desagregarmos a variância do consumo por diversas fontes, podemos observar padrões distintos entre as famílias chefiadas por homens e aquelas que são chefiadas por mulheres. A importância relativa da covariável referente aos choques idiossincráticos é maior entre as famílias chefiadas por mulheres

Os choques mais mencionados em STP são os choques económicos e ambientais. A frequência de citação de choques ambientais e económicos apresenta muito poucas variações de forma transversal aos diversos quintis de riqueza. Os agregados familiares cujos chefes de família trabalham no sector primário são mais propensos a relatar choques ambientais. É entre os agregados familiares da região Sul que se verificam os relatos mais frequentes de choques ambientais, enquanto os choques económicos são mais frequentemente mencionados em Mé-Zóchi.

A estratégia mais comum entre o quintil mais pobre consistia em não dispor de qualquer estratégia para lidar com os choques, enquanto no quintil mais rico a estratégia mencionada com maior frequência foi a do recurso à utilização de poupanças. Em média, as famílias mais pobres são mais propensas a não ter qualquer estratégia, menos propensas a recorrer à utilização de poupanças, mais propensas a alterar os seus hábitos de consumo e mais propensas a vender alimentos ou enviar membros do agregado familiar à procura de trabalho adicional. Algumas famílias pobres recorrem a estratégias de enfrentamento particularmente prejudiciais. Entre as famílias pobres, verifica-se a existência de uma parcela maior de agregados familiares que recorrem ao envio dos seus filhos à procura de trabalho (0,49%) e à interrupção dos estudos dos seus filhos (0,64%), do que entre as famílias não pobres.

CAPÍTULO VI: Capital Humano

Os investimentos no capital humano (principalmente nas áreas da saúde e da educação) dos membros mais jovens são fundamentais para o crescimento económico e para a redução da pobreza a longo prazo. A dinâmica de acesso nas áreas da educação e da saúde, entre outras, fornece informações valiosas sobre outras dimensões do bem-estar e complementa a análise monetária da pobreza.

No capítulo anterior foram apresentadas estatísticas sobre o acesso aos serviços básicos. O acesso aos serviços básicos é um dos muitos ingredientes necessários para a produção do capital humano das crianças. Outros factores incluem a qualidade dos serviços acedidos e o nível de rendimentos do agregado

familiar, o qual, por sua vez, depende do capital humano acumulado pelos membros da família mais velhos e dos retornos que estes conseguem receber nos mercados por via desse capital.

O presente capítulo examina mais detalhadamente os factores determinantes para a nutrição infantil em STP, com consequências a longo prazo para o capital humano, produtividade económica e desenvolvimento nacional em geral.

Segundo o MICS 2014, a taxa de raquitismo (que se define pela estatura anormalmente baixa para a idade e que constitui um indicador de subnutrição crónica) apurada entre as crianças com menos de 5 anos de idade em STP, foi de 17,2%.⁷ Isso representa um declínio significativo relativamente à taxa de raquitismo de 30,6% apurada em 2009 com base no IDS. A subnutrição crónica encontra-se associada a um desenvolvimento cognitivo prejudicado, taxas de frequência escolar mais reduzidas, diminuição do nível de capital humano e maiores riscos de contrair doenças crónicas e vir a ter problemas de saúde na idade adulta. (Victora et al. 2010; Black et al. 2013; Hoddinott et al. 2013). Assim sendo, as desigualdades de acesso aos serviços na fase inicial da vida de uma criança também contribuem para a transmissão intergeracional da pobreza.

A aceleração do progresso com vista a reduzir o raquitismo em STP implica a inclusão de mais sectores, além do sector da saúde, tais como o da agricultura, educação, segurança social, água, saneamento e higiene, num esforço conjunto para melhorar a nutrição. Este capítulo estabelece as bases para uma acção multisectorial mais eficaz no âmbito da redução do raquitismo, analisando e gerando evidências empíricas úteis para a obtenção de informações destinadas ao trabalho de segmentação conjunta e, se necessário, ao sequenciamento de intervenções sectoriais específicas em STP. O capítulo cobre duas áreas-chave. Antes de mais, começa por examinar em que medida as crianças têm acesso inadequado aos factores determinantes para a nutrição. Em segundo lugar, examina se o acesso simultâneo ao nível adequado de um ou mais factores determinantes para a nutrição está associado à menor prevalência de raquitismo. O presente capítulo foi criado para estimular a discussão e fornecer orientações destinadas aos decisores políticos e profissionais, com vista à concepção de intervenções multisectoriais mais eficazes para combater o raquitismo em STP.

A abordagem empírica adoptada segue os mesmos princípios de abordagem do mais recente relatório regional (Banco Mundial, 2018), com base nos contributos fornecidos pelo quadro conceptual da UNICEF sobre factores determinantes para a subnutrição. As causas subjacentes à subnutrição encontram-se agrupadas em três aglomerados: (a) práticas inadequadas de segurança e cuidados alimentares, (b) ambiente doméstico insalubre (WASH, do inglês "Water Supply, Sanitation, and Hygiene") e (c) serviços de saúde inadequados.

Insegurança alimentar

O exame da extensão da insegurança alimentar em STP começa por ser feito de forma isolada, com base nas respostas dadas pelos entrevistados ao módulo de segurança alimentar do inquérito IOF de 2017.

A maioria das pessoas debate-se com dificuldades para obter três refeições por dia, devido à falta de dinheiro. 91% das famílias pobres em STP já passaram pela experiência de ver um dos membros do seu agregado familiar saltar uma refeição por falta de dinheiro; Este problema não se limita aos agregados familiares pobres, uma vez que 83% dos agregados familiares não pobres já passaram também pela mesma situação.

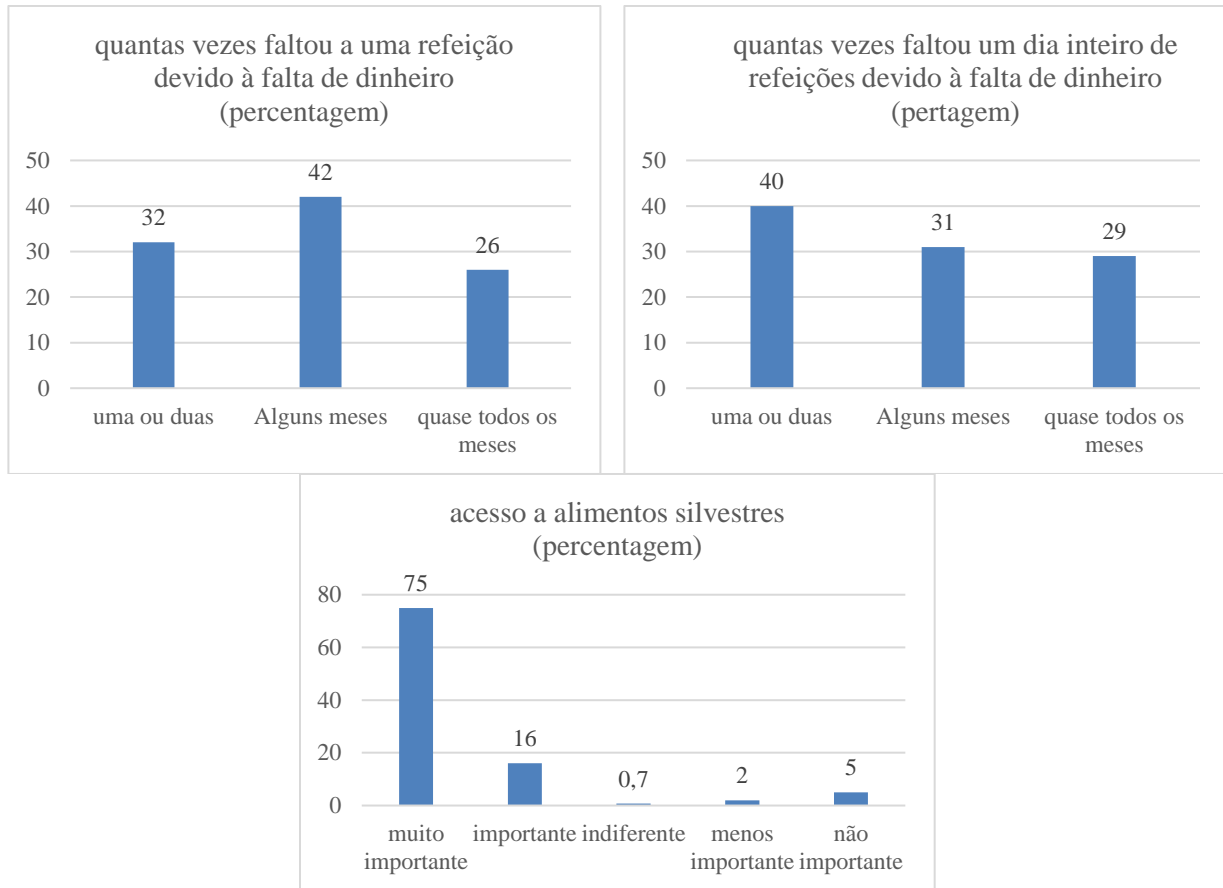
⁷ Consultar o MICS (2014) para STP.

A falta de dinheiro para comprar alimentos constitui um problema recorrente, apesar do crescimento actual. Não ter dinheiro suficiente para pagar uma refeição parece ser um problema recorrente no país, com 42% das famílias a relatarem experiências de escassez de refeições durante alguns meses e 26% a declararem que são afectadas por esse problema ao longo da maior parte do ano. Por conseguinte, o crescimento económico vivenciado nos últimos 7 anos não resultou na eliminação da necessidade de as pessoas saltarem refeições por motivos económicos.

A insegurança alimentar grave afecta cerca de 10% da população. Cerca de 10% das famílias relatam que pelo menos um dos seus membros já teve de saltar um dia inteiro de refeições, devido à falta de dinheiro. Este problema não se limita às famílias pobres, uma vez que 7,5% das famílias não pobres também relatam a mesma situação.

60% dos indivíduos afectados pela insegurança alimentar relatam que se trata de um problema crónico para eles. 60% dos agregados familiares que declaram ter, pelo menos, um membro da família que salta um dia inteiro de refeições por falta de dinheiro, dizem que passam por essa situação ao longo de vários meses, ou durante a maior parte do ano. As famílias nessa situação também relatam que dependem substancialmente de produtos alimentares silvestres para complementar os seus requisitos de calorias. Esta situação pode criar uma falsa ideia de que não existe qualquer problema de segurança alimentar no país, mas a realidade é que os habitantes de STP não morrem de fome por terem alimentos silvestres em seu redor, em vez de disporem de meios para fornecer alimentos às suas famílias.

Figura 36: Insegurança alimentar dos agregados familiares de STP em 2017



Fonte: IOF 2017.

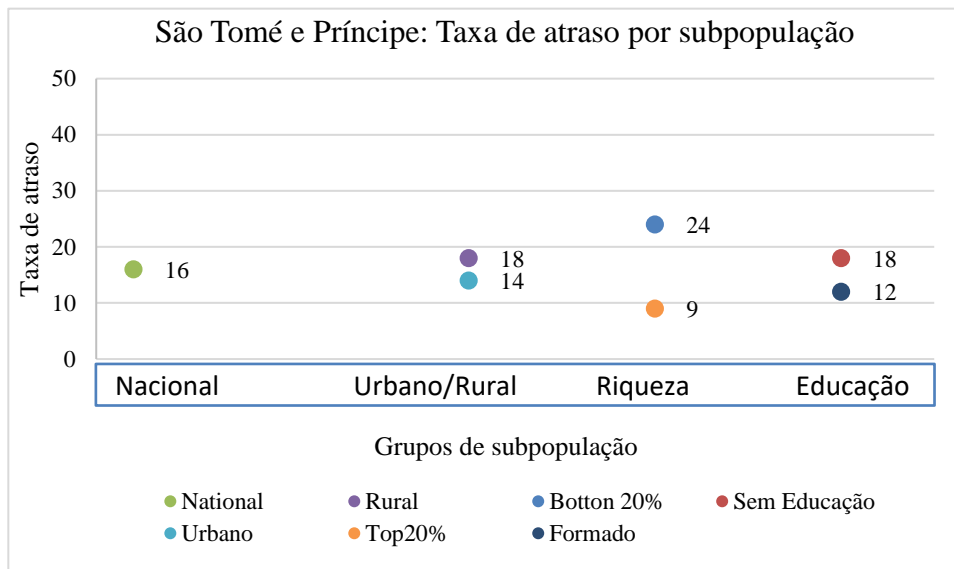
Subnutrição

A presente secção considera a segurança alimentar em conjunto com o acesso a outros factores determinantes para a nutrição, tais como serviços de saúde e WASH adequados, com base no inquérito MICS de 2014. As limitações de dados associadas à disponibilidade de informação sobre as diferentes dimensões da segurança e cuidados alimentares, e sobre a qualidade dos serviços, são superadas pela perspectiva mais holística que se obtém a partir da relação entre a prevalência do raquitismo e as múltiplas privações vivenciadas pelas crianças. As informações relativas à distribuição conjunta dos factores determinantes para a nutrição são essenciais para identificar disparidades particularmente importantes (ou restrições vinculativas) que, se abordadas através de uma segmentação conjunta pelos sectores pertinentes, poderão servir para reforçar os impactos sobre a nutrição.

Concentrando-se nas crianças com menos de 2 anos de idade, a taxa de raquitismo é de 16%, a nível nacional, sendo maior nas áreas rurais do que nas áreas urbanas (18% vs. 14%), entre as crianças de famílias relativamente mais pobre (os 20% da parte inferior do índice de distribuição de bens), comparativamente às crianças de famílias mais mais pobre (24% vs. 9%), e entre as crianças cujas mães têm menos de 7 anos de escolaridade (Figura 37). As áreas rurais apresentam maiores níveis de prevalência de raquitismo do que as áreas urbanas, no valor de 18% e 14%, respectivamente. As diferenças nos níveis de

raquitismo podem ser observadas de acordo com os níveis de escolaridade materna e de riqueza - 12% das crianças cujas mães têm mais de 7 anos de escolaridade sofrem de raquitismo, enquanto nas crianças cujas mães têm menos de 7 anos de escolaridade a prevalência sobe para 18%. De igual modo, 9% das crianças do quintil superior de riqueza (os 20% mais abastados) padecem de raquitismo, enquanto no caso das crianças do quintil de riqueza inferior (os 20% mais pobres) a prevalência de raquitismo passa para 24%.

Figura 37: Taxas de raquitismo infantil nos diversos grupos socioeconómicos de STP (crianças com menos de 24 meses)



Fonte: Banco Mundial, baseada no MICS de STP para 2014

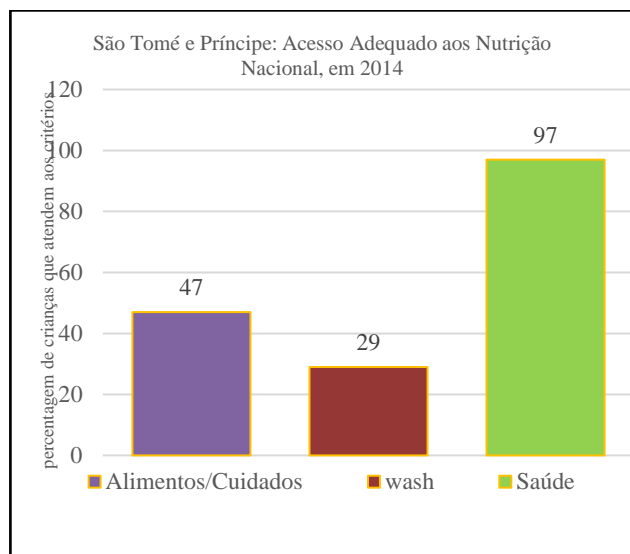
A Figura 38 apresenta as quotas de crianças que dispõem de acesso adequado a alimentação/cuidados, WASH e saúde.⁸ Estes gráficos tornam muito transparente o facto de que as principais desigualdades de acesso em STP se verificam no acesso a níveis adequados de WASH, principalmente entre as crianças que vivem nos agregados familiares mais pobres, relativamente àquelas que vivem nos mais ricos. Também se verificam algumas pequenas desigualdades no acesso adequado a alimentação/cuidados e saúde, mas pouco expressivas, comparativamente às desigualdades no acesso a um nível adequado de serviços WASH

⁸ É também de salientar que as categorias relatadas na Figura 38 são mutuamente exclusivas, o que significa que as crianças incluídas em qualquer dessas três categorias não têm acesso a nenhum dos outros fatores determinantes para a nutrição. Por exemplo, a nível nacional, 97% das crianças têm acesso a serviços de saúde adequados, mas não dispõem de acesso adequado a alimentação/cuidados e WASH, e apenas 29% das crianças têm acesso a WASH adequados, sem terem acesso adequado a alimentação/cuidados e saúde.

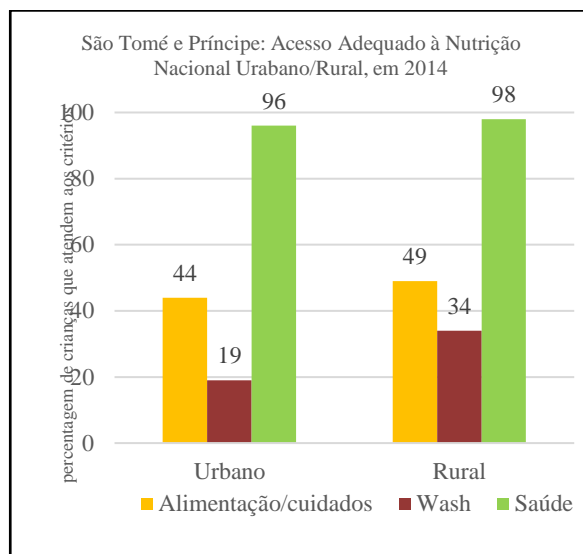
Figura 38: Acesso adequado a Alimentação/Cuidados, WASH e Saúde

(crianças com menos de 24 meses)

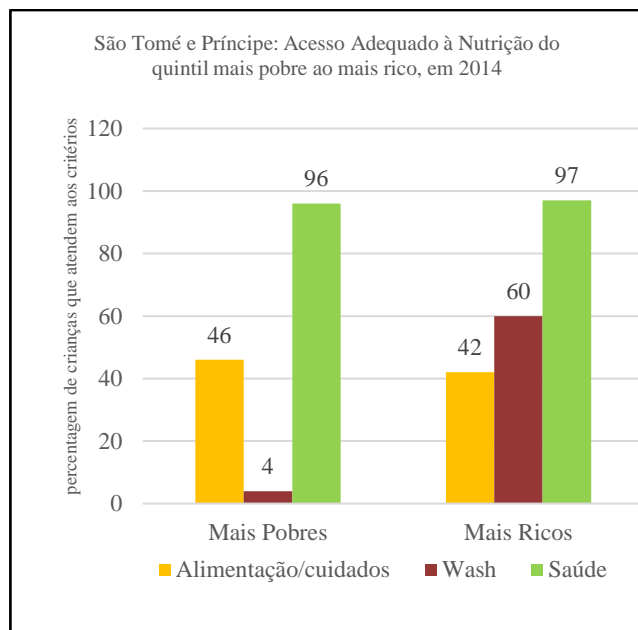
a) Nacional



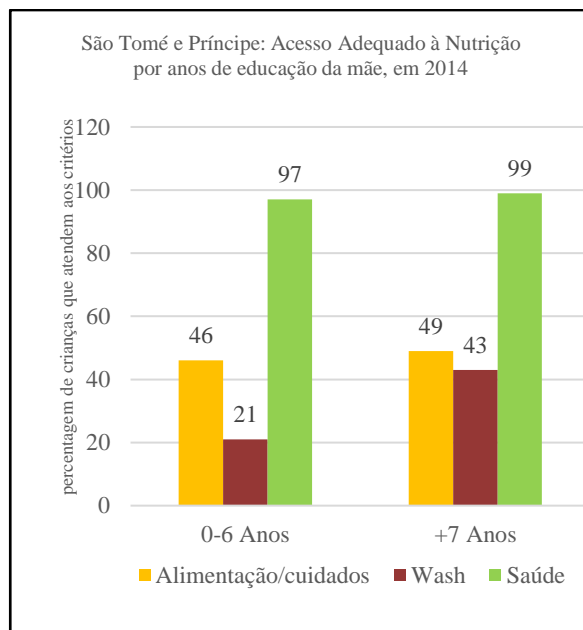
b) Rural versus Urbano



c) B20 (Mais Pobres) versus T20 (Mais Ricos)



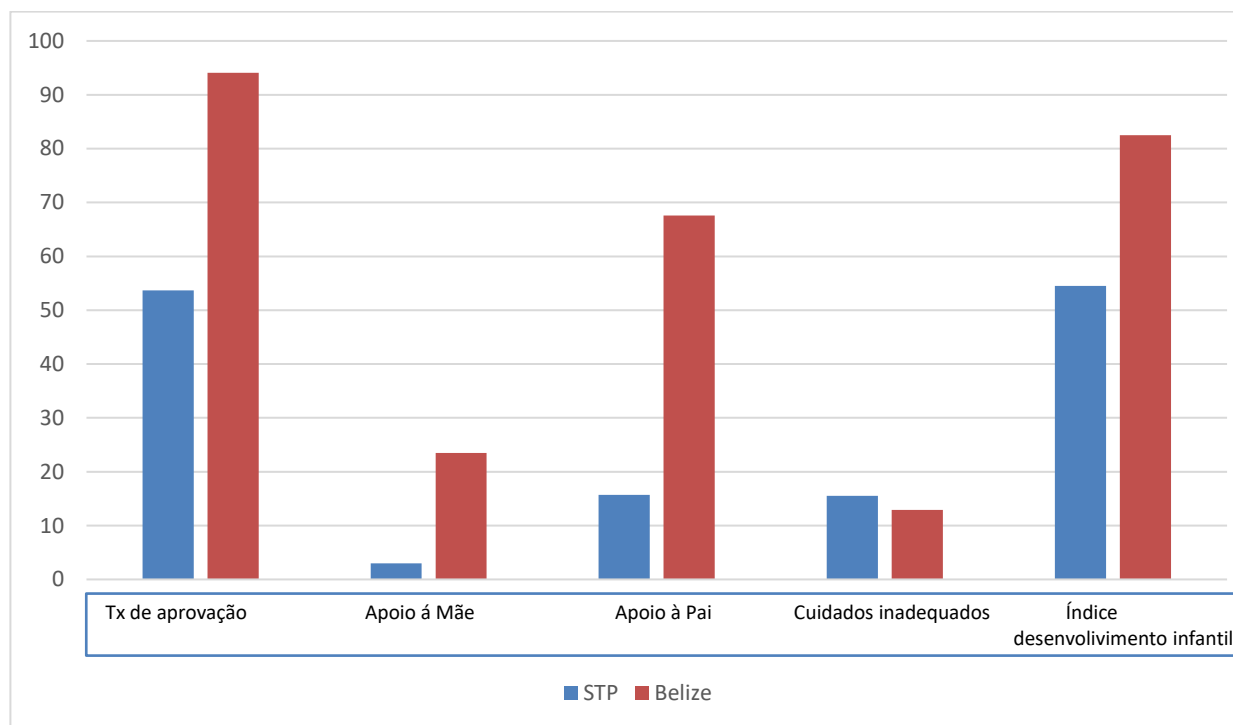
d) Anos de escolaridade da mãe



Fonte: Estimativas da equipa do Banco Mundial, baseadas no MICS de STP para 2014.

A percentagem de crianças, entre os 36 e 59 meses de idade, cujo pai ou mãe biológicos se envolveram em quatro ou mais actividades para promover a sua aprendizagem e preparação escolar nos últimos três dias, é muito baixa, situando-se em 3% e 15,7%, respectivamente, em comparação com os valores de 23,5% e 67,6% verificados em Belize. Globalmente, o índice de desenvolvimento infantil precoce é bastante baixo. Este último índice mede a percentagem de crianças com idades entre os 36 e 59 meses que se encontram no bom caminho, a nível de desenvolvimento, no que se refere a, pelo menos, três dos seguintes quatro domínios: literacia-numeracia, competências físicas, competências sociais-emocionais e aprendizagem.

Figura 39: Indicadores de Cuidado e Apoio à aprendizagem infantil, STP vs. Belize (crianças entre os 36 e os 59 meses)



Fonte: MICS 2014

Notas:

- A definição de cuidados inadequados refere-se a crianças que tiverem sido deixadas com cuidados inadequados durante a semana anterior, por terem sido deixadas sozinhas ou ao cuidado de outra criança
- Índice de Desenvolvimento Infantil Precoce: construído com base num questionário composto por 10 itens, utilizado para determinar se as crianças estão no bom caminho, a nível de desenvolvimento, no âmbito de quatro domínios (Consultar o MICS de 2014)

Conclusões

A subnutrição crónica encontra-se associada a um desenvolvimento cognitivo prejudicado, a taxas de frequência escolar mais baixas, à redução do capital humano e a um risco superior de vir a padecer de doenças crónicas e problemas de saúde na idade adulta. Por conseguinte, as desigualdades em termos de acesso a serviços no início da vida da criança também podem contribuir para a transmissão intergeracional da pobreza. Este capítulo estabeleceu as bases para uma acção multisectorial mais eficaz no âmbito da redução do raquitismo, analisando e gerando evidências empíricas úteis para a obtenção de informações

destinadas ao trabalho de segmentação conjunta e, se necessário, ao sequenciamento de intervenções sectoriais específicas em STP.

A insegurança alimentar é prevalente em STP, com cerca de 10% das famílias a relatarem que pelo menos um dos seus membros já teve de saltar um dia inteiro de refeições por motivo de falta de dinheiro. Além disso, este problema não se encontra limitado às famílias pobres, uma vez que 7,5% das famílias não pobres também relatam a mesma situação.

Segundo o MICS 2014, em STP, a taxa de raquitismo (que se define pela estatura anormalmente baixa para a idade) entre as crianças com menos de 5 anos, foi de 17,2%. Isso representa um declínio significativo relativamente à taxa de raquitismo de 30,6% apurada em 2009 com base no IDS.

No entanto, a análise revelou a existência de desigualdades significativas em STP no que se refere ao acesso aos diferentes indicadores de Alimentação/Cuidados, Ambiente (WASH) e Saúde. O acesso a cada um dos três indicadores de alimentação/cuidados e a cada um dos cinco indicadores de saúde é consideravelmente menos heterogéneo entre as áreas urbanas e rurais, e entre as famílias menos abastadas e mais abastadas, do que o acesso a cada um dos indicadores de WASH.

No que se refere ao acesso simultâneo a factores determinantes para a nutrição, a análise revelou que cerca de 13% das crianças de STP com menos de 24 meses de idade têm acesso a níveis adequados de todos os três factores determinantes para a nutrição em simultâneo. Em contraste, 86% das crianças têm acesso simultâneo a um nível adequado de apenas um ou dois factores determinantes para a nutrição e, devido ao facto de o acesso a serviços de saúde adequados já ser extenso em STP, apenas 1% têm acesso a um nível inadequado de todos os três factores determinantes para a nutrição. As fracções correspondentes de crianças com acesso a um nível adequado de dois ou de todos os três factores determinantes são maiores no caso das crianças que residem em áreas urbanas, crianças provenientes de agregados familiares mais abastados e crianças cujas mães possuam mais habilitações académicas.

Uma investigação levada a cabo para aferir se o acesso simultâneo a um nível adequado de um ou mais factores determinantes para a nutrição poderia ser associado à menor incidência de raquitismo, revelou que, em STP, os aumentos graduais no acesso simultâneo a mais factores determinantes para a nutrição encontram-se associados à menor prevalência de raquitismo entre as crianças. Além disso, também se verifica a mesma relação nas áreas urbanas e rurais.

Se pretendemos aumentar o capital humano das gerações futuras de STP, os investimentos na melhoria da nutrição infantil terão de ser acompanhados por melhorias no ambiente de aprendizagem das crianças. Globalmente, o valor do índice de desenvolvimento infantil precoce de STP é bastante baixo e inferior ao dos países utilizados como termo de comparação, tais como Belize.

Bibliografia

- Arias, D., J. Horton, and P. Valdivia. 2019. "What Are the Obstacles to Agricultural Development in STP? A Review of Current Agriculture Production Structure and Potential." Background Note 13 for COUNTRY ECONOMIC MEMORANDUM for São Tomé and Príncipe, World Bank, Washington, DC.
- Banco Mundial, 2019. Republic of São Tomé e Príncipe Poverty Assessment. Poverty and Equity Global Practice. Africa Region.
- Barreto, R., and C. L. Vicente. 2019. "How To Increase the Availability of Financing Needed to Stimulate Private Sector Investment? A Review of the State of and Barriers to Access to Financial Services in São Tomé and Príncipe." Background Note 9 for COUNTRY ECONOMIC MEMORANDUM for São Tomé and Príncipe, World Bank, Washington, DC.
- Barrett C.B. e Constan, M.A. (2014) "Toward a Theory of Resilience for International Development Applications," *PNAS*, Vol. 11, no. 40, pp. 14625-14630.
- Black, R. E., C. G. Victora, S. P. Walker, Z. A. Bhutta, P. Christian, M. de Onis, M. Ezzati, S. Grantham-McGegor, J. Katz, R. Martorell, R. Uauy, and the Maternal e Child Nutrition Study Group. 2013. "Maternal and Child Undernutrition and Overweight in Low-Income and Middle-Income Countries" *Lancet* 382 (9890): 427–51. [http://dx.doi.org/10.1016/S0140-6736\(13\)60937-X](http://dx.doi.org/10.1016/S0140-6736(13)60937-X)
- Gunther I. e K. Harttgen (2009) "Estimating Household Vulnerability to Idiosyncratic and Covariate Shocks: A Novel Methods Applied in Madagascar," *World Development*, Vol. 37, No. 7, pp.1222-1234.
- Hoddinott, J., H. Alderman, J. R. Behrman, L. Haddad, e S. Horton. 2013. "The Economic Rationale for Investing in Stunting Reduction" *Maternal and Child Nutrition* 9 (Suppl. 2): 69–82.
- Lakner, Christoph, Daniel Gerszon Mahler, Mahler Negre, and Espen Beer Prydz. 2019. "How Much Does Reducing Inequality Matter for Global Poverty?" Policy Research working paper WPS 8869, World Bank Group, Washington, DC. <http://documents.worldbank.org/curated/en/328651559243659214/How-Much-Does-Reducing-Inequality-Matter-for-Global-Poverty>.
- Moreno-Horta, I., and C. Pardo. 2019. "What Are the Bottlenecks on Land Governance and How to Remove Them to Support Tourism and Agriculture Development?" Background Note for COUNTRY ECONOMIC MEMORANDUM for São Tomé and Príncipe, World Bank, Washington, DC.
- Ravallion, M., and S. Chen. 2003. "Measuring Pro-poor Growth." *Economic Letters* 78 (1): 93–99.
- Serkovic, M., and J. Million. 2019. "What Is the Potential and Obstacles for the Fisheries Sector in São Tomé and Príncipe?" Background Note 15 for COUNTRY ECONOMIC MEMORANDUM for São Tomé and Príncipe, World Bank, Washington, DC.
- . 2018. "Development Indicators." World Bank, Washington, DC. <https://datacatalog.worldbank.org/dataset/world-development-indicators>.